



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***TABULEIROS E NEGOCIAÇÕES:
NEGRAS E MESTIÇAS NAS RUAS DE SALVADOR***

ADRIANA FRANÇA SOUZA

SALVADOR, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***TABULEIROS E NEGOCIAÇÕES:
NEGRAS E MESTIÇAS NAS RUAS DE SALVADOR***

por

ADRIANA FRANÇA SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Silva Santos

**SALVADOR
2014**

Souza, Adriana França
S729 Tabuleiros e negociações: negras e mestiças nas ruas de Salvador.
– 2014.
125 f.

Orientador: Prof. Drº. Adalberto Silva Santos
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto
de Humanidades, Artes e Ciências, Salvador, 2014.

1. Cultura afro-brasileira. 2. Culinária (Acarajé) - Bahia.
3. Negras - Salvador. 4. Patrimônio cultural - Bahia. 5. Acarajé –
Comércio. I. Santos, Adalberto Silva. II. Universidade Federal da
Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. III. Título.

CDD: 305.896081



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
IHAC- INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

ADRIANA FRANÇA SOUZA

**TABULEIROS E NEGOCIAÇÕES: NEGRAS E MESTIÇAS NAS
RUAS DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa **Cultura e Desenvolvimento** em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Adalberto Silva Santos



Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos



Prof. Dr. Renato da Silveira

Às mulheres negras e mestiças que fazem do seu trabalho um instrumento de sua autonomia.

Às baianas de acarajé das ruas de Salvador, e em especial das ruas do Centro Antigo da cidade, que permeiam nossos dias com dendê, sorrisos e determinação.

A Djalma França (*in memoriam*), meu avô, que me ensinou, quando criança, a delícia que era saborear um acarajé e um abará!

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado não é um ato solitário, como muitos podem pensar, é uma tarefa de muitas mãos, que não estarão na “digitação” em si, mas estarão no apoio, na torcida, no “empurrão” quando as ideias estiverem confusas, no carinho e na força para seguir, continuar e buscar aquela palavra não dita, aquela inspiração perdida. Por isso, posso afirmar que esta dissertação não foi escrita apenas por mim e, portanto, é nobre agradecer àqueles que foram indispensáveis para o cumprimento desta odisséia!

Em primeiro lugar, aos meus guias, meus orixás (*Oke Orê; Atotô*)!

E em seguida, ao meu querido orientador, Prof. Adalberto Silva Santos. Tenho que agradecer especialmente ao Senhor, Prof. Adalberto, por acreditar e por buscar o melhor de mim nesta pesquisa. Sei que depois dela não terei apenas um professor, terei um grande amigo!

Agradeço à Diva, grande incentivadora! Sem você o mestrado não existiria para mim, pois foi por você acreditar e insistir que eu era capaz, que hoje consigo chegar ao final. Sei que foram muitos altos e baixos, períodos de tensão, mas os momentos de alegria superaram a tudo e, por isso, dizer obrigada a você é o mínimo que posso fazer, e ainda assim sei que é pouco!

Agradeço às baianas de acarajé entrevistadas, que me acolheram com tanto carinho em todos os nossos encontros pelas ruas de Salvador, assim como à toda equipe da ABAM. Sem as nossas valiosas conversas e a escuta atenta das histórias de tabuleiro, essa pesquisa não teria ganhado vida!

Agradeço à minha família, que sempre me deu apoio e me ensinou o valor de estudar para ser alguém na vida! Agradeço às amigas, que tanto suportaram as minhas ausências! Agradeço aos colegas de mestrado (regulares e especiais) e aos professores que contribuíram com indicações preciosas no decorrer do trabalho! Aos alunos e aos colegas de trabalho que sempre estiveram na torcida para que tudo desse certo!

Enfim, fica o meu muito obrigada a todos que acreditaram, torceram, ajudaram, se preocuparam e enviaram boas energias! Vamos celebrar a conquista, que tem cheiro de dendê e jeito de mulher que luta, trabalha e vence!

“É a história da Bahia. Sem baiana não tem Bahia”.

Dona Zene, baiana de acarajé.

RESUMO

Esta dissertação buscou entender os negócios e negociações, materiais e simbólicos, edificados por negras e mestiças, baianas de acarajé, conjugando os aspectos do trabalho na perspectiva dos processos de informalidade, além das relações de gênero e do espaço da rua, na atual cena de Salvador. O estudo teve como objeto de pesquisa as baianas de acarajé atuantes nas ruas da região aqui denominada de “Centro Antigo de Salvador”, que compreendeu os trechos do Comércio, Praça Municipal, Rua Chile, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Rua Carlos Gomes, Largo da Piedade e trechos das Avenidas Sete de Setembro e Joana Angélica. A articulação entre comércio de rua, comida e mulheres negras, pareceu desenhar através dos séculos, possibilidades para a conquista de um espaço feminino, com construções e reconstruções de papéis e identidades. Essas mulheres escreveram, a próprio punho, as linhas que narraram sua história, sabendo utilizar as brechas existentes nos sistemas econômico, político e social, para transformarem uma situação de exclusão e de pouco horizontes, em uma situação de afirmação e potencialidades. É importante ressaltar que tais articulações se realizaram nas ruas, nas praças, nos becos, nas ladeiras, com tabuleiros de quitutes, com tradição e com aptidão para negociar. Mais que uma ocupação informal, o trabalho como baiana de acarajé é permeado por injunções simbólicas e culturais de uma profissão histórica, que atravessou os séculos, existindo até os dias de hoje em Salvador, como uma alternativa para a conquista da sobrevivência material (geração de renda) e simbólica (autonomia).

Palavras-chave: Negras e mestiças; Baianas de acarajé; Negócios e negociações.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand the business and negotiations, material and symbolic, built by black and mestizo, *baianas de acarajé*, combining aspects of work in view of the processes of informality, gender relations and the space of the street, on the current scene of Salvador. The study had the object of active research *baianas de acarajé* the streets of the region here called " Old Town of Salvador ", which comprised excerpts of *Comércio, Praça Municipal, Rua Chile, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Rua Carlos Gomes, Largo da Piedade* and excerpts from *Sete de Setembro* and *Joana Angelica* Avenues. The link between high street retail, food and black women, seemed to draw through the centuries, opportunities for the achievement of a feminine space, with buildings and reconstructions of roles and identities. These women wrote in own handwriting, lines that narrate his story, knowing use existing gaps in the economic, political and social systems, to transform a situation of exclusion and some horizons, in a situation of affirmation and potential. Importantly, these joints were held in the streets, squares, alleys, on the slopes, with trays of delicacies with tradition and skill in negotiating. More of an informal occupation, work as *baianas de acarajé* is permeated by symbolic and cultural injunctions of a historical profession that spanned the centuries, existing until the present day in Salvador, as an alternative to the conquest of material survival (generation income) and symbolic (autonomy) .

Keywords: Black and mestizo women; *Baianas de acarajé*; Business and negotiations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Dados da População de Salvador – 1900 a 2000	27
Tabela 02 – Participação de Mulheres e Homens na Chefia das Famílias	46
Tabela 03 – Taxas de Ocupação e Desocupação	57
Tabela 04 – Panorama Geral das Baianas de Acarajé – Pesquisa de Campo 2013	77
Tabela 05 – Identificação Geral das Baianas de Acarajé – Pesquisa de Campo 2013	79
Tabela 06 – A Atividade da Baiana de Acarajé – Pesquisa de Campo 2013	82
Tabela 07 – As Relações de Trabalho – Pesquisa de Campo 2013	84
Tabela 08 – O Ponto e o Tabuleiro – Pesquisa de Campo 2013	88
Tabela 09 – Os Produtos e os Negócios – Pesquisa de Campo 2013	93
Tabela 10 – Projeto de Futuro – Pesquisa de Campo 2013	98

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – Ruas: espaços de negócios e negociações	18
1.1. Desenvolvimento do espaço urbano e fortalecimento das ruas de Salvador como local de trabalho	22
1.2. Mulheres negras e trabalho nas ruas de Salvador	35
Capítulo II – Mulher, negra, mestiça e trabalhadora	44
2.1. Processos de informalidade e trabalho feminino	50
2.2. De ganhadeira à trabalhadora: reflexões sobre gênero e trabalho	58
Capítulo III – Baianas de acarajé e a construção de negócios materiais e simbólicos	64
3.1. Rua, comida e comércio: redes materiais e simbólicas	65
3.2. As donas do tabuleiro	76
3.3. Histórias de tabuleiro	98
Considerações Finais	104
Referências	115
Apêndice	121

Introdução

Vista com desprestígio desde o século XIX, as ruas, outrora o “lugar dos excluídos”, dos escravos de ganho, negros libertos, mendigos, prostitutas, ladrões e desocupados, hoje é o *locus* de relações transitórias, efêmeras, da informalidade e ainda guarda daquele tempo algumas semelhanças. Neste espaço de “desprestígio social”, o trabalho informal consolidou-se como uma alternativa para a conquista da sobrevivência material (geração de renda) e simbólica.

As ruas são hoje espaço vivo e hábil, sinônimo de liberdade para muitas mulheres e homens, que têm em comum com aqueles que por elas circulavam no século XIX, identidades étnicas e a força para negociarem o alcance de objetivos individuais e coletivos, formando redes de relacionamentos, negócios, costumes, práticas e significados que permeiam a cultura popular. Neste processo, as mulheres negras e trabalhadoras se constituem como uma referência marcante.

A circulação dos diversos “trabalhadores de rua” negros e negras, africanos, crioulos e mestiços, foi uma constante nos espaços urbanos de Salvador, desde a colônia até à república, principalmente com atividades relacionadas ao transporte de pessoas e mercadorias, e ao mercar dos produtos para o comer, desde produtos primários para a alimentação, até aos pratos prontos, quase sempre de origem africana, que alimentavam os passantes. E na concorrência destas “comidas de rua”, o acarajé tornou-se uma das comidas com participação mais intensa na alimentação popular.

Bolinho feito de feijão-fradinho, cebola e sal, frito no azeite-de-dendê, o acarajé passou a ser o elemento central do ofício das mulheres negras, que hoje são chamadas de baianas de acarajé. Um alimento que integra o referencial simbólico de um sistema regional de cozinha, e representa uma atividade econômica relevante para muitas mulheres, que, por meio dele, edificaram negócios e sustentaram a si e aos seus pares.

O desejo de pesquisar os negócios e negociações realizados pelas baianas de acarajé surgiu da observação e inquietação em conhecer como esses negócios estavam organizados, além de buscar entender o papel desempenhado por estas mulheres negras (em sua maioria) e trabalhadoras informais da sociedade soteropolitana contemporânea. É fato que as mulheres sempre trabalharam, e no caso particular das negras e mestiças, trabalharam sem garantias formais, tanto nos

espaços privados quanto nas ruas, enfrentando os desafios do cotidiano, com trajetórias muitas vezes esquecidas, sem o reconhecimento e valorização de suas atividades produtivas.

Articulando o trabalho informal de negras e mestiças nas ruas de Salvador, é possível perceber mais do que atividades de geração de renda, é possível buscar injunções simbólicas e culturais de uma profissão que atravessou os séculos, fazendo parte de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, materializando-se como uma atividade contemporânea que rende negócios e negociações materiais e simbólicas. É importante mencionar que partiu da autora do trabalho a atribuição da cor às mulheres pesquisadas.

Justificou-se a relevância da pesquisa pela possibilidade de produzir conhecimento, trazendo para a academia elementos que colaborem para a reflexão sobre a mulher e os processos de sociabilidade desenvolvidos através do trabalho informal nas ruas. Partiu-se da premissa de que, por meio das histórias das baianas de acarajé, é possível evidenciar o processo de construção da cidadania, configurado a partir da integração de aspectos econômicos e simbólicos, e, em particular no caso das baianas de acarajé, através de uma substantiva valorização do trabalho. Devido à isso, entender os modos de vida negociados por negras e mestiças, baianas de acarajé, na atual cena de Salvador é, portanto, o objetivo geral da presente dissertação de mestrado que ora se apresenta.

O desenvolvimento desta pesquisa foi baseado em três aspectos: a rua (**o local**), a mulher negra (**a protagonista**) e o trabalho no tabuleiro de acarajé (**o negócio**). O primeiro aspecto abordado foi a discussão da rua e os processos interativos nela desenvolvidos, defendendo-a enquanto *locus* de atuação histórica das mulheres negras e mestiças, na qual foram edificados negócios e negociações de natureza material e simbólica. Para o desenvolvimento de tais estudos, foram indispensáveis as leituras e análises de autores como Katia Mattoso, Luís Henrique Dias Tavares, João José Reis, Cecília Soares, Milton Santos, Roberto Damatta, entre outros.

O segundo aspecto relacionou-se às análises sobre o significado do “ser trabalhadora” e as relações de gênero vinculadas a esta posição, além do levantamento dos principais tópicos do trabalho feminino realizado nas ruas de Salvador, sob a perspectiva dos processos de informalidade defendidos por Maria Cristina Cacciamali, além dos escritos de Maria José Andrade, Maciel Henrique

Silva, Elizabete Silva, Maria Odila Dias, Maria Aparecida Bento, Isabel Reis, Bebel Nepomuceno, Cristina Bruschini, Iracema Brandão Guimarães, entre outros autores. Também foram utilizados os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

O terceiro aspecto teve o intuito de compreender as redes de negócios edificadas pelas baianas de acarajé, além das formas de sistematização dos saberes culturais, centrado no sistema alimentar enquanto veículo de troca cultural, os diálogos com as regras de mercado e, pela pesquisa de campo realizada, foi analisado o perfil e os negócios das baianas da cena atual de Salvador, em uma região geográfica delimitada. Com base em autores como Vivaldo da Costa Lima, Wilson Caetano Júnior, Henrique Carneiro, Sidney Mintz, Massimo Montanari, percorreu-se as ruas de Salvador, para que a escrita fosse realizada também com a base na observação do cotidiano das protagonistas do estudo.

Pesquisar o conjunto das mulheres negras e mestiças que desenvolvem atividades ligadas ao trabalho informal nas ruas de Salvador, proporcionaria um universo vastíssimo, que possivelmente não seria exequível para um projeto de mestrado. Assim, um recorte tornou-se fundamental para a operacionalização de tal intento, como também para um adensamento de conceitos e caracterização qualitativa do objeto. Com isso, as protagonistas desse estudo foram as baianas de acarajé, mulheres negras e mestiças, que trabalham com seus tabuleiros nas ruas de Salvador, nos dias atuais.

Mas a cidade também cresceu, e alcançar todos os tabuleiros daria à pesquisa uma dimensão inviável de ser atingida, pelo menos no momento e com os recursos atuais. Assim, torna-se difícil adotar um critério para determinar a abrangência geográfica das baianas a serem pesquisadas. Por outro lado, o comércio de rua surgiu entre as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia, da Sé e São Pedro Velho, onde hoje encontramos a região do Comércio, Centro Histórico, (compreendendo a Rua Chile, Praça Municipal, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros e Barroquinha), São Bento, Avenidas Sete de Setembro e Joana Angélica até a Piedade.

Todos esses locais acabaram por se constituir em um *locus* histórico do comércio de rua da cidade, que foram transformados com o passar de muitas décadas. Espaços que presenciaram os tempos áureos do comércio, com o *glamour*

de grandes casas comerciais e “lojas de marca”, principalmente na região da Rua Chile, assim como os tempos de declínio devido à expansão da cidade para outras regiões e pelas novas organizações empresariais que remodelaram o comércio na cidade – os shoppings centers. Inclusive, vale ressaltar que na região destacada existem três destes “novos” empreendimentos – os shoppings Piedade, Baixa dos Sapateiros e Center Lapa.

Considerando esse dado de localização histórica, o estudo teve como objeto de pesquisa as baianas de acarajé atuantes nas ruas da região aqui denominada de “Centro Antigo de Salvador”, que compreenderá o Comércio (trecho entre a Igreja da Conceição da Praia até a Praça Conde dos Arcos), Praça Municipal, Rua Chile, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Rua Carlos Gomes, Largo da Piedade e Avenida Sete de Setembro (trecho que vai das Mercês até a Praça Castro Alves) e Avenida Joana Angélica (trecho que vai das proximidades do Largo da Piedade até o Fórum Rui Barbosa).

Para quantificar o universo da pesquisa, foi realizado um levantamento prévio, em dias e horários alternados durante o mês de agosto/ 2013, com a observação sistemática e contagem simples das baianas presentes na região delimitada. Segue abaixo quadro que demonstra tal atividade:

Localização	Quantidade
Avenida Sete de Setembro	14
Carlos Gomes	1
Largo Dois de Julho	1
Praça Municipal	1
Praça Castro Alves	1
Pelourinho	11
Avenida J. J. Seabra (Bx. dos Sapateiros)	1
Barroquinha	2
Avenida Joana Angélica	1
Comércio	7
TOTAL	40

Nota-se a concentração de baianas de acarajé em três localidades: Avenida Sete de Setembro, Pelourinho e Comércio. Considerando que nestes espaços há também concentração de movimento de pessoas, instituições financeiras, de ensino e de estabelecimentos varejistas diversos, além de um deles ser notadamente local de grande visibilidade turística da cidade, entende-se que as baianas se reúnem nos espaços que podem potencializar suas vendas, afastando-se de espaços tradicionais do

comércio popular como a Baixa dos Sapateiros e Barroquinha, que já reuniram no passado cerca de oito e seis baianas de acarajé respectivamente¹. Informa-se que por conta do recorte de gênero da pesquisa, foi descartado o ponto de venda de acarajé que existe no bairro do Politeama, em frente ao Instituto Feminino da Bahia, pois o responsável pela venda é um “baiano de acarajé”.

De posse desse quantitativo, e depois da ponderação de tempo e recursos para execução da pesquisa, foi decidido trabalhar com uma amostra de 50% do universo mapeado. Assim, foram escolhidas 20 (vinte) baianas, procurando com que cada localidade específica tivesse uma baiana representando-a. O questionário semiestruturado, foi aplicado em dias e horários alternados durante os meses de setembro e outubro/2013, visando traçar o perfil dessas mulheres e de seus negócios. O questionário foi dividido em seis partes, a saber: Identificação geral; A atividade de baiana de acarajé; As relações de trabalho; O ponto e o tabuleiro; Os produtos e os negócios; Projeto de futuro.

Para viabilizar a aplicação dos questionários, foram realizadas abordagens iniciais, como se fosse uma conversa informal, um “bate-papo”, buscando um clima mais agradável, minimizando possíveis resistências ou reservas das baianas pesquisadas. Entretanto, houve algumas negativas para a participação na pesquisa, e, mesmo depois de explicado sobre o que se tratava e qual o objetivo, aquelas que negaram, justificaram que não queriam ou não tinham interesse em fazer parte da pesquisa. Quando a baiana escolhida negava a sua participação, imediatamente era procurada outra na localização circunvizinha, para dar continuidade ao estudo.

É interessante ressaltar que, na grande maioria das abordagens, a recepção à pesquisa foi extremamente positiva. As baianas dispensaram atenção e simpatia, para não apenas responder as perguntas do questionário, mas, sobretudo, contar um pouco de suas histórias, ressaltando a importância do ofício, da profissão que quase sempre veio da tradição familiar, e que proporcionou a conquista tanto de bens materiais, quanto da autonomia das suas vidas.

Verificando-se a distribuição das baianas pesquisadas é possível perceber que quase todas as localidades do Centro Antigo foram contempladas. As exceções foram o Largo 2 de Julho, no qual houve recusa para a participação, e a Avenida Joana Angélica, na qual, nos dias visitados, a baiana não estava presente.

¹ Informação dada pelas baianas de acarajé, Dona Maria da Penha e Dona Gilcélia, que atuam nessas duas localidades, respectivamente Baixa dos Sapateiros e Barroquinha.

Segue abaixo quadro que apresenta a distribuição entre localização e número de pesquisadas:

Localização	Pesquisadas
Avenida Sete de Setembro	6
Carlos Gomes	1
Praça Municipal	1
Praça Castro Alves	1
Pelourinho	6
Avenida J. J. Seabra (Bx. dos Sapateiros)	1
Barroquinha	1
Comércio	3
TOTAL	20

No projeto de pesquisa original, havia ainda o interesse de, após a aplicação dos questionários, ser realizada a seleção de duas ou três baianas para aprofundar as trajetórias e relações construídas por estas mulheres, utilizando a técnica de pesquisa baseada na história de vida. Entretanto, após as visitas à campo, que além da aplicação dos questionários, também contou com a participação da autora nas atividades do “Dia das Baianas de Acarajé”, em 23/11/2013, entrevista com os responsáveis da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares (ABAM), e observação assistemática tanto durante a comemoração do “Dia das Baianas” quanto no dia a dia do trabalho nos tabuleiros, que produziu anotações salutares ao desenvolvimento da pesquisa, decidiu-se portanto, pela não realização das “histórias de vida”, por acreditar-se que existia material suficiente para atingir o objetivo proposto pelo projeto de dissertação.

Também foram excluídas da execução da pesquisa as entrevistas com as baianas de acarajé reconhecidas pela opinião pública, como Cira (em Itapuã e filial no Rio Vermelho), Dinha (no Rio Vermelho, já falecida, mas que teve sua tradição e negócios assumidos por sua filha), Regina (na Graça e filial no Rio Vermelho) e Olga (no estacionamento do Extra Supermercados na Avenida Paralela e filial no Salvador Shopping), devido à necessidade de delimitar as análises a partir de falas de um grupo com traços identitários e de negócios mais próximos. Assim, conhecer o perfil destas mulheres e de seus negócios mais estruturados, pode ser um caminho proposto para a continuidade dos estudos, talvez como uma pesquisa comparativa entre os pequenos e grandes negócios do acarajé.

Com base nos três aspectos problematizados na pesquisa (local, protagonistas e negócio), no aporte teórico ofertado pelos autores citados, além de outras leituras complementares, nos procedimentos metodológicos apresentados e, principalmente, nas discussões sempre profícuas entre orientador e orientanda, apresenta-se a presente dissertação de mestrado, sistematizada em três capítulos, além das seções destinadas a Introdução e Considerações Finais, que se encontram organizados da seguinte forma: o primeiro capítulo, *Ruas: espaços de negócios e negociações*, será destinado a breve reflexão da formação do espaço urbano de Salvador e o papel da rua enquanto local de trabalho, focalizando a mulher negra e mestiça neste espaço; o segundo capítulo, *Mulher, negra, mestiça e trabalhadora*, será para refletir sobre as relações de gênero e trabalho informal em Salvador; o terceiro capítulo, *Baianas de acarajé e a construção de negócios materiais e simbólicos* terá como foco analisar as atrizes sociais, protagonistas da pesquisa, o negócio e as negociações materiais e simbólicas realizadas.

Pelo caminho percorrido, a pesquisa valida sua feição multidisciplinar quando articula elementos do campo da cultura, com aspectos da história social, das relações de gênero e da economia informal, buscando perceber os determinantes e as formas de transformação da sociedade, dos seus espaços e atrizes sociais, como as baianas de acarajé, mulheres comuns, inseridas em um sistema informal de trabalho, gerador de renda, cujo *locus* de ação é a rua. Mulheres que eram produtos de uma narrativa depreciativa, marcada por preconceitos contra os negros, contra as mulheres e, sobretudo, contra o legado cultural trazido pelos grupos sequestrados da África e escravizados no Brasil. Com coragem, iniciativa e “jogo de cintura” elas enfrentaram os desafios rígidos da vida diária e construíram trajetórias femininas que valorizaram seus saberes e a si próprias.

Capítulo I

Ruas: espaços de negócios e negociações

Nas ruas, nos becos, nas avenidas, nos cantos e nas praças de qualquer cidade contemporânea pode-se encontrar os mais diversos tipos de comércio, empreendimentos individuais ou coletivos, formais ou informais que compõem a cena urbana. Eles surgem no palco permanente do cotidiano, onde, a cada dia, vemos estreias e reprises da luta diária por afirmações, questionamentos e sobrevivência. Local de convivências, construções e reconstruções identitárias, a rua é o espaço que permite compartilhar experiências e memórias, criando e recriando elementos culturais, sociais e econômicos múltiplos. A rua é marcada pelo impulso criativo tanto individual quanto coletivo, e é repleta de riscos, incertezas e oportunidades, de negociações das mais diversas.

A rua não é apenas um caminho ou via para passagem de pessoas, animais e veículos, ela será entendida em todo o trabalho como um espaço mais amplo, no qual diversas manifestações culturais e práticas sociais ocorrem. Esse espaço físico também é composto de becos, vielas, avenidas, praças, cantos e esquinas, por onde circulam gente, saberes e negócios variados. Assim, ao falar em “rua”, estende-se as considerações a esses outros espaços, onde a vida urbana pulsa e fervilha.

Os processos interativos que na rua se desenrolam conferem movimento às manifestações ocorridas num *locus* multireferenciado e complexo. Por meio deles, as tradições são ratificadas ou inventadas, o novo coexiste com o velho, e o “feio” é par do “bonito”. Na rua, conjugam-se diferentes forças, sejam elas econômicas, políticas, sociais, culturais e naturais, e apresentam-se identidades híbridas, que permitem articulações em redes dinâmicas. Esses processos revigoram os sentidos de pertencimento, exibem, afirmam, e, ao mesmo tempo, contestam hierarquias, assim como também fortalecem as intrincadas teias de representações que revelam aspectos da vida social e cultural daqueles que circulam, interagem e produzem a paisagem diária das cidades.

A rua torna-se então o espaço no qual é possível realizar uma espécie de síntese entre estruturas físicas e conteúdo social, adquirindo significados mais amplos, com vínculos entre a ação e a experiência. Quando a sociedade age sobre seus espaços, ela não o faz apenas sobre os objetos, como uma realidade física, mas também como uma realidade social, que se transforma por meio de um sistema

complexo de relações sociais, culturais e produtivas entre seus membros. Desta maneira, a forma pela qual os espaços são organizados acaba por influenciar os movimentos da sociedade, ao mesmo tempo também, esses influenciam a organização espacial. Essa relação dialética faz com que as mudanças ocorridas atuem na evolução e nas novas configurações da sociedade.

Assim, a utilização da rua pode ser vinculada aos ritmos da vida social, com potencial de reunir dimensões materiais e imateriais, tanto do passado, quanto do presente, de forma dinâmica e assimétrica. Os usos extrapolam as dimensões físicas, pois ao se negociarem saberes e poderes, articulam-se forças e interesses. Para melhor compreender essa dinâmica, é preciso vivenciá-la, pensando a rua como um desses espaços culturais, nos quais é possível coexistir movimento, diferença, multiplicidade, hibridismo, saberes, conhecimento, sobrevivência, subversão, liberdade, autonomia e superação.

Neste estudo, foca-se o interesse no espaço urbano que se chama genericamente de rua, elemento da cena urbana das cidades, no qual existe uma rede intensa de negociações, de interesses, relações e sentidos. A rua não é somente espaço físico, tal qual é conhecida, mas também é uma ordem conceitual e simbólica, que parece querer falar por si própria. Nela é possível aglutinar parte significativa da diversidade da vida contemporânea que vai das obrigações ordinárias ao lazer, do trabalho formal ao informal, das possibilidades de crescimento a reprodução de desigualdades sociais, das realizações puramente econômicas às relações de cooperação, responsabilidade social e desenvolvimento local. Ela é o espaço de encontro entre iguais e diferentes, no qual se constroem noções de lugar, de apropriação, de expropriação e de pertencimento.

A rua expressa a criatividade de pessoas que disputam a atenção e o interesse dos passantes. Quase sempre, tais situações estão associadas às atividades de geração de renda, inseridas no mercado de trabalho informal, no qual uma parcela significativa de indivíduos enxerga a possibilidade de executar seu projeto de vida ou de subsistência. Desse modo, a rua assume função de ser o espaço do balcão, da troca e do troco. O local de negócios e das negociações, do mercadejar de diversos grupos que fazem dela o seu local de trabalho, revelando as mais diversas identidades e manifestações, sejam elas culturais, políticas, religiosas ou econômicas. Congregando esses diversos grupos, as ruas exibem relações ricas em vivacidade, articula relacionamentos e sentido de pertencimento de indivíduos,

que possuem noções próprias de sociabilidade e constroem cotidianamente relações de convívio, de solidariedade, de conflito e competição, que evidenciam dimensões simbólicas.

Nas ruas, nas praças, nos becos e em cada canto das cidades existe o desenrolar de ações pragmáticas que produzem conflitos. Entretanto, tais conflitos não devem ser vistos apenas sob a perspectiva do negativo, pois também apresentam uma porção positiva, na medida que eles materializam a busca por melhores condições de vida, de trabalho, de desenvolvimento e de expressão. Sem conflito não há rua, não há cidadania nem democracia e muito menos progresso, não há troca cultural nem disseminação de experiências, somente há espaço físico e sociedades autoritárias (COSTA, 2010). As ruas favorecem múltiplos encontros: vendedor e freguesia, artista e públicos itinerantes, pessoas de diferentes origens, etnias, classes, gêneros e religiões. Há convívio, conflito e barganhas que traduzem, em boa medida, o vigor da dinâmica da vida urbana, daqueles que passam, daqueles que tiram seu sustento da rua, ou daqueles que têm esse espaço como morada.

As negociações das formas de sociabilidade e do comércio de objetos possuem um caráter recorrente no ambiente das ruas, ou seja, estão quase sempre presentes quando se pretende analisar o espaço público, as interações e as transformações sociais. É neste ambiente que alguns dos principais acontecimentos sociais desenvolvem-se, é onde existe a disputa pelo controle do poder, seja ele oficial ou “alternativo”. Na rotina diária é possível nivelar, separar, hierarquizar ou organizar as múltiplas relações que ocorrem nesses espaços, cumprindo função de compartilhar uma “rede” de significações, que aproximam mundos por vezes distantes.

Segundo Henri Lefebvre (2002), a rua possui diversas funções, como a informativa, a simbólica e a lúdica. Possui também um caráter plural que aglutina momentos de ordem e desordem; é um espaço multireferenciado e fala pela palavra, pelo som e pela imagem, podendo-se mobilizar e articular resistências. Mais que um espaço de passagem, é o lugar das negociações diárias de variadas naturezas. Nela são estabelecidos vínculos que tornam a vida social frenética, rompendo as amarras dos limites dos espaços fechados. É o espaço de produção e disseminação de conhecimento específico, espécie de “saber”, percepções de corpos, gestos, olhares, que criam performances interativas e, portanto, relações sociais das mais

diversas (FRANGELLA, 2005). A rua é, portanto, um espaço de transformações complexas, com múltiplos fluxos e conexões positivos ou negativos, que conferem energia para este, que, segundo Roberto DaMatta (1985), é o principal palco da vida na cidade.

Continuando com o pensamento de DaMatta, entende-se que a rua é como uma espécie de entidade moral, esfera de ação social, que revela valores culturais, éticos e estéticos, institucionalizados ou não, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações e imagens inspiradoras. Na rua, os indivíduos podem ser encarados como uma grande massa homogênea, levando a uma certa “invisibilidade” das diferentes identidades. Alguns podem ser tomados pelo que não são, e acabam sofrendo pela estigmatização que limita as possibilidades de ascensão.

A rua é diurna e noturna, e para cada turno apresenta características peculiares. É animada, mas também pode aparentar certa calma. Na maior parte do tempo, é frenética pelo ir e vir de pessoas e veículos. Os espaços urbanos são como uma torrente de pessoas que, a cada esquina, pode encontrar as mais diversas personagens da vida real. É cenário de injustiças e exclusões, ao passo que permite apropriações que constituem sujeitos. A rua não é fértil como a terra, mas ela igualmente produz alimento, sustento e possibilidade de viver do fruto do seu trabalho. Ela vai se renovando, dinamicamente, coexistindo com as marcas do passado, que ficaram nos registros da memória individual, ou passaram a ser traços simbólicos da cultura de uma coletividade.

A rua é marcada pela história de um progresso não linear e pelo acúmulo de ações sociais. O que para alguns é uma banquinha de frutas, para outros é “meio de vida”. O que para alguns é perda de tempo, para outros é a apresentação do mais perfeito estado de sua arte. Na rua, elementos distintos são organizados de forma própria, compondo paisagens mutantes, que se reconfiguram pelas transformações socioculturais, econômicas, políticas e arquitetônicas.

No caso de Salvador, as ruas foram adequando-se às dinâmicas desordenadas do crescimento da cidade, seguindo tortuosamente as ladeiras, becos e vielas de um centro antigo repleto de símbolos e significações construídas por pessoas com seus ofícios, assim como abriu caminho através de grandes avenidas, que expandiram as fronteiras de uma cidade que precisava crescer e entrar no compasso do então progresso do país.

A rua é também um tabuleiro de xadrez, que desafia seus jogadores a formular estratégias de sobrevivência e superação, que levem a um caminho de autonomia e crescimento, que devem ser bem negociadas criativamente e corajosamente articuladas. Há momentos em que se pode jogar individualmente, há momentos que o trabalho em equipe é o mais indicado. E, nesse “jogo-desafio”, existem possibilidades e brechas que deverão ser bem aproveitadas. Nesse espaço distinto da casa, daquele espaço privado que dá a sensação de segurança, faz-se de tudo um pouco, e muitos fazem do pouco o muito.

As ruas foram transformadas vertiginosamente nos últimos anos e nelas ainda é possível mercar de tudo um pouco. Para entendê-las, propõe-se um breve apanhado de alguns momentos relevantes sobre como os espaços urbanos de Salvador foram se configurando, sem no entanto ter a pretensão de realizar uma História pormenorizada da cidade, percebendo também alguns aspectos do fortalecimento das ruas enquanto local de trabalho e de transformações sociais, para então iniciarmos a reflexão sobre a presença e a atuação das mulheres negras e mestiças nestas ruas de tantas cores e de tantos desafios.

1.1. Desenvolvimento do espaço urbano e fortalecimento das ruas de Salvador como local de trabalho

A cidade do Salvador, fundada em 1549, iniciou seu traçado espacial com uma praça quadrada, duas ruas longitudinais e duas ruas transversais. Desde o início de sua implantação, a preocupação do seu “mestre de obras”, Luiz Dias, era estabelecer um lugar favorável à defesa, tanto para quem chegasse pelo mar quanto por terra, e assim a cidade de taipa e barro, com poucas edificações, gradativamente foi ganhando construções mais duradouras, e no início do XVII, além dos prédios públicos, já contava com certo número de residências construídas em pedra e cal.

Para atender a uma dupla função de cidade fortaleza e de cúpula administrativa cresceu em dois planos: a cidade baixa, com o bairro da praia e do comércio, aglomeração de aproximadamente 2km de extensão, onde se encontravam todas as lojas da cidade e os trapiches do porto; e a cidade alta, onde estavam as chácaras de residências e os centros administrativo e religioso. (DIAS TAVARES, 2001; ANDRADE, 2002; SANTOS, 2008).

Uma análise mais atenta da formação do espaço urbano de Salvador sugere superar as rotulações do traçado físico, e fazer o esforço de interpretar os

significados destes espaços e suas referências. Luiz Cristiano Andrade (2002) defende que é importante relacionar o núcleo urbano estabelecido, nos primeiros anos da cidade, com as intenções e dinâmica sociocultural que condicionou a sua formação. É interessante lembrar que Salvador foi fundada e começou a ser constituída como “cidade” colonial em uma colina rodeada de depressões, e isso fazia com que o acesso ao centro administrativo e religioso fosse precedido por uma ladeira.

Simbolicamente, para se chegar ao centro do poder, as pessoas eram obrigadas a realizar um movimento ascendente, em uma analogia entre altura e poder, o que também seria uma marca das moradias coloniais, nas quais morar no sobrado era sinônimo de riqueza e no térreo, fundos ou porão significava não ter posses nem reconhecimento social (ANDRADE, 2002).

Como Salvador era o principal porto de exportação do açúcar produzido pelos engenhos do Recôncavo baiano² e de importação de escravos, uma terceira função também crescia em paralelo, a função portuária, fundamental para o desenvolvimento econômico de Salvador. Construções na área da cidade baixa, como armazéns, ferrarias e a Casa de Fazenda e Alfândega, podem ser indicadores desta “destinação” ou “vocaçãõ” comercial. Todas as atividades comerciais, desde o pequeno comércio ambulante até o grande atacado, dependiam do movimento portuário para fluxo de produtos e recursos financeiros. Neste contexto, Salvador seguiu expandindo seus espaços urbanos, e, do ponto de vista econômico, cresceu em função do progresso da produção agrícola do Recôncavo³, cumprindo a função de um grande entreposto comercial e de serviços.

As atividades econômicas cresceram século após século, com produtos como pau-brasil, algodão, açúcar, fumo, ouro, aguardente e couro. Havia também um comércio interno entre as capitanias, principalmente Minas Gerais e Pernambuco. Entretanto, a maior parte dos negócios estava voltada para as exportações, que

² Região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, abrangendo não só o litoral mas também toda a região do interior circundante à Baía. Geograficamente, o Recôncavo inclui a Região Metropolitana de Salvador, a própria cidade de Salvador e outras cidades circundantes à Baía de Todos os Santos, entre elas: Santo Antônio de Jesus, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Cruz das Almas. O termo Recôncavo é constantemente utilizado para referir-se às cidades próximas à Baía de Todos os Santos, limitando-se ao interior, excetuando-se a capital do estado.

³ De Cachoeira vinham os rolos de fumo; de Santo Amaro da Purificação vinham o açúcar, o tabaco e a cachaça; de Jaguaripe, as olarias; e de Maragogipe, a farinha e os mariscos.

dirigiam-se para Portugal, África e Rio Grande do Sul e Portos do Prata⁴. A economia era então agrária, exportadora de produtos primários, e dependente da economia internacional, importadora de artigos manufaturados (DIAS TAVARES, 2001).

Era hábito cultivar pomares de diversos tipos nos quintais de algumas casas. A pequena produção desses pomares era comercializada nas chamadas “quitandas”⁵. Estas quitandas eram localizadas em diversos pontos da cidade, como no bairro da Praia, no Terreiro de Jesus e em São Bento, e eram o destino natural da população da cidade quando o assunto era comprar o que comer, cabendo ressaltar que, na maior parte delas, as comerciantes eram mulheres negras. E como a cidade não possuía alternativas de trabalho, o comércio de rua passou a permitir a manutenção e sobrevivência de uma parte da população (MATTOSO, 1978).

De alto a baixo da escala social, homens, mulheres exerciam algum tipo de comércio [...] Eram um conjunto que só tinha em comum a essência da atividade que lhes garantia a subsistência – a compra e a venda -, e extremamente díspar no tipo, volume e nível de negócios praticados. (MATTOSO, 1992, p. 490).

Ainda no que se refere ao ato de comer e ao ato de mercar, também circulavam pelas ruas da cidade diversos “vendedores ambulantes” negros e negras, ofertando comidas como mocotó, caruru, mingau, doces diversos, acaçás e acarajé, entre outros pratos, feitos por negras livres e escravizadas, que vendiam para si e para seus senhores, saciando a fome de trabalhadores e passantes. A quitanda e a venda ambulante faziam parte de um comércio bastante similar, que integravam o “pulsar” das ruas da cidade. Entretanto, o comércio não deve ser tomado como uma atividade homogênea, pois durante todo seu processo de formação e consolidação, enquanto setor importante da economia local, houve características singulares quanto aos aportes de recursos financeiros, atores sociais e ramos específicos de atuação.

⁴ Para Portugal eram enviados açúcar, algodão, arroz, couro, solas, fumo, cacau, café, piaçava, madeiras de lei e moedas - movimentando em 1799 cerca de 4.792:146\$840 contos. Para África exportava fumo, aguardente de cana, rapé, búzios e feixes de açúcar inferior - movimentando 348:185\$440 contos. Para o Rio Grande do Sul e portos do Prata, seguiam artigos manufaturados ingleses, açúcar, sal e escravos africanos - movimentando 182:440\$000 contos. (DIAS TAVARES, 2001, p. 197-198).

⁵ Expressão de origem banto, que ainda hoje faz parte da forma do falar baiano, e que pode ser entendida como uma espécie de “banca” ou “barraca” que em geral comercializa verduras, legumes, hortaliças e frutas, presentes em pequenas feiras livres.

Os limites espaciais de Salvador estavam circunscritos a dez freguesias ou paróquias urbanas (o equivalente aos bairros de hoje) que começavam a dar os contornos da cidade que conhecemos atualmente, a saber: Sé ou São Salvador, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Nossa Senhora das Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha (ANDRADE, 1988). Estas freguesias ou paróquias urbanas, estavam sob jurisdição de seu respectivo pároco e sujeitas à ação das autoridades públicas da época, cumprindo funções religiosas, políticas, econômicas e sociais. Cada uma assumia características da sua localização geográfica, população residente e do tipo de arranjo econômico que desenvolvia.

Para o estudo desenvolvido na presente dissertação, deve-se destacar o interesse por algumas “freguesias” específicas, como a da Sé, Nossa Senhora da Conceição da Praia e São Pedro Velho, que se transformaram nos locais que integram a região geográfica denominada na pesquisa de “Centro Antigo de Salvador”, como Comércio, região da Avenida Sete de Setembro, desde o Campo Grande até a Praça Castro Alves e o Pelourinho.

A freguesia da Sé ocupada pela elite nos primeiros séculos da colonização da cidade, no século XIX passou a ser habitada pela camada média e pobre da sociedade. Nela existiam diversas casas comerciais, de artesãos, sapateiros, fábricas de chapéus, charutos e quitandas. A freguesia da Conceição da Praia era marcada pelas casas comerciais grossistas e quitandas responsáveis pela venda de grande parte dos alimentos de subsistência, além de produtos como tecidos, miudezas, livros e remédios. A freguesia de São Pedro reunia a elite intelectual e social da época, com a presença de professores, advogados, empregados públicos e desembargadores. Ainda pode-se perceber traços básicos relacionados à forte presença de estabelecimentos comerciais que se mantiveram, como no caso da Sé e da Conceição da Praia, e alterações mais significativas no perfil das pessoas residentes e da própria característica comercial da região, como no caso da freguesia de São Pedro Velho (ANDRADE, 1988).

Além das freguesias que delimitavam os limites da cidade, houve algumas obras que marcaram o século XIX, e conferiram traços do desenvolvimento de Salvador, como a finalização do paredão que sustentou a Ladeira da Misericórdia, a construção do Passeio Público com jardins iluminados e árvores frutíferas, da

Biblioteca Pública e do Teatro São João (na atual Praça Castro Alves). Datam deste período também a abertura da Ladeira da Montanha, pavimentação de ruas, iluminação a gás carbônico (antes era feita com óleo de baleia), implantação de bondes, telégrafo, construção do Plano Inclinado e do Elevador Lacerda. A cidade crescia, as casas residenciais chegavam à Barra, o Campo da Pólvora foi terraplenado e os passeios para o Rio Vermelho, Itapuã, Matatu e Bonfim eram excursões para locais, até então, distantes do centro (e coração) da cidade (RISÉRIO, 2004).

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, houve um momento de euforia da economia açucareira, entre os anos 1787 a 1821, seguido de uma fase de depressão entre os anos de 1822 a 1845, e outra fase de recuperação entre 1845 a 1865, e depois, outro período de depressão entre 1865 a 1890. A pobreza era uma das marcas na cidade de Salvador dos anos de 1800. A prosperidade econômica da cidade só ocorreu nas primeiras décadas. Depois o que foi observado denotou uma economia sem consistência, refém do mercado internacional, que formava uma população notadamente de gente pobre, sem sapatos e sem comida – sapatos era um símbolo de ascensão social, os negros e negras escravizados andavam descalços, e só podiam usar sapatos se comprassem a sua liberdade (ANDRADE, 1988).

E nesse panorama de pouco crescimento da macroeconomia, a atividade que se manteve e conseguiu crescer foi a do comércio. Os caminhos das ruas acabaram por imprimir certa vocação da cidade para esta atividade, uma espécie de tradição inventada, que em meio a um século de altos e baixos, acabou por colaborar para o desenvolvimento da cidade e o fortalecimento do espaço urbano enquanto local de trabalho e de visibilidade de práticas sociais e culturais da população soteropolitana.

O século XX inicia-se e, na primeira metade deste, a cidade de Salvador não apresentou taxas expressivas de crescimento. Do ponto de vista demográfico, como é possível observar pelos dados da tabela 01, entre 1900 e 1950, a taxa média de crescimento da população da cidade foi de 25%, enquanto na metade seguinte foi de quase o dobro. Do ponto de vista macroeconômico, a cidade manteve uma base agro-exportadora, na qual exportava alguns produtos primários e uma força de trabalho com baixa qualificação, permanecendo como mercado consumidor dos produtos finais das indústrias instaladas na região Sudeste. Entre as décadas de 40 e 50, houve o ápice de uma crise econômica no Recôncavo, em decorrência do

declínio da produção agrícola e das respectivas exportações, o que provocou uma migração da população para Salvador, em busca de trabalho e possibilidades de gerar renda para sobreviver.

Tabela 01 - Dados População de Salvador – 1900 a 2000.

Ano	Salvador	% Crescimento	Taxa Média
1900	205.813	18%	25%
1920	283.422	38%	
1940	290.443	2%	
1950	417.235	44%	
1960	655.735	57%	43%
1970	1.007.195	54%	
1980	1.506.860	50%	
1991	2.075.273	38%	
2000	2.443.107	18%	

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

Com um processo industrial lento e a agricultura em declínio, coube às atividades relacionadas ao setor de serviços, notadamente ao comércio, prosseguir no fortalecimento das atividades econômicas da cidade. É interessante notar como este comércio foi desenvolvido, quais foram as suas principais características e como é possível perceber a heterogeneidade desta atividade, para então seguir no foco do comércio de rua realizado pelas negras vendedoras de quitutes.

É importante ressaltar que as atividades urbanas são divididas basicamente em dois grandes setores: formal e informal, diferenciados pelo modo de organização dos negócios (legalidade, tecnologia e gestão), o tipo de emprego ofertado e classe consumidora. Assim, as atividades formais obedecem às normas legais vigentes, quase sempre recorrem a fontes de investimento formais e empregam pessoal assalariado, com o mínimo de qualificação/ especialização. Já as atividades informais incluem empresas familiares, quase sempre de pequeno porte, trabalham com investimentos e lucros mais reduzidos e o pessoal “contratado” não possui as garantias trabalhistas nem previdenciárias. E principalmente estes dois grandes setores diferem pelo modo de produção e gestão de seus negócios.

Segundo J. Bastie e B. Dezert *apud* Noora Heinonen (2005, p. 83), “percorrer um mercado é uma das melhores maneiras de penetrar a alma de um povo”. Assim, as atividades do comércio e todo o seu modo de gestão acabam por revelar, em boa

medida, a personalidade da sociedade na qual estão inseridas, como se fossem espelhos que refletem não apenas os arranjos físicos, mas, sobretudo, princípios, valores, crenças e práticas sociais de transformação e/ou conformação.

Para melhor compreender o comércio de Salvador, optou-se por seguir a classificação proposta por Milton Santos (2008). Segundo ele, o comércio de Salvador se propagou baseado em quatro vertentes: comércio grossista (exportação e importação), comércio varejista (rico e pobre), comércio de alimentação (formal) e comércio de rua (informal). A partir desta segmentação, cada vertente reuniu características particulares, direcionando a determinados grupos de sujeitos históricos papéis sociais e estruturando relações de poder entre gêneros, etnias e classe.

A primeira vertente do comércio soteropolitano foi o **comércio grossista**, que estava ligado à macroeconomia do Estado e movimentava a parte mais significativa do volume de produtos e dinheiro. Localizado na zona portuária da cidade (Cidade Baixa, bairro do Comércio), desenvolveu em seu entorno uma série de instituições e serviços que auxiliavam o seu funcionamento, como bancos e escritórios ou “firmas” que tratassem dos aspectos comerciais, administrativos e legais das operações de exportação e importação. Esse comércio estava nas mãos dos “homens brancos” da metrópole, dos estrangeiros, grandes possuidores de capital.

A segunda vertente foi o **comércio varejista**, que se dividia em comércio de luxo e popular. O de luxo ficava concentrado na rua Chile, Misericórdia, Ajuda, Carlos Gomes, avenida Sete de Setembro (São Pedro) e uma parte da Joana Angélica, comercializando artigos especializados, direcionado às classes mais abastadas, tornam-se o palco social da cidade. Já o comércio mais popular formou-se no primeiro vale atrás da colina da cidade alta, a chamada Baixa dos Sapateiros, que afirmou-se como a zona comercial da população mais humilde, que depois se expandiu também para a região da Calçada e Liberdade, onde eram (e ainda são) comercializados artigos mais simples. Essa segmentação levou a uma supervalorização dos espaços nas áreas do comércio de luxo, e a uma depreciação e descaso das áreas destinadas ao comércio popular.

A terceira vertente foi o **comércio de alimentos**, localizado em ambientes formais, como padarias, armazéns e açougues, controlado principalmente pelos imigrantes e descendentes de espanhóis. E, por fim, a quarta vertente foi o **comércio de rua**, representado tanto pelas feiras livres, na qual se comercializava

diversos produtos primários para alimentação (as antigas quitandas), quanto pelo comércio dos vendedores ambulantes, com os mais diversos produtos - de roupas a automóveis, incluindo as “comidas de rua”. Esse comércio miúdo ou a retalho sempre contou com a presença predominante de negros e mestiços, e em particular nos produtos para a alimentação, contou com o domínio das mulheres. É, justamente, uma parte desse comércio de rua e de alimentos que interessa nesta pesquisa, especificamente, as atividades do comércio de comida de rua, com origem na culinária africana.

A partir da década de 1970, a população da cidade passou para quase um milhão de pessoas, intensificando-se o processo de crescimento de Salvador. Neste processo, iniciou-se também a descentralização do comércio varejista que gerou grande impacto para as atividades localizadas na “cidade alta”, que viu o comércio de luxo popularizar-se. E não apenas isso, com a construção, em 1971, da Avenida Luiz Viana Filho (Paralela), via rápida de 17 km de extensão que passou a ligar a Rodoviária (que foi transferida do centro da cidade) ao Aeroporto, e a construção, em 1975, do primeiro grande *shopping center* do Nordeste, o *Shopping Iguatemi*, erguido em frente à Rodoviária, esta “nova” área passou a ser desenvolvida com a intenção de ser o novo centro comercial da cidade.

Assim, no decorrer destes anos, o comércio varejista de luxo das ruas da cidade alta foi “perdendo prestígio”. As antigas e famosas casas comerciais abriram filiais ou transferiram suas atividades para os *shoppings centers*, porém muitas lojas não acompanharam o ritmo da “modernização” da cidade, o que por sua vez atraiu mais atividades populares para a área. Ainda na região do Centro Antigo de Salvador, três *shoppings* foram construídos com a intenção de atender as camadas populares: o Baixa dos Sapateiros (em 1982), o Piedade (em 1985) e o Center Lapa (em 1996).

Por um lado, o comércio de luxo de hoje saiu dos espaços públicos, e migrou para os espaços privados, nos *shoppings centers*, mais “seguros” e mais controlados. Esses espaços não são apenas de comércio, mas também de convívio, de manifestações de identidades e sentimentos de pertença. Mas por outro, o comércio popular permaneceu nas “antigas” regiões, expandindo sua atuação aos bairros que foram se desenvolvendo com o crescimento da cidade.

Os espaços foram ficando apertados, o centro antigo já não dava conta de tanta gente e de tantos veículos automotivos, um novo centro era desenvolvido (a

região do *Shopping Iguatemi*). As fronteiras de Salvador foram expandindo para as áreas distantes, até então, pouco habitadas. São dessa época a construção do Hotel da Bahia no Campo Grande, do Fórum Ruy Barbosa, do Estádio da Fonte Nova e do Centro Administrativo da Bahia, além das avenidas de vale, como as Avenidas Antônio Carlos Magalhães e Tancredo Neves (em 1968), Mario Leal Ferreira (Bonocô), Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela) e Magalhães Neto (em 1970), Suburbana, Juracy Magalhães e a duplicação da Otávio Mangabeira (em 1971) e a Avenida Garibaldi, em 1972 (ANDRADE; BRANDÃO, 2009).

A cidade cresceu e deu novas configurações aos seus espaços públicos. Muitos locais foram perdendo prestígio com o tempo e hoje guardam vagas lembranças de “um tempo que não volta mais”. A urbanização tão imperativa nos tempos contemporâneos, esbarrou nos limites dos espaços horizontais, e assim tornou-se vertical para tentar dar conta dos desejos e necessidades da população atual, que tem nos grandes *shoppings centers*, os espaços de convivência e relações de troca.

Quanto ao comércio de rua de Salvador, este “nasceu” nas antigas freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia e Sé. E hoje, apesar da contínua descentralização das atividades comerciais e da construção de mais *shoppings centers* em outras áreas de Salvador, o comércio do Centro Antigo ainda mantém seu vigor, tanto do ponto de vista formal, visto que a área central ainda se caracteriza como a “zona comercial mais densa da cidade, com 26% dos estabelecimentos” (GOTTSCHELL, 1997, p.33), quanto do ponto de vista do setor informal, representados pelos diversos trabalhadores que ocupam toda a extensão da Avenida Sete de Setembro (abrangendo o Campo Grande, Politeama, Mercês, Piedade, São Pedro e Praça Castro Alves), e diversos pontos do bairro do Comércio, Rua Chile, Praça Municipal, Pelourinho, Rua Carlos Gomes, Baixa dos Sapateiros e Barroquinha.

Neste comércio, são ofertados desde peças de vestuário e brinquedos até objetos eletrônicos e de decoração, com a presença constante de opções para o comer. Trabalhar com a comida pelas ruas da cidade é algo que, historicamente, faz parte da vida de muitas mulheres negras e mestiças, que utilizam os espaços das ruas como *locus* de atuação para negócios e negociações. Dessa forma, o Centro Antigo de Salvador foi e ainda é um local onde se pode encontrar essas mulheres, enquanto baianas de acarajé, em seus tabuleiros com os próprios acarajés e outros

quitutes. Essa atividade integra o setor informal, cujas protagonistas são, em sua maioria, oriundas das classes sociais menos abastadas, e que na venda do acarajé encontraram mais que um “meio de vida”, encontraram o caminho para superar situações de subalternidade e exclusão social.

Analisando a atividade do comércio na perspectiva proposta por Santos (2008), verifica-se a existência de dois grandes extremos: o “grande comércio”, que estava na esfera do masculino, e o “pequeno comércio”, que estava na esfera do feminino, ocasionando uma situação de demarcação de papéis de gênero em desigualdade, no qual o masculino domina os grandes feitos, as grandes somas de capital, e ao feminino cabe o espaço do miúdo, do pouco valor. Entretanto, sem a participação das mulheres nessas atividades, seria difícil alimentar (literalmente) os diversos cantos da cidade, fazendo-a elaborar contornos próprios das suas relações sociais.

Entretanto, as atividades do comércio continuaram a empregar, gerar renda e contribuir para o alargamento dos espaços públicos, ao passo que com a industrialização do estado, Salvador passou a abrigar uma nova classe média, ávida por consumir, mudando padrões de comportamento e inaugurando “novas” práticas sociais e culturais. A cidade de Salvador foi “inchando” e exibindo suas deficiências estruturais nos setores de saneamento básico, transportes, iluminação, pavimentação de ruas, habitação e planejamento urbanístico. Hoje, em pleno século XXI, Salvador é uma metrópole de grandes contrastes, convive com o frenético ir e vir de carros, ônibus e pessoas, que continuam a negociar continuamente seus espaços, ofícios e sobrevivência.

Segundo o Mapa da Informalidade no Mercado de Trabalho da Bahia nos anos 2000⁶, desagregando as atividades econômicas pela Classificação Brasileira de Atividades Econômicas (CNAE), verificou-se que as dez principais divisões econômicas em quantidade de empregados sem carteira assinada representavam 82,9% em 2000 e 80,3% em 2010, ressaltando-se que a maioria dessas divisões estava ligada aos setores de Comércio e Serviços.

⁶ Pesquisa realizada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), publicado em Fevereiro/ 2013.

Esse dado confirma-se na última PEDRMS⁷ (Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador) publicada em Abril/2013, na qual os setores de Comércio e Serviços juntos representam cerca de 79,6% dos ocupados na RMS.

Nas negociações cotidianas, as atividades do comércio participaram em momentos significativos do desenvolvimento de Salvador. Por seus conflitos, suas personagens, seus produtos e serviços, o comércio de rua foi se configurando de diferentes formas e aprendendo a dialogar com as crises, tirou proveito de certas situações e a cresceu de modo contínuo. Nas ruas de Salvador, não são raros os exemplos de superação, que, pelas dinâmicas da vida diária, ajudaram a construir a cidade e as pessoas. Existem muitos “empreendedores individuais e informais”, muitas relações precárias de trabalho, mulheres vivendo do seu trabalho nas ruas, em cenários de conflitos, desigualdades e brechas, que são aproveitadas e transformadas em alternativas viáveis de afirmação e sucesso.

É nesse contexto que, no comércio de rua, são desenvolvidas formas próprias de mercar, driblando dificuldades e algumas normas oficiais. Personagens são criadas e performatizam sua vida cotidiana, tornando-se elementos ativos do dia a dia das pessoas-clientes-consumidores. Nesta ambiência do trabalho nas ruas, a venda de comida sempre foi uma atividade marcante, tanto para comprar o que comer em casa, quanto para se comer de fato nas ruas. A comida estabeleceu uma relação de parceria constante com o mercar nas ruas e, por conta disso, muitos dos elementos da cultura alimentar baiana foram sendo definidos nesse espaço, considerando-se que o sistema alimentar é um importante veículo de auto-representação e de troca cultural, que expressa mecanismos de estruturação e diferenciação cultural, pertencimento e hierarquias sociais (MONTANARI, 2008).

Essa combinação entre comércio de rua, comida e mulheres negras, parece desenhar através dos tempos uma forma de atuar que evidencia possibilidades de conquista de um espaço feminino. Neles, mulheres negras puderam caminhar de uma narrativa depreciativa, até chegar a um tempo em que se tornam exemplos de sucesso.

⁷ A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região, mediante levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), em

Atualmente, percebe-se que as ruas permanecem como espaços de múltiplas representações. Ora exaltada, ora desprezada, continua a ser o espaço dos grupos de excluídos, que “tiram” dela o sustento do dia a dia. Ela também é o espaço de negócios formais e informais, que se apropriam do ambiente urbano, e oferecem desde a água gelada nos semáforos da cidade, à refeição completa em tabuleiros, barracas ou carrinhos itinerantes. A rua também é espaço cultural, quase uma galeria, é palco de músicos sem gravadoras e de artistas performáticos que alegram o ir e vir dos grandes, médios e pequenos centros.

Os processos interativos, que se desenvolvem nas ruas, permanecem fortes e plurais, como elementos ativos para as construções da cultura humana. Nestes processos de tantas variáveis, há negócios e negociações com as diversas formas simbólicas e materiais da atuação cotidiana. Nas ruas coexistem identidades híbridas, que evidenciam protagonismos e permitem articulações dinâmicas. Elas são os cenários de transformações. Terreno fértil para a construção de modos de fazer, de geração de renda e de diálogos com muitos saberes. Nas ruas pode-se perceber o caráter dinâmico e multifacetado da cultura, que também se transforma e exhibe as mais inusitadas personagens do convívio em sociedade, pois, além de integrar ativamente as configurações econômicas, produtivas e simbólicas, associa o envolvimento da comunidade, colaborando de forma decisiva para o desenvolvimento de um dado local.

Historicamente, as ruas de Salvador eram ambientes vistos com desprestígio, como o lugar dos excluídos, dos escravos de ganho, dos negros libertos, mendigos, prostitutas, ladrões e desocupados, dos vadios e estigmatizados. Era o lugar daqueles que não possuíam uma função socialmente legitimada. Não havia grande interesse em ordenar as sociabilidades deste espaço urbano. As elites sempre optam por continuar fechadas nos espaços privados, primeiro nas casas, depois nas casas mas também em clubes, para hoje continuarem em seus condomínios de casas ou prédios, além dos *shoppings centers*.

Alheias às articulações que se desenvolvem pelas ruas da cidade, tais elites preferem a interação virtual e tecnológica proporcionada pelos avanços dos meios de comunicação. Expressões como “vagar pelas ruas, bater pernas nas ruas, rueiro são ações e denominações depreciativas” (ESPINHEIRA, 2008, p. 82), denotam que

estar nas ruas e depender delas sem maior rigor formal, é estar à margem da sociedade. Com esse pensamento, alguns estereótipos foram sedimentando-se, começando a conferir traços mais marcados de uma hierarquia social que pregava a dicotomia entre o público (rua – negros – ruim) e o privado (casa – brancos – bom).

As ruas de Salvador, como espaço de diversos atores sociais, desempenham um papel importante para o desenvolvimento da própria cidade. Elas servem de cenários tanto para os que têm posses, quanto para os que não as têm. As ruas são, em muitas situações, a escolha consciente de um modo de fazer negócios, e também podem ser a única brecha encontrada de fazer negócios, para uma coletividade que sempre esteve à margem do trabalho formal. Em todo o seu viés coletivo, a rua propicia a vivência de diversas identidades, serve de refúgio, dá visibilidade e desenvolve meios de geração de renda, tanto para os grandes comerciantes, quanto para os trabalhadores simples da cidade.

A rua cumpre na vida dessas pessoas várias funções. Além de espaço de socialização, é também o local da formação de grupos de convívio cultural e produtivo, de trabalho, de atualização de notícias, do encontro de camaradas, dos laços de amizade, do início e fim de casos amorosos. Nela é possível iniciar e fortalecer momentos de negociações simbólicas e materiais, tecendo redes sociais, dividindo problemas da realidade e buscando soluções individuais e coletivas. Particularmente, como local de trabalho, a rua desperta também uma espécie de sentimento de pertença, que movido por interesses comuns, consegue promover esforços no sentido de uma ação transformadora nas relações de trabalho e subordinação.

Como foi visto anteriormente, a migração populacional ocorrida entre as décadas de 1940 e 1950, fez com que a cidade absorvesse precariamente um expressivo excedente de mão de obra. Dessa forma, quase um terço da população de Salvador da época estava empregada no mercado de trabalho informal, como domésticos ou em outras ocupações que rendessem um pouco de salário, ou alimentação, ou alojamento. Toda essa população, mais de 400 mil pessoas, à margem do mercado formal, acabavam por recorrer à rua como alternativa de trabalho (SANTOS, 2008).

Nestas ruas, muitas mulheres foram além do óbvio, além das ordens oficiais das autoridades municipais, além das dificuldades e perigos, e construíram uma história social diferente, às vezes contada sem o devido destaque, que ninguém

sabe quando começou ao certo, mas que faz parte indubitavelmente da formação do povo de Salvador. Mulheres, trabalhando com comida, pilotaram muito mais que fogões, ou equilibraram muito mais que tabuleiros, sistematizaram saberes, sustentaram famílias e até hoje têm na labuta diária a oportunidade de continuar conquistando voz e autonomia. Nos séculos passados, eram ganhadeiras, vendedoras de acará e outros quitutes de origem africana. Com o passar dos anos, passaram a ser chamadas de baianas de acarajé, vendedoras de iguarias de sabor singular, mercando produtos materiais e simbólicos, revelaram a força feminina que permanece viva até os dias atuais. Hoje, deixaram de pregoar pelas ruas, fixaram seus tabuleiros e são reconhecidas como patrimônio imaterial da cultura do Brasil.

1.2. Mulheres negras e trabalho nas ruas de Salvador

Ninguém sabe ao certo quando tudo começou, quando a primeira mulher negra saiu pelas ruas da cidade de Salvador mercando em suas gamelas ou tabuleiros os diversos produtos para o comer. Neste sentido, destacamos Cecília Soares (2006, p. 59), quando afirma que “no ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano”.

As origens do comércio das negras nas ruas de Salvador, como também em cidades, como o Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, envolviam diversas outras atividades, como lavadeiras, aguadeiras, engomadeiras, amas-de-leite, amas-secas, mucamas, doceiras e quituteiras. Neste universo, interessa especialmente as relações propiciadas pelo trabalho feminino e as injunções simbólicas e culturais desenvolvidas pelas “quituteiras que vendiam acará” nas ruas de Salvador. Uma parcela desse universo de mulheres trabalhadoras, hoje são denominadas de baianas de acarajé.

Negros, negras e seus descendentes participaram diretamente das atividades econômicas de Salvador desde seu processo de fundação até os dias atuais. Na história do último século da cidade, eles ainda enfrentaram situações de desigualdade, mas, aos poucos, começaram a ocupar posições mais reconhecidas no mundo do trabalho. Mas vale ressaltar que em um primeiro momento, eles foram mercadorias para seus senhores, e, em paralelo aos processos abolicionistas, começaram a dedicar-se também às atividades de ganho, que lhes possibilitavam acumular alguns rendimentos para a compra de alforrias. As mais variadas funções

eram desempenhadas nestas atividades, destacando-se, entre as ocupações femininas, as de doméstica, lavadeira, cozinheira, engomadeira, doceira, costureira, rendeira, bordadeira, charuteira, ganhadeira, além de serviços em roças ou lavouras e a prostituição. Entre os homens, as ocupações mais comuns eram a de carpinteiro, sapateiro, alfaiate, padeiro, barbeiro, marceneiro, ferreiro, pintor, charuteiro, chapeleiro, pedreiro, carregador, carroceiro, vendeiro, jardineiro, acendedor de lampiões, entre outros ofícios. (ANDRADE, 1988).

Pelo visto, nas atividades acima relacionadas, as ocupações que requisitavam força, habilidades específicas e cuidados com a casa e com o de comer foram as destinadas à população negra. Praticamente tudo que circulava pela cidade de Salvador, circulava através de negras, negros e mestiços. De modo geral, os negros de ganho estavam organizados em cantos, fisicamente entendidos enquanto esquina, mas também podendo ser materializado em outros espaços, como praças, ladeiras, ancoradouros ou até mesmo debaixo de alguma árvore. Os cantos eram ambientes masculinos e cumpriam uma espécie de *locus* estratégico da cultura de rua, espaço de confluência e reunião. Na lógica do negócio, o canto era a esquina que facilitava o acesso dos clientes, por ser de fácil referência, além de ter saídas para as várias direções da cidade. (REIS, 1993).

Cada canto possuía também uma predominância étnica. Jejes, angolas, haussás, tapas e nagôs⁸, ajudaram a formar laços culturais e de pertencimento, tornando-se um símbolo da ocupação negra na rua. Um ambiente de reconhecimento de identidades e afirmação da sobrevivência, com estrutura de poder em sua organização, tendo a figura do capitão do canto como uma espécie de gerente, que cuidava da contratação de serviços, distribuição de tarefas e dinheiro, além da mediação de conflitos. Nesses espaços também eram consertados sapatos e guarda-chuvas, trançados cestos, chapéus e esteiras, feitos colares e pulseiras, cortava-se cabelo, fazia-se a barba, curavam-se doenças e descansava-se (REIS, 1993).

As mulheres, por sua vez, acabaram se tornando nas ruas as “donas” das coisas do comer, e assim circulavam e vendiam produtos e comidas prontas. A preferência pelos produtos ligados à alimentação pode ser explicada pela

⁸ Os nagôs, entre o final do século XVIII e até metade do século XIX, constituíram maioria em entre os negros escravizados em Salvador, representando cerca de 77% deste grupo. Esse fato deveu-se a concentração do tráfico

experiência anterior em suas terras de origem. Segundo a historiadora Selma Pantoja (2003), as feiras e mercados são dados constantes nos relatos dos primeiros europeus que tiveram contatos com a região da África Ocidental, e nelas, as “quitandeiras” atuavam na venda de gêneros básicos. Assim, as migrações transatlânticas, oriundas do tráfico de escravos, trouxeram para as cidades coloniais brasileiras muitas dessas comerciantes.

Em tabuleiros, cestos ou gamelas, podia-se encontrar feijão, farinha, fruta, verduras, carne, peixe, hortaliças, flores, doces, aguardentes, refrescos, além de charutos, velas, carvão, amuletos entre outras coisas, mercados em pregões gritados em “nagô”. As vestes poderiam estar associadas às conotações religiosas, uma vez que muitas “filhas de santo” encontraram no comércio de rua a forma de custear o cumprimento das suas obrigações rituais do candomblé, ou faziam referência ao seu grupo étnico, com saias, turbantes, túnicas coloridas e pano-da-costa. Algumas, as mais prósperas, ainda usavam balangandãs, pois quanto mais adereços, mais conquistas sociais e materiais tinham sido realizadas. Circulavam pelas ruas anunciando seus produtos, e também eram uma espécie de elo de integração, resistência e comunicação da população negra local (SCHUMACHER; BRAZIL, 2007).

A participação dessas mulheres na rua evidenciava um “jeito” próprio, marcando alguns aspectos da sua cultura e modo de vida. Esse “jeito” próprio acabou por desenvolver uma espécie de aptidão para saber negociar, que Maria Odila Dias (2012) chamou de “faro para o negócio”, com habilidade no trato da freguesia e dos fornecedores da época, fatores de sucesso que rendeu a essas mulheres o monopólio do comércio varejista de produtos perecíveis da cidade, além de contribuir para a conquista da liberdade e autonomia, evidenciada pelo modo de organizar sua vida material e suas relações sociais (SOARES, 2006; DIAS, 2012). Além disso, colaboraram também para a manutenção da cultura afro-baiana, construindo espaços sociais e simbólicos, pela língua, gesto, dança, música, religião, irmandades, e principalmente pela capacidade de articulação para sobrevivência e afirmação da identidade negra.

As relações desenvolvidas nas atividades de ganho, seja nos mercados, seja nas ruas, ou nos cantos, acabaram por fortalecer a resistência negra no cotidiano,

de escravos oriundos da região do Golfo de Benin e do antigo Daomé, entre 1750 e 1850, na qual havia o predomínio dos povos jeje e nagôs. (REIS, 1993).

tanto que as autoridades da época, atribuíram aos cantos à alcunha de “centros de conspiração”, despertando o interesse em controlar melhor as atividades dos negros de ganho. A partir de então, diversas medidas foram instituídas para regulamentar e disciplinar o mercado de trabalho de rua, como o cadastro obrigatório, a criação do posto de ‘capataz’, para substituir a figura do capitão do canto, a cobrança de taxas para que os negros e as negras pudessem trabalhar, as limitações dos locais permitidos para a venda de produtos, proibindo a colocação de tabuleiros em lugares de maior movimento, chegando até a obrigatoriedade do uso de placas de identificação - o que acabou motivando, em 1857, o que possivelmente foi a primeira greve negra que a história presenciou (REIS, 1993).

Durante este movimento, verificou-se que a dependência do comércio em relação aos ganhadores talvez nunca tivesse ficado tão clara como em 1857. O movimento ganhou força e parou a cidade por uma semana, e, ao final, foi tido como parcialmente vitorioso. As conquistas foram a derrubada da taxa de matrícula para a autorização do trabalho nas ruas, mantendo-se o uso da placa de identificação, e a modificação dos termos da apresentação de um fiador para o trabalho dos libertos, deixando de haver responsabilidade pela conduta futura, passando a ser exigido apenas um atestado de comportamento anterior (REIS 1993). A greve, uma forma organizada de luta típica de trabalhadores urbanos modernos, mobilizou negros e negras sem a interferência de sindicatos ou associações. Nas ruas, os negros e negras formaram uma rede econômica, social, política e cultural, e por meio dela, souberam aproveitar as oportunidades do mercado e foram à luta por seu lugar na cidade e na sociedade.

Sem dúvida, um dos maiores desafios que a rua colocou, através dos tempos, aos negros e negras foi o da sobrevivência. E, negociando para conquistá-la, foi sendo formada uma série de “relações, hábitos, valores e significados próprios de uma cultura popular, que teve nas mulheres negras e pobres de rua uma referência marcante” (FERREIRA FILHO, 1998-99, p. 240). Pensar no papel e nos desafios enfrentados pela mulher negra e mestiça no mundo do trabalho das ruas é algo que pode levar a uma reflexão sobre a superação de alguns pressupostos conceituais.

Quando se pensa no contexto brasileiro, as mulheres sempre trabalharam, e ainda que em muitos momentos só fosse lembrada a mulher branca, mãe e dona de casa, que conseguiu assumir diversas funções produtivas no mundo do trabalho formal, tomando para si posições antes inacessíveis (MATOS; BORELLI, 2012), não

se pode esquecer que existe um protagonismo que nasceu nas ruas, no trabalho informal de mulheres negras que, produzindo quitutes e mercando com seus tabuleiros, acabou por exprimir uma espécie de promoção histórica da mulher através do trabalho, passando a governar a si mesma e até a sua família, colaborando para que no futuro pudessem reconfigurar sua posição social, frente a um universo racista, sexista e machista.

É importante também não perder de vista que a venda de tabuleiro, e, principalmente, a venda de comida são traços que evidenciam clara demarcação dos papéis de gênero, além da constante associação dessa atividade produtiva feminina aos extratos mais baixos da hierarquia social. No trabalho nas ruas tudo poderia ocorrer com essas mulheres, desde o controle das autoridades municipais, passando por agressões verbais, físicas e psicológicas. Foi imperativo para elas adaptarem-se às regras da rua e aos seus riscos, resistindo e desenvolvendo mecanismos de autoproteção ao assédio e as ofensas ocorridas nas ruas, praças e mercados. Assim, segundo Maciel Henrique Silva (2011, p. 147), “ser vendeira-negra-parda constitui uma identidade peculiar e diversa do que se costuma chamar genericamente de identidade feminina”, associada quase sempre à imagem da mulher frágil, dócil e submissa.

Mesmo possuindo papel relevante na composição das atividades do comércio de rua de Salvador, é importante ter claro que na escala dos dispositivos de exclusão social, a mulher negra vem na última posição, após o homem negro, que também está após a mulher branca e que tem o homem branco no “topo” da hierarquia social. Nos estudos mais recentes, a mulher negra vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho, e essa posição atual, pode ter sido influenciada por toda uma trajetória histórica, na qual as mulheres negras e mestiças sofreram uma tripla discriminação, “violências e agressões relacionada ao seu gênero, sua cor e sua classe social” (SOARES, 2006, p. 107). Em muitas situações, elas tiveram que escrever a próprio punho as linhas que narraram sua história e as brechas para transformar uma situação de exclusão e pouco horizontes, em uma situação de afirmação e possibilidades. Essa escrita se fez nas ruas, praças, nos becos, nas ladeiras, com tabuleiros de comida, com tradição e com arte no saber fazer e negociar.

Os espaços públicos, para aquelas cujo trabalho era quase sempre na rua, permitia a ampliação dos contratos sociais. Ali

era possível tecer redes de relações com pessoas dos diversos grupos sociais e étnicos, mas ao lado das alianças se acumulavam os conflitos. Estar nas ruas implicava numa conduta completamente diferente do estar nas casas. A negra típica de rua era aquela ‘de pavio curto’, ousada e até violenta, mas também hábil na arte de negociar, principalmente quando o assunto era sua própria liberdade. (SOARES, 2006, p. 124).

Desse modo, as mulheres negra e mestiça buscaram reelaborar-se, desviando ou enfrentando os mecanismos de controle a que estavam sujeitas. Presentes nas ruas, essas mulheres “socializavam-se” com seus pares, adotando uma conduta mais aberta ao convívio com grupos de trabalho e de lazer, cujo comportamento, modos de pensar e práticas eram tidos, muitas vezes, como pouco convencionais. Essa forma particular de interagir com as pessoas e com o trabalho, construiu relações dinâmicas e autônomas, impregnadas de significados, que espelharam crenças, aspirações, valores ideológicos e padrões de conduta próprios, que podem ajudar a desvelar sujeitos históricos, femininos, capazes de traçar seus próprios destinos, tendo no espaço da rua o seu locus de negociações materiais e simbólicas.

Pois todas as mulheres são “comerciantes” e deixam seus lares, principalmente quando jovens, para percorrer as feiras, e, quando idosas, mandam alguma filha em seu lugar e permanecem próximas de casa, vendendo nas ruas, com seu tabuleiro, produtos que variam com a estação ou, então, montando seu negócio numa venda em frente à própria casa. (VERGER; BASTIDE, 1992, p. 138).

Assim, pensar no comércio de rua, remete à presença constante dos mais variados tipos de vendedores ambulantes, que mantinham relação próxima com as dinâmicas da cidade, dentre os quais as mulheres possuem representação significativa. E muito do saber fazer dessas mulheres foi sendo transmitido de geração para geração, através da oralidade e do fazer em conjunto. Uma aprendia com a outra, e aos poucos saíam de uma condição de passividade e desarticulação, para uma condição de participação econômica e autogestão de suas vidas, seguindo na luta por seus lugares na cidade e na sociedade.

Na ambiência do trabalho nas ruas, percebe-se a venda de comida como uma atividade marcante, e neste comércio, muitos dos elementos da cultura alimentar soteropolitana foram sendo definidos. Na concorrência das “comidas de rua”, o acarajé, alimento de origem na culinária africana, tornou-se um dos produtos com

participação mais intensa na alimentação popular. No início, ainda no século XIX, o acarajé era “acará”, mercado entre o final da tarde e à noite nas ruas da cidade, em cestos, gamelas ou tabuleiros. No decorrer do tempo e com o crescimento da cidade, os tabuleiros andantes começaram a se fixar em pontos, e a venda dessa iguaria africana acabou por tornar-se o elemento central do saber fazer de muitas mulheres negras, que passaram a ser denominadas “baianas de acarajé”, e posteriormente transformaram-se em um dos símbolos da cultura baiana, que mantém viva uma tradição ancestral, integrando um sistema alimentar, que ao tempo que sacia e satisfaz o paladar, articula e interage com diferentes dimensões da vida social, ligando o sagrado ao profano, o homem aos orixás, a tradição à modernidade.

Essas baianas, mulheres negras em sua maioria, tiveram na venda do acarajé uma atividade econômica relevante, e souberam mercar, e dele extrair sua renda e sua sobrevivência. Atualmente, por trás de muitas baianas, existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros, do acarajé e de outras iguarias, que são mercados diariamente no comércio de rua de Salvador. E é importante ressaltar que, em 2004, o Ofício das Baianas de Acarajé foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, registrado no Livro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura.

Construindo e reconstruindo seus papéis e suas identidades a partir de lutas pela própria sobrevivência, essas mulheres souberam utilizar as brechas existentes nos sistemas econômico, político e social. Sistematizaram saberes e técnicas, profissionalizaram-se, entraram pelo mundo dos negócios, mas não deixaram de reafirmar sua história e difundir seus conhecimentos. Se na primeira metade do século XX, principalmente na cidade do Salvador, as famílias esperavam na porta de casa a mulher do acarajé passar com seus bolinhos já prontos, hoje, o acarajé cumpre a função de um almoço ou jantar fora de hora, é servido como “tira-gosto”⁹ em bares ou até mesmo em recepções oficiais e eventos das mais diversas classes sociais. Mas há de se ressaltar que seu domínio continua sendo o comércio de rua, onde ritos discretos de purificação e de sacralização do espaço ainda são realizados por muitas baianas.

⁹ Porções de alimentos diversos servidos em bares e restaurantes, que geralmente antecedem as refeições principais.

No trabalho nas ruas de Salvador, “as mulheres negras tornaram-se representantes típicas de um grupo de mulheres que permaneceu discriminado e oculto da História, conseguindo resistir de maneira peculiar às flutuações do mercado e às medidas de vigilância e controle social” (SOARES, 2006, p. 81). O comércio de rua permitiu, especialmente a essas mulheres, a garantia do sustento de suas famílias, a constituição de laços comunitários socioculturais e a afirmação de suas autonomias, tornando-se verdadeiras “tecelãs” de uma importante rede de relações sociais (MOTTA, 2007).

Com uma trajetória de luta, articulação, persistência e uma grande habilidade de negociar, as mulheres negras e mestiças foram elementos constantes e ativos do comércio de rua da cidade de Salvador. Resistiram à escravidão e, com seu fim, aos papéis sociais herdados. Avançaram pela Primeira República e enfrentaram a política de higienização do espaço público. Superaram a sistemática estigmatização das pessoas que viviam do trabalho nas ruas, quase sempre depreciado. E continuaram a trabalhar nas ruas, contribuindo para a construção de uma outra história das mulheres, uma história capaz de desvelar os papéis sociais de pessoas comuns, a partir de suas experiências e visões de mundo, que conseguem se destacar econômica e socialmente, refletindo a importância significativa para a autonomia e afirmação feminina.

Essas mulheres fizeram barulho, lutaram contra arbitrariedades dos poderes públicos, brigaram entre si em busca dos melhores pontos, apropriaram-se das ruas e dele fizeram seu *locus* de transformações. Sustentaram seus filhos, algumas passaram seu ofício através de gerações, outras foram entendendo mais e mais das regras do mercado, da competição e da necessidade de buscar novos elementos, para manter-se e desenvolver seus pequenos tabuleiros, até que pudessem ser grandes, empregando gente, constituindo uma rede de negócios que superou alguns dos muitos limites herdados pela escravidão.

É fato que as vidas dessas mulheres foram pautadas pelos conflitos e pelo imperativo de ter que superá-los. Mulher, com a “qualificação” de negra e pobre, poderia render-se à posição de vítima triplamente discriminada, à margem do sistema social, privada de um saber oficial, à margem do trabalho significativo, aquele vinculado à formalidade reconhecida. Mas, pelo contrário, elas utilizaram uma espécie de astúcia “camaleônica” e desenvolveram suas estratégias de sobrevivência, algumas delas baseadas no imprevisto e no saber pela experiência.

Fizeram da tradição um meio de continuar seguindo seus caminhos, em alguns momentos assumiram papéis masculinos, foram guerreiras e provedoras da casa.

Se, por um lado, o comércio de rua na cidade do Salvador foi uma atividade que se constituiu como um elemento formador da cultura local, no modo de ser da sua população e dos seus hábitos, por outro, a atuação feminina nesta atividade, conferiu alguns dos sentidos mais relevantes aos referenciais simbólicos desta mesma cultura. As relações construídas por seus atores, ou melhor, suas atrizes, aqui representadas pelas baianas de acarajé, traduzem a marca do protagonismo de mulheres negras e mestiças. Estas atrizes históricas que criam estratégias dentro de jogos de interesse, disputas, conflitos e questões individuais, mas que também afirmam cotidianamente seus saberes, suas crenças, sua cultura, sua força e sua beleza femininas.

As transformações ocorridas nos espaços da cidade de Salvador, ao longo da breve trajetória histórica apresentada, evidenciam que a rua foi, e ainda é, o espaço de trabalho por excelência de uma coletividade alijada dos postos de ocupações formais. Nas ruas, desenvolvem-se as mais variadas relações, desde os sentimentos de solidariedade, enquanto grupo oprimido, até a própria competitividade no mercado de trabalho. Neste espaço, as mulheres souberam unir os conhecimentos sobre as coisas de comer com as habilidades no trato com a clientela, e conquistaram um “nicho” de mercado, que lhes confere uma permanência no segmento que é invejável, principalmente quando comparado a muitos negócios do setor formal.

A cidade cresceu e o hábito de comer fora foi consolidado, e uma opção que sempre fez parte do cardápio da comida de rua da população é o acarajé. As mulheres de tabuleiro, primeiro vistas como as que não sabiam fazer nada de mais qualificado, viraram o jogo, e passaram a ser mulheres bem sucedidas, que só persistem no mercado competitivo da atualidade por saberem fazer muito bem o seu ofício, e este saber não inclui apenas as questões materiais, mas igualmente reúne as práticas simbólicas que permeiam toda as suas atividades.

Capítulo II

Mulher, negra, mestiça e trabalhadora

Ser mulher e ser trabalhadora traduzem condições socialmente construídas no tempo e no espaço, e revelam os variados significados de uma história de lutas abertas ou camufladas, pela conquista de autonomia e pela construção da cidadania. Articulando o trabalho informal de negras e mestiças nas ruas de Salvador, é possível perceber mais que atividades de geração de renda à margem da ordem estabelecida pelo poder público ou pelas “regras do mercado”, é possível buscar injunções simbólicas e culturais de uma atividade que atravessou os séculos, existindo até os dias de hoje em Salvador.

Uma atividade informal que, dialogando e sendo influenciada pelas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, materializa-se como uma atividade contemporânea que rende negócios e negociações materiais e simbólicas. Segundo Elizabete Silva (2001), representa também o desafio de vencer os obstáculos de conjunturas políticas e econômicas, que nem sempre tiveram como propósito reconhecer a mulher como sujeito economicamente ativo, ora mantendo-a excluída do processo produtivo, ora explorando a sua força de trabalho sem, no entanto, valorizar efetivamente seu trabalho.

Afirmar a autonomia feminina pelo trabalho foi um processo de muitas nuances e estágios distintos, e não pode ser aplicado do mesmo modo a todas as mulheres. Mulheres de grupos distintos viveram, de modo igualmente distinto, essa conquista de espaços e vozes. “Partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo, com determinadas situações de nítidos privilégios para umas e exclusão para outras.” (NEPOMUCENO, 2012, p. 383). Assim, enquanto as feministas estavam defendendo que as mulheres, de um modo geral, deveriam ganhar as ruas e trabalhar, as mulheres negras, das camadas mais populares, já trabalhavam nessas ruas, enfrentando os desafios do cotidiano.

Há muitas décadas a mulher negra vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho. Entretanto, os estudos que aprofundam a perspectiva de gênero nem sempre levam em consideração a variável “cor”. Frequentemente, tais estudos homogeneízam a força de trabalho, tratando-a como se o fator étnico inexistisse enquanto diferencial de direitos, ou

como se as especificidades que afetam a mulher negra pudessem ser esgotadas no quadro dos problemas gerais concernentes a todas as mulheres (BENTO, 1995).

Alguns índices oficiais podem contribuir para a compreensão desse quadro de maior, para tanto, vale-se dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011). Com base na pesquisa “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça”, realizada em 2009, havia certa equidade na distribuição da população residente no país segundo sexo e cor. Em 2009, as mulheres representavam 51,3% da população nacional. Do total da população feminina, as negras representavam 49,9% e as brancas 48,3%. Entre os homens, que representavam 48,7% da população nacional em 2009, os negros eram 52% e os brancos 47%. A partir destes dados, pode-se perceber a expressividade do quantitativo de mulheres negras que integram a sociedade brasileira, e quando se agregam outros elementos de análise a esta população, a precariedade da mulher negra no mundo do trabalho passa a ser mais caracterizada.

No tocante aos anos de estudo escolares entre mulheres negras e brancas, a pesquisa revela que entre as negras existe uma média de 7,8 anos de estudo, enquanto entre as brancas esta média sobe para 9,7 anos de estudo. Incorporando-se o recorte de gênero, tem-se uma média de anos de estudo entre os brancos de 8,8 e entre os negros de 6,8. Os homens brancos possuíam o maior índice de formalização dos empregos (43% com carteira assinada) e as mulheres negras apresentavam o pior (25% com carteira assinada).

Ainda que seja possível verificar que o setor de serviços, no período entre 1995 a 2009, tenha registrado aumento expressivo da ocupação das mulheres negras, o detalhamento dos dados revela certas características que evidenciam uma segmentação ocupacional de gênero e etnia. As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços (educação, saúde, serviços sociais e domésticos), cerca de 34% da mão de obra feminina. Já os homens, sobretudo os negros, estão representados na construção civil, visto que, em 2009, este setor empregava cerca de 13% dos homens e menos de 1% das mulheres.

Outra medida importante para se perceber as desigualdades de gênero e etnia é a taxa de desemprego, na qual a menor corresponde aos homens brancos (5%), seguido do homem negro (7%) e das mulheres brancas (9%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). Para compor esse quadro, verifica-se a questão da renda média, na qual as mulheres negras têm o menor rendimento (R\$

544,40), seguido dos homens negros (R\$ 833,50), das mulheres brancas (R\$ 957,00) e dos homens brancos (R\$ 1.491).

Assim, preteridas dos postos formais de trabalho pelo preconceito racial e de gênero, muitas mulheres negras e mestiças encontraram nas atividades informais, e, notadamente, nas ligadas à cozinha/ alimentação, a oportunidade para conquistar espaços de atuação profissional. Sozinhas ou articuladas em grupo como pequenas empreendedoras independentes, produziam e comercializavam seus produtos. Faziam de suas casas locais de trabalho e convívio social, cultural e religioso. “Nessas pequenas corporações de trabalho, o saber circulava das mais velhas, ou daquelas que sabiam mais, para as mais jovens ou iniciantes” (NEPOMUCENO, 2012, p. 386).

Ingressadas, muitas vezes precocemente, no mercado de trabalho, as meninas e mulheres negras acabaram por aprender de tudo um pouco, e assim conseguiam ajudar a completar a renda da família. Quando casassem ou “amigassem”¹⁰, poderiam obter uma fonte de renda, não ficando dependente economicamente de um companheiro. Isso quando elas próprias já não eram as responsáveis integrais pelo sustento da família que constituíam. Esse fato ganhou maior notoriedade a partir da década de 2000, quando foi constatado o crescimento acelerado do número de famílias¹¹ com a chefia feminina, tendência confirmada dez anos depois, conforme dados da tabela 02.

Tabela 02 - Participação de mulheres e homens na chefia das famílias

Ano	Mulheres	Homens
2000	22,2%	77,8%
2010	37,3%	62,7%

Fonte: Elaboração própria com dados dos Censos 2000 e 2010 (IBGE).

¹⁰ Refere-se a uma relação marital não oficializada juridicamente, assim utilizada em alguns dialetos do português no Brasil.

¹¹ Segundo o conceito adotado pelo IBGE, as famílias são conjunto de pessoas que vive em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal.

A chefia da família realizada por mulheres negras assume destaque quando busca-se construir um panorama sobre as condições de habitação. Essas questões materializam o caráter desigual da sociedade brasileira, e também explicita as desigualdades sociais, de gênero e etnia. Assim, quando são focalizados os domicílios em áreas carentes de infraestrutura urbana (favelas), as mulheres negras chefiam 26,8% das famílias, enquanto as mulheres brancas chefiam 12,8%. Já os homens brancos são chefes nestes domicílios em 21% dos casos, e os homens negros possuem a liderança com a chefia de 39,4% das famílias (IPEA, 2011).

Neste cenário de afirmação pelo trabalho, as mulheres negras e mestiças perceberam e conseguiram negociar, com habilidade ímpar, os limitados espaços para atuação produtiva, que garantiram sua sobrevivência e a possibilidade de ascensão socioeconômica. Segundo dados dos últimos censos do IBGE, o período compreendido entre 2000 a 2010, o percentual de famílias com chefia feminina aumentou mais de 10 pontos percentuais, e considerando que o censo 2010 apurou o total de 57.314.048 famílias, significa dizer que no Brasil existem mais de 21 milhões de famílias nas quais as mulheres respondem pelo sustento.

Se, por um lado, o aumento da participação da mulher na chefia da família indica uma alteração em posições antes predominantemente masculinas, que convidam a uma análise mais profunda, uma vez que refletem as transformações dos papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, por outro, ainda reproduzem algumas das desigualdades encontradas em outras esferas da sociedade. É interessante perceber que, ainda hoje, existem algumas características da situação da trabalhadora negra que permanecem marcantes, como a remuneração mais baixa, quando comparada a outros grupos, e a concentração em determinados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e condições de trabalho são inferiores, como se fossem “guetos” da subalternização e da realização de atividades manuais.

O trabalho realizado pelas mulheres negras, em grande parte, concentra-se nas atividades informais e precárias, ambas mais vulneráveis, que recentemente começaram a ter pequenos amparos legais. Essas mulheres se valeram das ocupações por conta-própria, mais característica dos setores de comércio e serviço, refúgio de sobrevivência de muitos excluídos dos setores mais formalizados e organizados do mercado de trabalho. Neste cenário de afirmação pelo trabalho, as mulheres negras e mestiças perceberam e conseguiram negociar, com habilidade

ímpar, os limitados espaços para atuação produtiva, que garantiram sua sobrevivência e ascensão socioeconômica.

A mulher continua trabalhando para assegurar sua independência econômica e a autonomia dos rumos de sua vida, contando com legitimidade social. Ainda que seja necessário avançar mais no reconhecimento dos trabalhos de rua, é possível perceber que as mulheres que dominam esse espaço, exprimem a satisfação da conquista de uma identidade profissional. Muitas são donas do seu próprio negócio, são empreendedoras e já não estão mais na ilegalidade, ainda que permaneçam na informalidade.

Considerando a informalidade na acepção defendida por Maria Cristina Cacciamali (1990), tem-se a delimitação do espaço econômico informal a partir das características e do funcionamento da pequena produção mercantil, com até cinco “empregados”, na qual o trabalhador informal participa na produção sob as formas de “patrão” e “empregado”. Conjugando seu trabalho na produção e na “gestão” e, controlando assim todo o processo do negócio, o trabalhador informal se preocupa mais com o emprego e a geração de renda que com a rentabilidade competitiva, pois a grande maioria das atividades informais se assenta sobre uma base de pequeno valor econômico, quando comparada com as empresas capitalistas de maior porte.

As mulheres negras, trabalhando em suas atividades informais, geram renda, mantêm seus empreendimentos e sustentam uma rede de negócios, que garantem lucros, reinvestimentos e dignidade para dezenas de pessoas. O trabalho nas ruas configura-se como possibilidade de sobrevivência, complemento de renda e a realidade para auferir melhores rendimentos para essas mulheres, que passam a ter voz e imagem positiva de si e da sua própria vida, por si e pela sociedade que as cerca. O trabalho acaba sendo um indutor de modos de sociabilidade, que permite inscrever na memória local e nacional a mulher como símbolo identitário e patrimônio nacional, além de conferir certa vivacidade ao legado cultural de um grupo étnico.

Reconhecer a importância do trabalho feminino como elemento afirmativo de identidade social, significa também reconhecer e valorizar um elemento fundamental, a independência econômica, em uma sociedade marcada por processos transitórios. Nesta sociedade, existem auto representações multireferenciadas, levando à ação de diferentes maneiras, em diferentes contextos. Constroem-se e reconstroem-se identidades e formas de pertencer, sofre-se influência do que é produzido pelos

sujeitos economicamente ativos. O mundo passa a ser visto por diferentes lentes e abordagens interconectadas, transmitidas, ressemantizadas e ressignificadas.

Por meio do trabalho, as mulheres negras encontraram caminhos que lhes proporcionaram visibilidade, com a possibilidade concreta de ultrapassar os modelos de sociedade construídos por motivações masculinas. Elas foram desconstruindo o papel de “escravas da procriação” ou de objeto sexual, rompendo o estereótipo pejorativo da “mulata sensual” para, no fim do século XX, irromper os contextos de precariedade e dificuldade nos quais estavam inseridas, e produziram o sustento de suas famílias, tornando-se assim atrizes ativas, que constroem estratégias de superação, empoderam-se e desenvolvem capacidades, em busca de realização pessoal e profissional. Pelo trabalho informal, as mulheres souberam aproveitar e reinventar espaços de atuação reconhecidos, e foram em busca de autonomia, respeito e independência.

Neste quadro de intensas transformações, após alguns séculos de depreciação da mulher, em especial as negras, mestiças e pobres, é possível perceber um novo momento, no qual o trabalho passou a ser um importante suporte da identidade social das mulheres, mais do que no passado, quando apenas os papéis de mãe e de esposa eram oficialmente legitimados (LIPOVETSKY, 1997).

A história das mulheres revela sua história de corpo e de papéis desempenhados na vida privada, no seio familiar, nos fundos das cozinhas, para chegar ao espaço urbano, do trabalho e da criação. Saiu da condição (imposta) de vítima, para uma posição ativa, que permite múltiplas interações e proporciona mudanças (PERROT, 2007). Saiu do silêncio, da conformidade da “ordem das coisas” e rompeu com os padrões da mulher bem comportada, da “Amélia que era mulher de verdade porque não tinha a menor vaidade...” (LAGO; ALVES, 1942), para instaurar novos modelos de mulheres, que vão à luta pela conquista de seus espaços, sejam eles privados, públicos, íntimos, objetivos ou subjetivos...

A atuação das mulheres no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, constitui-se em um dos elementos salutarres da construção e reconstrução de seus papéis e de suas identidades. Desse modo, a atividade produtiva feminina acabou por exprimir uma espécie de promoção histórica da mulher, que passa a governar a si mesma e a sua família, e ainda possibilita uma nova posição identitária do feminino.

Será importante falar dos processos de informalidade, tecendo algumas considerações para entendê-lo, buscando perceber sua relação com o trabalho feminino na construção de uma história de protagonismos, empoderamento e afirmação da autonomia da mulher, notadamente as negras e mestiças e seus tabuleiros de acarajé, trabalhadoras nas ruas do atual Centro Antigo de Salvador.

2.1. Processos de informalidade e trabalho feminino

A partir da segunda metade do século XX, as grandes transformações mundiais redimensionaram as formas de produção e o próprio mercado de trabalho, principalmente nos países classificados na categoria “em desenvolvimento”, em especial, os latino-americanos. O crescimento industrial e a urbanização nesses países ocorreram sem transformação econômica e social capazes de absorverem o excedente crescente de mão de obra que não se encaixava nos setores mais modernos e dinâmicos da economia, o que acabou provocando um inchaço do setor terciário. Essa mão de obra, quase sempre em situação de subemprego ou desemprego foi impelida a desenvolver estratégias outras de sobrevivência, “migrando” para atividades organizadas em pequena escala.

Nos tempos atuais de globalização, quatro fatores merecem destaque nessa reflexão: 1) a reestruturação produtiva; 2) a internacionalização dos mercados financeiros; 3) a maior abertura comercial das economias; e 4) a desregulamentação do mercado de trabalho, seja por ações ativas (mudanças nas regras), seja por ações passivas (desgaste das regras). Como efeito destes fatores, foram produzidos maior incerteza nos negócios e menor crescimento das taxas de emprego industrial, o que “favoreceu” a expansão do emprego terciário e a ampliação deste setor de forma não estruturada.

Somente após as análises dessa nova conjuntura socioeconômica em níveis mundiais, é que o conceito de informalidade começa a ganhar espaço nas discussões contemporâneas, relacionando-se a temas como a reestruturação produtiva, a flexibilização e precarização das relações de trabalho, a terceirização, as mudanças na cultura do trabalho e a configuração de novos padrões de consumo. É possível encontrar na literatura especializada, o setor informal tanto como alternativa para absorção do excedente de mão de obra, desempregada pelo

setor formal, nas diferentes fases recessivas das economias, quanto como um fenômeno inerente ao processo de desenvolvimento capitalista.

Segundo Cacciamali (2000), os processos de informalidade relacionam-se às diferentes formas de inserção do trabalho, que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais. Isto, por um lado, redefine muitas regras da relação de assalariamento, com o uso flexível e intenso do trabalho, associando o binômio qualidade-produtividade, além do uso ampliado do trabalho em domicílio, temporário ou subcontratado; e por outro, considerando o racionamento dos empregos assalariados formais, amplia a ocorrência do trabalho por conta própria como estratégia de sobrevivência, considerando que este último pode gerar ganhos relativamente satisfatórios. Assim, hoje as atividades informais podem ser percebidas tanto nas economias periféricas quanto nas centrais, com atores e atrizes sociais que possuem qualificação e renda, às vezes, superior aos dos postos formais.

Existem distintos marcos teóricos que buscam explicar o fenômeno social da informalidade, sendo possível representá-lo como evasão e sonegação fiscais, terceirização, microempresas, comércio de rua ou ambulante, contratações ilegais de trabalhadores assalariados, trabalho temporário ou em domicílio. O fato é que uma parcela significativa de trabalhadores mais pobres, em todo o mundo, ainda está inserida em atividades do setor informal, o que renova o interesse pelo tema.

Ainda não existe um pleno consenso sobre o conceito de informalidade, mas para nortear as análises aqui propostas, entenderemos informalidade à luz do que defende a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considera como características da informalidade: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (CACCIAMALI, 2000).

É importante destacar que as atividades informais devem ser analisadas em função e como consequência de um processo singular de desenvolvimento econômico, com marcas específicas de tempo, espaço e estágio de maturidade da forma de produção capitalista, o que pode sugerir algumas possíveis razões da incidência desse tipo de atividade em países recentemente saídos da classificação

“em desenvolvimento” ou que ainda se encontram neste estágio. Hoje, as atividades informais podem ser respostas a esse processo capitalista maior não totalmente amadurecido, que, deixando aberto alguns espaços produtivos, permite a exploração de pequenas organizações ou indivíduos, em micro ou pequena escala de produção e uso intensivo do trabalho. Nesse sentido, convém citar Cacciamali, quando ela afirma que:

As atividades informais caracterizam-se pelo alto grau de heterogeneidade e compreendem um leque diferenciado, desde estratos da pequena burguesia e empreendedores, que podem vir a ser empresários tipicamente capitalistas, até trabalhadores ocasionais, temporários, biscateiros, curiosos, ajudantes em geral, que, impossibilitados de se empregar numa empresa capitalista, pressionam a oferta de trabalho dessas atividades e diminuem a renda média do setor informal em geral. (CACCIAMALI, 1990, p. 221)

Quanto aos rendimentos auferidos nas atividades informais, existem trabalhadores que, devido aos seus atributos produtivos particulares, conseguem rendimentos maiores do que se estivesse no setor formal da economia, principalmente se forem considerados os dados relativos a escolaridade, experiência profissional formal, gênero, etnia e idade, além de aspectos culturais. É interessante ressaltar que, em certas atividades por conta própria, estão também ocupações exercidas por trabalhadores qualificados, como pequenos comerciantes e prestadores de serviços especializados. Com isso, pretende-se defender que nas atividades informais a geração de renda não está somente associada aos níveis mais baixos, reproduzindo um discurso que tende mais à vitimização dos indivíduos que se encontram nela, do que a uma alternativa real de renda e sobrevivência.

A informalidade quase sempre esteve associada às afirmativas de cunho negativo, como uma atividade menor, não organizada, com trabalhadores considerados marginais, que representavam obstáculos aos ideais de pleno desenvolvimento. Mas, com as abordagens mais recentes sobre o tema, é possível perceber, como afirma Maria Aparecida Alves (2001, p. 04), que “o trabalho informal é parte do conjunto das transformações do mercado de trabalho e da intensificação da reestruturação produtiva do capital”. E conforme defende Cacciamali (2000, p. 163), a informalidade “é um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia, que incide na redefinição das relações de produção, das

formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições”.

Nos processos de informalidade, é possível destacar duas categorias de trabalhadores: os assalariados sem registro, que são aqueles contratados à margem da legislação vigente, sem acesso aos benefícios e garantias legais e que nos centros urbanos é composta geralmente por jovens, idosos e mulheres; e os trabalhadores por conta própria, que são aqueles que se “auto empregam”, podendo utilizar do auxílio do trabalho familiar ou de ajudantes temporários, geralmente possuem pouco nível de capital físico, financeiro e humano, são simultaneamente patrões e empregados, prendendo-se à sobrevivência, sem a meta explícita de acúmulo de capital, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Esta última categoria, pode ser encarada também, conforme sugere Ricardo Antunes (2011), como uma primeira modalidade de informalidade, remetendo à figura dos “trabalhadores informais tradicionais”.

Ainda segundo Antunes (2011), neste universo são encontrados os trabalhadores “menos instáveis”, com um mínimo de conhecimento profissional e dos meios de trabalho, atuando predominantemente no setor de prestação de serviços. Podem-se incluir também os trabalhadores “ocasionais” ou “temporários”, que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado. Há casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, praticando os chamados “bicos”.

São exemplos dessa categoria de trabalhadores informais as costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes de artigos de consumo mais imediato, como alimentos, vestuário, calçados e bens de consumo pessoal, camelôs, empregados domésticos, sapateiros e oficinas de reparos. Ainda que ocorra certa regularidade da rotina de trabalho, não existem horários fixos, as jornadas de trabalho são extensas, ultrapassando na maioria das vezes a jornada regular dos postos de trabalho formais. O auxílio para o desenvolvimento do trabalho parte também da relação informal, dos ajudantes remunerados de forma regular, mas sem registro em carteira ou daqueles que fazem os “bicos” eventuais, ou ainda do apoio de familiares, com ou sem remuneração regular.

Nesta pesquisa, a análise será direcionada para um conjunto de trabalhadores por conta própria no setor informal, os quais estão inseridos no grande mercado de massa, e necessitam dialogar com esse mercado, seja na busca de

produtos e qualidade naquilo que esteja comercializando, seja nas estratégias de atração de clientes, definição de preços e relacionamento com a concorrência, que não será apenas o outro trabalhador informal, mas também as empresas formais. Além da imprevisibilidade da renda em suas atividades, deve ser lembrado que as garantias legais são mínimas, estando sempre sujeito às alterações impostas pelos poderes públicos.

As atividades informais não são tão simples quanto podem parecer. Elas possuem seu grau de complexidade na medida em que reúnem os mais diversos perfis de trabalhadores e trabalhadoras, desde aqueles um pouco mais capitalizados, que conseguem organizar melhor sua dinâmica de trabalho, até aqueles que precisam da venda do dia, para garantir os produtos do dia seguinte, conquistando de fato a sobrevivência dia a dia. As histórias de vida também são diversas. Existem os que trabalharam a “vida inteira” nessas atividades e outros que aí estão por falta de outras opções. Existem aqueles que carregam a tradição da família, outros enxergaram a possibilidade de obter uma renda extra. Alguns desejam que os filhos sigam outros caminhos, já outros defendem que os filhos devem seguir a mesma lida. São mulheres, homens adultos, jovens, crianças e idosos, que permeiam as ruas das mais diversas cidades.

E, neste contexto de trabalho, não apenas as questões materiais são evidenciadas, visto que desempenham papel fundamental para satisfazer, de forma independente, as necessidades básicas de qualquer indivíduo. Mas, o papel do trabalho também carrega uma forte carga simbólica. O trabalho é um fator singular para a construção de identidades, delimitação dos padrões de sociabilidade e estilos de vida. O trabalho, além do sentimento de produtividade, propicia o sentimento de poder controlar os rumos da vida, sem estar à margem ou na dependência de outros sujeitos. As possíveis conquistas pelo trabalho estão intimamente relacionadas à projeção de vida livre e autônoma do enfrentamento e superação, muitas vezes, de situações de poucos recursos e desigualdades sociais.

Segundo Iracema Brandão Guimarães (2010), a informalidade já foi vista como fenômeno passageiro, que seria superado com o desenvolvimento dos mercados formais, e depois passou a ser reconhecido como uma alternativa para enfrentar o desemprego. De acordo com Cristina Bruschini (2000), o setor informal assume seu caráter, efetivo, de ser a possibilidade de sobrevivência da população

pobre, começando a serem pensadas intervenções para a criação de políticas de proteção social.

O fato de os primeiros programas (governamentais) terem sido planejados em um contexto de concepção do informal como fenômeno passageiro, contrasta com a concepção atual prevalecente no contexto neoliberal dos anos 90, cuja postura conduz à permanência do 'setor informal' – não mais como 'tábua de salvação' diante da restrição de empregos, mas como segmento que passa a ser incentivado ou mesmo subsidiado. (GUIMARÃES, 2010, p. 123).

As atividades informais de fato fazem parte do cotidiano de muitas cidades, desde longa data, e com as diversas configurações econômicas e sociais ocorridas no país. Na primeira década do século XXI, do total dos ocupados, o percentual de homens e mulheres trabalhando nas atividades informais no Brasil chegava a 42,1% em 2000, caindo para 37,4% em 2010. Na região Nordeste, as atividades informais representavam 48,3% em 2000 e 45% em 2010. E na Bahia, essas atividades correspondiam a 49,4% dos ocupados em 2000, passando para 44,6% em 2010. Considerando Salvador e sua Região Metropolitana, os ocupados sem carteira assinada em 2000 representavam 16,2% e em 2010 diminuiu para 15,7%. Já os ocupados por conta própria em 2000 representavam 19,7% e em 2010, esse percentual subiu para 22,6%¹².

De toda forma, a incidência de pessoas trabalhando nas atividades informais é bastante significativa. Hoje, é possível presenciar uma espécie de nova informalidade, mais complexa e heterogênea, abrigando diversos atores e atrizes sociais, que podem ser trabalhadores de rua, empregadas domésticas sem carteira assinada e prestadores de serviços das mais diversas naturezas, marcada também por questões de gênero, cor e classe social.

Geralmente o trabalho informal é caracterizado pela inserção precária, mas esta informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade, ou pobreza. A ocupação informal também pode ser uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Assim é possível abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal. Entretanto, quando é focalizada a participação da mulher neste universo, recortando as

mulheres negras e mestiças de baixa renda, tem-se quase sempre uma situação de precariedade das condições de trabalho, com rendimentos variáveis e atividades vulneráveis, tanto do ponto de vista da concorrência do mercado, quanto das ações dos poderes públicos. Talvez essa situação não deva ser atribuída às condições do trabalho informal, mas, sobretudo, aos preconceitos históricos que demarcam o “espaço” e conseqüentemente o papel a ser desempenhado por negros e negras em todas os setores da sociedade.

Quando se fala em Bahia, e particularmente em Salvador, é interessante notar que os negros (ou pretos) e mestiços (ou pardos) constituem maioria entre sua população. Segundo os dados do IBGE em 2000, pretos e pardos representavam cerca de 73,1% da população do estado (13% pretos e 69,1% pardos), enquanto os brancos representavam 25,2% da população. Já em 2009, pretos e pardos somavam 76,6% (16,8% de pretos e 59,8% de pardos), enquanto a representatividade dos brancos caiu para 23%. Considerando o aumento percentual de quase 4 pontos entre os pretos, pode-se perceber um indicativo de mudança nos padrões de identificação e de autoclassificação desta parcela da população.

Diante disso, a população negra e mestiça é presença constante nas ruas da cidade de Salvador, e também é predominante no mercado de trabalho, formal e informal, concorrendo entre si e disputando a atenção dos diversos consumidores das diferentes grupos étnicos e classes sociais. Segundo pesquisa recente sobre o mercado de trabalho informal, realizada pela SETRE/BA e DIEESE¹³, em 2000 a população negra representava 73,1% dos ocupados no estado, e em 2010 aumentou essa participação para 76,3%. Segmentando-se por sexo, as mulheres em 2000 representavam 71,7% do universo de negros ocupados nas atividades informais. Já em 2010, as mulheres passaram a representar 75,6%.

Entretanto, a população negra também é maioria nas taxas de desocupação. Em 2000, representavam 78,5% dos desocupados, e em 2010 essa participação subiu ainda mais, chegando a 81,2%. O que revela um indicativo preocupante quanto às condições adversas para a inserção dessa população no mercado de trabalho.

A preocupação permanece quanto é feita a segmentação por sexo nestes dados. No tocante à mulher negra, ainda persiste uma desigualdade intensa, devido

¹² Mapa da Informalidade da Bahia anos 2000 (SETRE/DIEESE).

¹³ Mapa da Informalidade da Bahia anos 2000 (SETRE/DIEESE).

ao enfrentamento de maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, confirmado pelas taxas de desocupação entre elas que cresceram de 77,3% em 2000, para 81,2% em 2010, enquanto que, entre as mulheres brancas, esta mesma taxa teve redução de 21,2% em 2000 para 18,4% em 2010. Tais dados podem ser melhor visualizados na tabela 03:

Tabela 03 – Taxas de Ocupação e Desocupação

Condição das Atividades	Cor	2000			2010		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Ocupados	Negros	73,9%	71,7%	73,1%	76,7%	75,6%	76,3%
	Não Negros	24,8%	26,9%	25,6%	22,9%	24%	23,3%
Condição das Atividades	Cor	2000			2010		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Desocupados	Negros	79,7%	77,3%	78,5%	81,3%	81,2%	81,2%
	Não Negros	18,8%	21,2%	20,1%	18,3%	18,4%	18,3%

Fonte: Mapa da Informalidade da Bahia anos 2000, p. 26.

As atividades informais representam, no estado da Bahia, um percentual significativo de ocupados, no qual o critério “cor” evidencia uma predominância de pessoas negras em todas as posições ocupacionais (conta própria e sem carteira assinada), nos setores de serviços (incluindo-se o comércio) e agricultura. Salvador “é a cidade da informalidade de baixa renda, que reflete a precariedade das relações de trabalho e da baixa escolaridade.” (GARCIA, 2006, p. 166). E nesta cidade informal, na qual a população negra é maioria nas suas diversas ocupações, a presença feminina ainda apresenta maior incidência de participação no trabalho doméstico sem carteira assinada, composto por mulheres de faixa etária mais elevada e baixa escolaridade. A participação da mulher no mercado de trabalho formal e informal é algo que merece destaque no cenário de transformações ocorridas no país nas últimas décadas. Ainda que não se tenha uma situação de equilíbrio de oportunidade entre os gêneros, cor e classe social, é notório que a mulher conseguiu conquistar espaços importantes pelo trabalho.

Particularmente, a presença das negras e mestiças da cidade de Salvador, atrizes sociais das ruas da cidade, contribuiu não apenas para o desenvolvimento dos aspectos econômicos do setor informal, mas sua participação também foi ativa

na construção de um universo simbólico que formou uma cultura, influenciou práticas religiosas, hábitos cotidianos e formas de mercancia, contribuindo também para a elaboração de todo um sistema alimentar, que integra referenciais de pertencimento e identidade. Mais que uma atividade informal, elas trazem consigo elementos de uma cultura ancestral, uma história escrita muitas vezes fora dos mecanismos e instituições oficiais, transmitida oralmente, através de ritos que eram aprendidos tanto no observar, quanto no fazer.

2.2. De ganhadeira à trabalhadora – reflexões sobre gênero e trabalho

Trabalho remunerado para a população negra e mestiça de Salvador remete aos primeiros passos do processo de urbanização da cidade, que contribuiu para a formação de um ambiente propício ao desenvolvimento do comércio informal dos mais variados serviços e produtos, mercados “nas ruas, praças e becos com os seus balaios, tabuleiros e muita zoada” (REIS, 2012, p. 173). É importante salientar que as atividades informais, naquela época, estavam vinculadas às atividades desenvolvidas em paralelo a economia oficial e fora de qualquer proteção do Estado.

Foi assim que muitos escravizados conseguiram pagar pelas suas alforrias, com os pecúlios acumulados mediante o desempenho de tais atividades. Uma vez libertos, continuavam a se ocupar como ganhadores, garantindo dessa maneira o seu sustento e o de suas famílias. (REIS, 2012, p. 174).

E neste processo, as mulheres sempre estiveram presentes:

Se havia indivíduos de ambos os sexos, a predominância era sem dúvida das mulheres: eram elas as figuras típicas desse ramo de atividade, fazendo-se acompanhar por seus filhos pequenos atados às costas, envolvidos em grande variedade de tecidos coloridos. (REIS, 2012, p. 173).

Sozinhas ou articuladas em grupo, elas faziam de suas casas locais de trabalho e de convívio social, cultural e religioso. Produziam, mercavam e ajudavam a construir uma passagem significativa de sua própria história. Segundo Maria Valéria Pena (1981), na formação da sociedade urbano-industrial brasileira, em meados do século XIX, a força do trabalho feminino desempenhou papel importante

tanto na organização, quanto na acumulação de riqueza. Ainda que uma espécie de “dominação masculina” não encarasse com bons olhos a presença feminina no mundo do trabalho coletivo, as mulheres marcaram sua participação neste universo, atuando na esfera do trabalho doméstico e na reprodução da força de trabalho, com a participação direta no processo produtivo da época.

As mulheres ganhadeiras, presença bastante marcante nos centros escravistas urbanos, eram as responsáveis pela circulação de gêneros alimentícios, venda de algumas miudezas e pela própria alimentação cotidiana dos escravos e libertos ‘ao ganho’, preparando e vendendo comida em tabuleiros levados na cabeça ou dispostos em barracas fixas. (MATTOS, 2008, p. 84)

As mulheres negras sempre estiveram presentes no mundo do trabalho de Salvador, como escravas, negras de ganho e/ou nos cuidados das casas das senhoras. Foram presença constante no cotidiano da cidade e, com o início do processo de industrialização, passaram também a estar nas primeiras fábricas, em atividades que exigiam pouco ou nenhuma qualificação, mas na medida em que as indústrias prosperavam e se modernizavam, o trabalho passou a ser masculinizado.

Vale destacar que a participação feminina no mundo do trabalho não pode ser entendida de forma homogeneizante. Mulheres de diferentes origens passaram de diferentes formas por ele, no qual a marca da cor e classe social devem ser obrigatoriamente associadas nesse contexto. Pois uma coisa é falar de mulheres brancas da classe média, e outra completamente oposta é falar de mulheres negras, pobres, livres ou libertas.

Para as mulheres brancas, o destino “natural” era casar e constituir uma família, assim a centralidade da participação do trabalho feminino residia nos cuidados com a casa e com os filhos, prezando para que tudo funcionasse bem. O traço da submissão era marcante, pois essas mulheres estavam limitadas a uma atuação em espaços privados (a casa), longe de qualquer mecanismo de poder sobre a organização, controle social ou sobre sua própria sexualidade. As outras opções que essas mulheres poderiam ter eram tornarem-se freiras, professoras primárias, enfermeiras ou parteiras.

Já para a população pobre, o casamento não era encorajado, e as mulheres desta camada social, se estivessem nos espaços privados, ocupavam o lugar de “criadas”. O ambiente para melhor localizá-las era o espaço público. Ainda que sua

presença não fosse comemorada, essas mulheres faziam parte ativamente do mundo do trabalho, “na reprodução cotidiana do seu modo de vida e na sua interação social” (PENA, 1981, p. 90).

O cotidiano de trabalho de uma mulher negra liberta é um aspecto particularmente importante a se observar ao longo da história. De modo diferente do que ocorria com a maioria das mulheres brancas, em especial das camadas média e alta da sociedade de então, as negras sempre tiveram de buscar meios de viabilizar a sua subsistência. (REIS, 2012, p. 173).

Um dado interessante é perceber que as mulheres conseguiam ser alforridas com mais facilidade que os homens, por isso existiam mais mulheres forras nas ruas, pois a alforria custava menos, visto que o trabalho feminino era menos valorizado que o masculino. Isso forçava as mulheres a duplicar seus esforços para acumular todos os recursos necessários. Nesse sentido, Schuma Schumacher e Erico Brazil (2007), trazem um fato curioso, afirmando que as primeiras contas poupanças foram abertas por quitandeiras, ganhadeiras e cativas (negras de ganho) ainda no século XIX.

Outro espaço no qual a participação das mulheres negras mereceu destaque foi o da religião de matriz africana. Ainda segundo Schumacher e Brazil (2007), nos terreiros as mulheres puderam ocupar as mais importantes posições hierárquicas. A liderança e marcante presença evidenciaram uma influência decisiva para “as permanências e adaptações dos elementos sagrados e culturais da população negra no país” (p. 110). Considerando que na sociedade brasileira e baiana, “a história de exclusão das mulheres foi agravada por sua origem étnica e de classe”, as mulheres negras “encontraram nos terreiros um lugar de afirmação de sua identidade como mulher e como ser político” (p.111). Segundo Ruth Landes (1967), a mulher negra influenciou a cultura brasileira, em uma perspectiva modernizante, pois ela era economicamente ativa e, muitas vezes, autônoma, tomando decisões, visto que, para sobreviver, contavam unicamente com seu trabalho. Daí é possível perceber o protagonismo destas mulheres, que passaram a agir em uma época na qual o feminino apenas começava a ser tematizado.

Embora tenha representado a maior parte da força produtiva das terras brasileiras, atuando decisivamente em todas as etapas do desenvolvimento econômico nacional (desde os ciclos do açúcar, ouro, café, até a industrialização,

principalmente nos primeiros anos), a população negra e mestiça, de classes menos favorecidas, permanece sem grande visibilidade no mundo do trabalho dos tempos atuais. E quando essa situação é pensada com recorte de gênero, tem-se ainda um quadro mais preocupante.

No entanto, a venda de comida propiciou situação impar para as mulheres trabalhadoras. Hoje não é incomum a presença de empresárias do alimento instaladas nas ruas de Salvador. Seja com seus suntuosos tabuleiros, seja na frente de restaurantes famosos. Personagens como Alaíde do Feijão, Dinha do Acarajé (falecida), Regina, Cira e Dadá, preconizaram uma situação que revela uma perspectiva para as análises sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres negras e mestiças.

Em muitos casos, elas são as únicas responsáveis por diversas famílias, sendo a base de sustentação econômica e social, e porque também não dizer cultural, que assegurou a existência de inúmeras gerações. Em diferentes cenários culturais, as mulheres assumiram um papel de provedora e orientadora de muitos dos seus pares, que através da transmissão de saberes em casa, nas escolas, nos terreiros e no trabalho, começaram a fazer parte da “história oficial” como elemento ativo, evidenciando suas múltiplas e ricas contribuições, que integram uma cultura plural de significados e enfoques.

Refletir sobre essa dinâmica é não deixar de lado as questões de gênero, cor e classe social, trazendo-as para o centro das discussões, e entendendo-as como categorias relacionais. E, como categoria relacional, “o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas” (CISNE, 2012, p. 87), e também devem ser historicizadas, entendidas em um contexto econômico e social, no qual fatores determinantes sejam identificados, de modo a romper com as análises fragmentadas e superficiais. Se o gênero une as mulheres, as demais variáveis tratam de fazer as segmentações sociais e econômicas, fazendo com que mulheres brancas e negras, de classe média e baixa renda, vivenciem experiências do universo feminino de formas diferentes.

É necessário sair do discurso que enfatiza a falta de prestígio e a desvalorização do trabalho das mulheres negras e mestiças, superando a ideia que quando se tem um tipo ou grupo de atividades executadas por mulheres, no dia a dia do seu trabalho, estes são encaradas “como atributos naturais ou extensões de

habilidades próprias do gênero feminino, estas são consideradas dons e não trabalho” (CISNE, 2012, p. 114). Pois, segundo Beth Lobo (1991, p. 150), “uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como menos complexa”, e assim a justificativa do discurso da desvalorização estaria esclarecida. Trabalhar com comida pode até levar a uma conclusão mais apressada e superficial, de que se trata de algo simples de ser feito, algo “natural” para uma mulher. Mas deve-se lembrar que cozinhar profissionalmente é algo que requer habilidades e competências relacionadas não somente ao ato de cozinhar, mas também à capacidade de gerir rede de negócios e negociações, para conquistar e manter o mercado consumidor.

As atividades informais na cidade do Salvador foram e ainda são formas de inserção social. Conservam atividades “tradicionais”, como o comércio de alimentos ou venda ambulante, que coexistem com prestadores de serviços especializados e autônomos, de modo geral, constituindo-se como um dos elementos formadores da cultura local, do modo de ser da cidade. Dentre os protagonistas dessa relação, as baianas de acarajé merecem destaque.

Para estas mulheres é possível transpor uma narrativa associada à depreciação para uma narrativa de afirmação e conquistas. Uma atividade que alcançou êxito por meio de uma estratégia que remonta às ganhadeiras do século XIX, que foi vista com preconceito, e que nos dias atuais se constitui em formas de negócios e negociações, que redefinem papéis sociais. Se, há algumas décadas, elas poderiam estagnar em suas atividades, com condições precárias, marginalizadas e estigmatizadas, hoje elas podem alcançar uma melhor condição financeira, conquistar tanto seus bens materiais, quanto o respeito dos demais sujeitos que também se valem da informalidade e, principalmente, podem consolidar a posição no controle da própria vida.

Assim, as baianas de acarajé, seguem em suas lidas diárias, buscando soluções para seus problemas, negociando seu lugar na rua, na praça, no mercado. Articulam-se com outros atores sociais, estabelecendo parceiros. Performatizam o seu cotidiano, seja pelas vestes, pelos adereços, pelo tabuleiro ou pelos rituais que integram seu ofício. Atuam como empreendedoras informais, em uma alusão ao fato de que o empreendedorismo nem sempre decorre de uma opção formal. Mulheres trabalhando com comida, podem ser desde vendedoras de rua até donas de restaurante; podem trabalhar sozinhas ou empregar outras pessoas com ou sem

carteira assinada. Utilizam pequenos prestadores de serviços, como carregadores, que transportam seus tabuleiros. Negociam com fornecedores regulares, fazem pesquisa de preço, aceitam encomendas e, mesmo nas ruas, geralmente não sofrem os efeitos da criminalidade presente neste ambiente¹⁴.

Pelos estudos sobre empreendedorismo, sabe-se que o empreendedor pode surgir por consequências alheias à sua vontade, como no caso dos herdeiros e os desempregados (BERNARDI, 2003, p.64). Mas se for levado em consideração a definição do termo, tem-se que empreendedor é aquele que "combina a paixão por uma missão social com a imagem de disciplina, inovação e determinação" (DEES, 1998), e assim será possível identificar alguns exemplos de empreendedoras, nos quais as baianas de acarajé serão um tipo clássico. Elas iniciaram suas trajetórias por questões circunstanciais, que vão desde a tradição até a estratégia de sobrevivência, superando em seus tabuleiros as barreiras de ser mulher, negra e pobre.

A baiana de acarajé, como uma empreendedora informal, contribui para a formação da imagem positiva de si mesma. Pois, na medida em que estas mulheres, quase sempre de escolaridade média, assumem o comando de seus negócios, baseado na tradição e na estética negra e africana, acabam construindo os diferenciais de suas ações empreendedoras. A partir deste negócio, sua família é sustentada, seus filhos passam a ter acesso a novas oportunidades de educação e inserção no mercado de trabalho, às vezes trabalhando com elas próprias. Elas passam também a serem empreendedoras de sucesso, pois estão em seus nichos de mercado há mais de 20 ou 30 anos, valendo-se de elementos tradicionais, algumas vezes, aliados a projetos inovadores.

São mulheres que souberam construir redes de relacionamentos pessoais e profissionais, e, ao longo de suas trajetórias, colaboraram decisivamente para o desenvolvimento da sua face de empresária informal, fundamental para a composição dos referenciais simbólicos da cultura da cidade de Salvador.

¹⁴ Durante a pesquisa de campo realizada para esta dissertação, foi perguntado às baianas de acarajé do Centro Antigo de Salvador se elas já tinham sofrido com os efeitos da criminalidade, e todas foram assertivas quando relataram que não tinham passado nenhuma situação de perigo, parecendo que os "bandidos" respeitam as baianas de acarajé.

Capítulo III

Baianas de acarajé e construção de negócios materiais e simbólicos

Segundo os registros do IPHAN (2004), “o ofício das baianas de acarajé, consiste em uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baianas feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás”. Dentre essas comidas, destaca-se o acarajé, um bolinho de feijão fradinho, temperado com sal e cebola, frito no azeite de dendê, cuja receita tem origens no Golfo do Benin. Inicialmente, esse ofício era uma prática feminina, transmitida oralmente a sucessivas gerações, no qual as mulheres que produziam e comercializavam o acarajé eram iniciadas no candomblé. Hoje, é um ofício que continua a ser predominantemente feminino, sendo também a profissão e o negócio de muitas mulheres que cresceram acompanhando suas mães no dia a dia dos tabuleiros, para depois assumir o comando da produção e da venda, gerando renda e edificando negociações materiais e simbólicas.

Historicamente, as baianas de acarajé sempre estiveram nas ruas das cidades, notadamente em Salvador. Se primeiro elas preparavam seus acarajés, e outros quitutes, e saíam pelas ruas mercando em gamelas ou tabuleiros equilibrados sobre a cabeça. Depois de algum tempo, elas se fixaram e fizeram seus pontos, conquistaram sua freguesia, constituíram sociabilidades e passaram a “ganhar a vida” como trabalhadoras, integrando o escopo das atividades do mercado informal. As baianas de acarajé constituem-se assim como um “coletivo de mulheres que, há gerações, carregam em seus tabuleiros as marcas de uma luta por oportunidade, igualdade e justiça social” (ABAM, 2013, p.20).

Como boa parte daqueles que trabalham por conta própria, a rotina dessas mulheres é bem intensa. Para a maioria, o dia começa cedo e o destino ou é a feira, para negociar a compra dos ingredientes necessários para o preparo do acarajé, abará, todos os acompanhamentos, além das cocadas e bolinho de estudante, ou é a cozinha, para de fato iniciar a produção do dia. Depois, é hora de seguir para o seu ponto de venda, e quase sempre o trajeto é feito utilizando-se o transporte público. Elas, quase sempre, levam os produtos em cestos ou balaios, pois o tabuleiro, fogão, sombreiro e cadeira, geralmente, ficam em locais de apoio próximos ao ponto. Chegando, é hora de “armar o tabuleiro”, fazer os últimos arremates em

suas vestes e começar a vender. O dia é longo, e não acaba no horário do comércio formal, segue um pouco mais pela noite, para que no dia seguinte tudo recomece.

Nas ruas, pelos tabuleiros das baianas de acarajé, a comida que alimenta o corpo também é símbolo e veículo de troca cultural. Neste sentido, é interessante notar que o sistema alimentar é um importante veículo cultural, expressando mecanismos de estruturação, diferenciação e pertencimento de hierarquias sociais. A comida e os hábitos alimentares são partes ativas da cultura, pois contribuem para a formação da identidade sócio cultural, realizando a síntese entre imaginário, significados, visões de mundo e representações coletivas. Assim é coerente afirmar que não se come apenas ingredientes, mas também come-se símbolos (SOUSA JR, 2010).

A baiana de acarajé cumpre o papel de ser atriz social que integra o dia a dia das ruas de Salvador, ultrapassa a imagem reificada dos cartões postais da cidade e transita tanto pelo universo das negociações simbólicas, que corroboram a autoestima e as práticas culturais, remetendo a elementos ancestrais da cultura africana. Como também, pelo universo das negociações materiais, cuja venda diária, além de proporcionar o desenvolvimento de uma rede de negócios que envolve diversos fornecedores e prestadores de serviços, também gera o sustento financeiro de inúmeras pessoas, que continuam a crescer pelos tabuleiros de acarajé, reiterando-os como espaços de afirmação permeados pelo cheiro do dendê.

3.1. Rua, comida e comércio: redes materiais e simbólicas

Para pensar nas redes materiais e simbólicas tecidas pelas baianas de acarajé que atuam no centro antigo de Salvador, é interessante associar o papel desempenhado pela comida de rua e pelo comércio informal, inserido em práticas culturais que produzem relações cotidianas e envolvem diversos aspectos simbólicos da vida social. No momento em que se mistura a comida com o ambiente da rua, relaciona-se também tradições culturais que estão presentes no cotidiano.

Neste sentido, tem-se o acarajé, um dos alimentos de origem africana de reconhecido prestígio, tanto na esfera do pragmático (um produto que gera renda e sustenta diversas famílias), quanto na esfera do simbólico (um produto que remete à ancestralidade de um povo e aos elementos rituais de uma religião). O acarajé é um elemento que traz em si a tradição que dialoga com a modernidade, entendendo,

esta tradição, não como um guia normativo para a ação, mas sim como um esquema interpretativo, uma estrutura mental para entender o mundo.

Segundo Adalberto Santos (2011), é possível entender a tradição como “aquilo que persiste do passado no presente” (p. 53). Mas esse “persistir” não representa algo imutável, parado no tempo. A tradição é influenciada pelos acontecimentos do presente, “reformulada em função do contexto histórico” (p. 53) e transmitida aos diversos grupos sociais. Acompanhando as transformações das sociedades, a tradição colabora para o estabelecimento de relações e significados, que, por um lado, conservam particularidades de traços identitários e, por outro, recontextualizam a produção simbólica e o sentido de pertencimento dos indivíduos, em seus grupos sociais. Tais sistemas de significação reverberam em diversas práticas culturais, dentre as quais se destaca o sistema alimentar.

O comportamento humano parece estar diretamente relacionado com o quê, o como, o onde e com a qual frequência se come. A comida parece conferir um sentido ao que se é (identidade). A comida está presente em todos os dias da vida, pois convive-se com diferentes pessoas e seus mais diversos hábitos e crenças alimentares, escolhe-se o que se quer comer, estabelecendo padrões ou estilos de alimentação, criando tabus e formando uma base de representações que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias, por meio de atos (MINTZ, 2001). Aprende-se com a comida e com o comer, de maneira essencial e cotidiana, e esse aprendizado revela repetidamente a cultura na qual cada um está inserido, proporcionando uma sensação de intimidade entre seus membros.

Se existe um domínio da etnografia que só raramente tem sido objeto de pesquisas sistemáticas e profundas é o da culinária. Tal atitude nos parece inexplicável, pois a cozinha parece-nos reativo de rara sensibilidade para avaliar a cultura de uma população; possui uma significação biológica (equilíbrio trófico, saúde geral); incidência sobre a fertilidade e a mortalidade e o comportamento biopsíquico; uma significação técnica (utilizando do meio, tipo de cozimento, arte do preparo); uma significação psicossocial (lugar e papel das refeições, níveis e gêneros de vida); uma significação religiosa (interditos alimentares, repastos comunais)... Resumindo, a cozinha é uma linguagem que se deve saber interpretar para melhor compreender os costumes de um povo. (THOMAS apud LIMA, 2010, p. 38-39)

As comidas são quase sempre associadas a povos particulares, e disso deriva sua relação a questões de identidade. É lugar comum dizer que na França se come rãs e caracóis; na China, arroz, soja e carne de cachorro; na Itália, massas; na Rússia, pão preto; e no Brasil, come-se da feijoada à moqueca, passando pelo churrasco, torresmo, pequi e açaí. Comidas e identidades misturam-se na espantosa e ágil circulação global de receitas, pratos, pessoas, e redefinem novas identidades, resultando em uma congruência de conservadorismo e mudanças que acompanha os estudos sobre alimentação, onde o novo e o tradicional se revelam em complexa interação (MINTZ, 2001). A comida é um fenômeno social, universal e total, na medida em que conjuga social, econômico e culturalmente o velho e o novo, o urbano e o rural, o masculino e o feminino, o branco, o negro e o índio. Sua melhor análise carece de uma abordagem multidisciplinar.

A comida é um fato cultural, pois os sistemas da base alimentar são definidos como resultado e representação de processos culturais, que transformam a natureza. Comida é cultura quando é produzida, pois nem tudo que se come é encontrado na natureza; quando é preparada através de técnicas e práticas culinárias; quando é consumida, na medida em que existe seleção do que comer, com base nos mais variados critérios.

Os gestos elaborados na prática do comer ultrapassam sua dimensão funcional e assumem uma dimensão comunicativa, narram histórias, formam uma memória e expressam mecanismos de estruturação e diferenciação social. O sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo, é um veículo de auto-representação e de troca cultural (MONTANARI, 2008).

Segundo Henrique Carneiro (2005), o comer é um ato de socialização, visto que no desenvolvimento das formas de obtenção de comida, os indivíduos também desenvolveram utensílios culturais diversos, que pode revelar a eficiência produtiva e reprodutiva da obtenção do alimento, a natureza de representações políticas, religiosas e estéticas, além dos critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos.

A comida pode ser apreendida, assimilada e transmitida a diversas gerações e grupamentos, representando significados, emoções e visões de mundo. Essa perspectiva de abordagem favorece o trânsito da comida por temas como tradição, etnia, harmonia, discordância, transitoriedade e identidades. (AMON; MENASCHE,

2008), conferindo-lhe um sentimento de confiança, que proporciona a partilha de saberes, indicações de mudanças e afirmações de pertencimento.

É certo que além de alimentar o corpo, a comida também alimenta o espírito, e em muitas vezes, a identidade religiosa é também uma identidade alimentar (CARNEIRO, 2005), além de também exercer uma função econômica relevante. Fazer parte de uma determinada religião implica na aceitação de diversas regras alimentares, do que se pode ou não se pode comer no cotidiano e/ou nos rituais sagrados, do que alimenta o corpo e o espírito. Assim, os alimentos não têm apenas atributos da composição físico-química, mas possuem atributos ligados ao imaginário, que liga o prazer gustativo às referências de memória e significados sociais e individuais.

As religiões de matrizes africanas são exemplos marcantes da presença da comida como um dos elementos fundamentais de sua configuração, seja nos mitos relacionados aos orixás, seja no dia a dia dos terreiros de candomblés, nos assentamentos e em suas oferendas. Preceitos, palavras, histórias que consagram o alimento ao orixá. Sem isso não há ligação com o sagrado. Um outro ponto interessante, é que o ato de dar de comer ao orixá, começa desde o momento em que se pensa em fazê-lo.

A comida de santo extrapola o alimento, está no desejo de fazer a oferenda ao orixá, ela está na escolha de cada ingrediente, no preparo, na arrumação do prato, no encantamento das palavras, em como se come, com quem se come, e, até mesmo, no que não se pode comer. Ela nutre o simbólico e o real. O ato de oferecer a comida e de também comê-la expressa o vínculo entre o sagrado e o humano. É algo ritual em qualquer cultura, que ajuda a definir as identidades do grupo. Pela comida, a cultura dos terreiros encontra um expressivo veículo de transmissão e manutenção de seus preceitos, reconhecendo nessa comida o axé, a força vital indispensável para a conservação da vida, recheada de sentidos e sentimentos.

Parece claro que a comida de santo (ou orixá) obedeça, em toda a sua elaboração, à preceitos e encantamentos que a difere de qualquer outra. Seu universo simbólico só encontra sentido quando situado em contexto específico. Entretanto, ainda é possível perceber certas confusões quando há referência às comidas legadas pelas tradições africanas. Na comida baiana isso é mais notório. Ainda que a origem da comida afro-brasileira seja vista como uma espécie de secularização da comida dos orixás, é fundamental estabelecer diferenças, e ter

claro que uma coisa é comida de santo e outra é comida de gente. Ambas beberam na mesma fonte, mas cada uma segue seu contexto e seu referencial simbólico próprio.

A cozinha brasileira expressa bem a diversidade cultural que a formou. Contribuições das cozinhas portuguesa, indígena e africana, temperaram o paladar e desenvolveram os mais diversos gostos, criando diversas outras “cozinhas”. Mas a presença da culinária africana tornou-se notória devido a muitos pratos africanos terem sido comuns na alimentação popular, desde o período colonial. Neste contexto, tem-se a cozinha baiana, definida pelo azeite de dendê em quase todos os seus pratos, tornando-o seu traço identitário mais marcante. Até nos pratos que não levam azeite, há um compromisso com ele, “o compromisso da ausência prescrita, da omissão enfatizada na receita que guarda o padrão das interdições rituais.” (LIMA, 2009, p. 35).

Essa comida de azeite possui dois prismas para análise, aquele que a enxerga como comida festiva, presença certa nos eventos de promoção turística, dos restaurantes de comida “típica” baiana; e outro que se relaciona com a comida ritual do candomblé que, embora preserve as tradições, não está imune à mudança e à invenção.

Diz-se muito na Bahia ‘comida de azeite’, gostar ou não gostar de azeite. Mas a ‘comida de azeite’ não é para o baiano a cozinha de todo dia. É uma comida requintada, de ingredientes nem sempre fáceis de encontrar, demorada de fazer e, portanto, uma comida dispendiosa. Cozinha que se formou principalmente com a comida dos africanos nagôs e jejes que predominaram na Bahia do século XIX e criaram o modelo ritual dos candomblés. É precisamente nos terreiros de candomblé onde se encontram as iguarias originais africanas. (LIMA, 2009, p. 36)

Nem todas as comidas de santo acomodam-se bem na comida do dia a dia, mas o processo de apropriações culinárias é algo que faz parte do contexto atual. Se antes “os santos africanos comiam a comida dos homens, hoje, os homens comem a comida estilizada dos santos.” (LIMA, 2009, p. 150).

Na concorrência das “comidas de rua” de origem africana, o acarajé tornou-se uma das iguarias com participação mais intensa na alimentação popular. Acarajé é uma palavra composta da língua *ioruba*: “*acará*” (bola de fogo) e “*jé*” (verbo comer), ou seja, “comer bola de fogo”. Sua origem é explicada por um mito sobre a relação

dos orixás *Xangô* (orixá do fogo e da justiça) com suas esposas, *Oxum* (orixá da fertilidade) e *Iansã* (*Oiá* - orixá dos ventos e tempestades, protetora das baianas de acarajé).

Segundo o Dossiê sobre o Ofício das Baianas de Acarajé (IPHAN, 2004), conta o mito que somente *Oxum* sabia preparar o *acará* de *Xangô*, e que ela sempre preparava, tampava e dizia para *Oiá* que botasse na sua cabeça e levasse para *Xangô*. Ela sempre levava e entregava a ele, que se retirava da frente dela, e depois devolvia a panela como se já tivesse comido o que tinha dentro. Um dia, *Oxum*, cansada das incursões de *Xangô* (pois ela era mais sensual do que ligada a sexo), resolveu “dividir” *Xangô* com *Oiá*. Então preparou novamente o *acará* e disse a *Oiá* para levá-lo, mas não olhar o que tem dentro. A curiosidade de *Oiá* foi despertada, e então ela olhou o que *Xangô* comia, abriu a panela, e subiu aquela língua de fogo, como se fosse uma intensa labareda.

Continuou seu caminho, botou a panela na cabeça e se apresentou na frente de *Xangô*. Mas, como também reza o mito, os deuses sempre sabem que o outro fez ou vai fazer, e por conta disso, eles sempre se entendem e se saem bem por suas astúcias. Quando ela chegou, *Xangô* olhou-a bem nos olhos e a questionou sobre sua comida: “você viu o que eu como?”. *Oiá* respondeu que sim. Disse a *Xangô* que ele comia *acará*, comia fogo. Naquele momento, *Oiá* passou a também comer *acará* com *Xangô* e a ser uma de suas esposas. E o *acará* tornou-se, assim, uma oferenda a esses orixás.

Os ingredientes básicos do *acará* permaneceram os mesmos, e o bolinho feito de feijão-fradinho, cebola e sal, frito no azeite-de-dendê, passou a ser chamado de *acarajé*, configurando-se como elemento central do ofício das baianas de *acarajé*. Sua venda permaneceu como uma atividade econômica relevante para muitas mulheres, e segundo afirmação de Ubiratan Castro de Araújo “o mercado de *acarajé* é um grande mercado que os orixás deram para as mulheres de santo da Bahia” (IPHAN, 2004, p. 22). Hoje, por trás de muitas baianas, existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros, do *acarajé* e de outras iguarias.

A vivacidade da cultura africana constatou que tradição não é algo que resiste ao tempo de forma isolada, mas sim é aberta ao tempo e contemporânea da modernidade (SOUSA JR, 2009), onde o aprendizado nunca cessa. Nessa perspectiva, a comida também acompanha as invenções e reinvenções da cultura, na medida em que se torna um veículo capaz de estreitar a ligação entre o sagrado

e o profano, e transmitir saberes, que assumem novos significados, quando contextualizados em novos universos simbólicos.

O acarajé é um bom exemplo desse processo. Preparado inicialmente apenas por mulheres iniciadas no culto de Iansã e vendido pronto em tabuleiros equilibrados nas cabeças destas mulheres, passou a ser preparado nos tabuleiros que começaram a se fixar em pontos estratégicos no final da década de 1940. Se no início eram vendidos puros ou somente com pimenta, por volta da década de 1970, passou a ser servido com camarão, vatapá e salada e, a partir da década de 1980, teve o caruru incorporado às opções de acompanhamento. E além da forma de vender o acarajé e a inclusão dos “acompanhamentos”, a alteração mais significativa está na figura da baiana de acarajé, que saiu de uma visão negativa do seu ofício, considerado como algo marginal, para o reconhecimento de ser um ofício que integra o patrimônio imaterial da cultura do país. Em seus “pontos” por longos anos, ganharam fama, fizeram amigos, geraram renda, sustentando pessoas, produzindo negócios, agradando clientes e reafirmando práticas culturais.

É inegável que a pós-modernidade, ou “modernidade líquida”, trouxe marcas decisivas para a sociedade e suas práticas tradicionais, que não desapareceram, mas tiveram seu *status* modificado em muitos aspectos. É importante lembrar que somos consumidores numa sociedade de consumo, e que essa é a sociedade de mercado. Estamos dentro desse mercado, ao mesmo tempo como autores, clientes e mercadorias. (BAUMAN, 2005).

E muito do que é produzido e consumido está no espaço público da rua. Nele é possível identificar os mais diversos tipos de comércio e empreendimentos individuais, coletivos, formais e informais, que compõem a cena urbana. Além de ser um ambiente de convivências, construções e reconstruções identitárias, a rua é o espaço que propicia negócios e negociações, que criam e recriam elementos culturais, sociais e econômicos múltiplos. Nela pode-se fortalecer as intrincadas representações que revelam os aspectos da vida social e cultural, que são dinâmicas e se transformam nos diferentes tempos e contextos. E a comida de rua, elemento marcante neste cenário, segue acompanhando tais dinâmicas, que acabam por conferir significados à formação dos diferentes atores sociais que sofrem influências do que se come, pensa, produz, realiza e circula.

Esta formação ocorre nos mais variados ambientes, públicos e privados, mas é instigante notar as influências e transformações ocorridas na esfera pública, nos

espaços urbanos da vida das cidades. As ruas atuam como artérias pulsantes, que transportam personagens e cenários que revelam o dinamismo cultural. Em Salvador, esses espaços desenvolveram-se com a coexistência de forças de transformação e forças de resistência, assumindo significados diversos, por vezes ambíguos, a cada momento da história da cidade, e que, portanto, sugerem leituras atentas, pois resistir e transformar foram atitudes decisivas para a sobrevivência daqueles que dependiam do comércio das ruas.

Os diversos atores sociais foram escrevendo suas narrativas e apropriando-se dos espaços para construir suas concepções de sociabilidades, trabalho e sobrevivência. Neste sentido, a rua, o espaço urbano aberto (público), tornou-se o local de circulação de pessoas, objetos, informações, práticas culturais e sociais, e principalmente, de mercadorias. Afirmando-se, ao longo dos anos, como local de encontros, embates, performances e consumo, que poderiam proporcionar transformação, resistência, conformação e possibilidades.

Com base em Ana Fani A. Carlos (2008), para entender os diversos usos e apropriações dos espaços urbanos, é preciso ter claro a existência de diferentes necessidades e interesses dos indivíduos. Assim, um viés de análise possível é o de entender as relações sociais construídas nos espaços urbanos a partir da perspectiva de mercado. O mercado aqui significa as negociações, as “regras do jogo comercial”, as regras do negócio que proporcionam certos direcionamentos e/ou limites de escolhas e estratégias de atuação. Desse modo, para compreender a localização de uma determinada atividade é preciso identificar as condições de mercado na qual ela está inserida, levando em consideração as especificidades de cada lugar.

Dentro deste mercado, é interessante notar que o comércio de rua desempenha papéis variados a depender do contexto social e econômico no qual está inserido, atuando como elemento de estabilização social, que reforça a ideologia de ascensão social pelo consumo e a ideologia do trabalho autônomo (SANTOS, 1987). Fenômeno típico de modelos de sociedades economicamente instáveis, o comércio de rua pode ser considerado como um sinal de vitalidade, de capacidade de adaptação desta mesma sociedade.

Este comércio informal no espaço aberto reafirma o que defende Santos (1985, p.01), “o espaço está na economia, assim como a economia está no espaço”. Assim, comércio informal e rua parecem estar intimamente associados, na medida

em que ele transforma os espaços públicos em significativos pontos de troca e venda de produtos e serviços, que demandam um conjunto de estratégias que possam atrair seus clientes e consumidores. Assim, as ruas são modificadas enquanto o comércio se faz presente. As relações mediadas pelo mercado redefinem o uso dos espaços, conferindo diferentes usos e funções que integram o cotidiano urbano.

A relação de mercado auxilia de modo salutar o entendimento das dinâmicas sociais operadas nas ruas, pois é possível estabelecer uma imagem do ator social (trabalhador informal) com o lugar (o ponto), visto que, na medida que há a aquisição de uma dada mercadoria (a relação de troca), as relações sociais também estão se concretizando. A presença das atividades comerciais informais realizadas nas ruas do centro antigo de Salvador, pelas baianas de acarajé, reflete uma série de combinações históricas e socioeconômicas, muitas vezes desiguais, que fazem parte do cotidiano das pessoas que circulam por esta área, mas que também dizem respeito ao papel histórico desempenhado por mulheres, reconhecendo seu ofício tanto como indicador social e cultural, quanto econômico, já que, de acordo com os dados apurados em toda a pesquisa, as redes de negócio edificadas pelas baianas de acarajé significam muito mais que uma simples opção à falta de outras oportunidades de inserção produtiva.

Saber onde comprar, como escolher e negociar são fatores que também ajudam muito no sucesso do negócio. A Feira de São Joaquim é o destino preferido para a maioria das baianas do centro antigo de Salvador. Sejam elas famosas ou anônimas, é na feira que elas saem em busca da melhor oferta de ingredientes (temperos, camarões, dendê e feijões), associando a confiança no fornecedor, com a qualidade dos produtos e as melhores condições comerciais. É importante frisar que para comprar bons produtos é necessário possuir um bom fornecedor e um comprador que saiba escolher bem o que quer. Cada produto tem “segredos” próprios, e os três ingredientes-chave são o dendê, o camarão e o feijão.

No caso do dendê, não basta estar “bonito”, “bem apresentado”, para ser utilizado com o acarajé, pois tem dendê que é mais indicado para uma moqueca, visto que, segundo as baianas, se o azeite “espumar” quando esquentar não vai servir para fritar os bolinhos. Para o caso do camarão defumado, mais cuidados devem existir, pois sua vida útil para venda é de oito dias, e, além disso, deve-se verificar a qualidade da defumação, uma vez que quanto menos se defuma, mais o

camarão pesa. Desse modo, é imperativo ter atenção para se comprar produtos novos, “fresquinhos”, com boa aparência e com bom tamanho (“graúdos”, na linguagem popular).

Quanto ao feijão, atualmente, ele já é vendido já partido (quebrado), adiantando uma etapa no processo produtivo. Antes de triturá-lo nos moinhos elétricos, deve ser retirada toda a sua casca. Para tal, o feijão deve ficar de molho na água e depois ser lavado por várias vezes, passando pela peneira. Lavado, sem casca e triturado, passa-se à vez de bater bastante a massa, temperando-a, mantendo o cuidado para não “azedá-la” (estragá-la). O acarajé é uma comida caseira, feita todo dia. Deve-se ter muita atenção e cuidado com a qualidade, pois qualquer problema pode significar a perda de mercadoria e, conseqüentemente, prejuízo para os negócios.

Não é à toa que a maioria das baianas pesquisadas possui fornecedores fixos para esses três ingredientes. Segundo elas, são ingredientes caros, tanto no preço quanto na importância do preparo dos produtos. Muitos desses fornecedores acompanham a vida dessas mulheres desde antes delas assumirem o comando dos tabuleiros, sendo fornecedores de suas antecessoras. Desse tempo de relacionamento comercial, pode-se perceber as bases de confiança mútua desta parceria, reafirmada no cuidado de selecionar os ingredientes segundo o “gosto” da baiana, na opção de entregar em casa (compra programada) ou no ponto (compra emergencial), ou ainda nas facilidades na hora de pagar, pois muitas não possuem cartão de crédito (uma das grandes opções de compra da contemporaneidade), e realizam seus pagamentos em dinheiro, precisando, em certas ocasiões, de flexibilidade no prazo para quitar seus débitos. Durante a pesquisa, não foi raro o relato de que em tempos de vendas fracas o pagamento das compras já atrasou, e nem por isso houve diminuição do crédito com os fornecedores.

A atividade de baiana de acarajé foi regulamentada por decreto municipal em 1998, o qual definiu normas para a indumentária, tabuleiro e localização. Além disso, as baianas buscam realizar, pela ABAM (Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares) articulações políticas importantes, que levem à garantia de direitos a essas trabalhadoras, bem como a parceria com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para a adesão ao MEI (Micro Empreendedor Individual), no qual a baiana deve contribuir com R\$ 34,00 por mês,

tornando-se de fato uma pequena empresária, com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o que vai possibilitar acesso às linhas de microcrédito.

Outra ação importante é a que se relaciona aos cursos de capacitação desenvolvidos pela própria associação, com carga horária de 100h/aula, os quais abordam temas como Aspectos Históricos e Culturais, Etnia, Associativismo, Atendimento ao Cliente, Noções de Compra, Manipulação de Alimentos e Higiene. Existem também as parcerias com o SENAC (Serviço Nacional de Apoio ao Comércio) e com a SECOPA (Secretaria da Copa), que promovem cursos de manipulação de alimentos e de língua inglesa.

Uma questão do processo produtivo das baianas que sempre foi um problema era o que fazer com o resíduo do azeite de dendê. Para isso, a associação firmou duas parcerias importantes para reciclar o azeite de dendê, uma com a “Recicle” – cooperativa que integra os projetos da Associação Pracatum do músico Carlinhos Brown, que produz sabão a partir do resíduo do azeite; e outra com a “Biotanque” – indústria que produz biodiesel a partir do resíduo do azeite. Esse tipo de ação evidencia o comprometimento das baianas de acarajé com as questões ambientais.

Uma articulação salutar da qual as baianas fazem parte, diz respeito à luta política através da participação em eventos nacionais como o Encontro Nacional de Baianas de Acarajé, que tem como objetivo a busca pelo empoderamento dessas atrizes sociais com a formação de lideranças internas, para que elas se conscientizem de seus direitos e deveres. A partir desses encontros, formaram-se lideranças para atuação em núcleos da associação em outras cidades do estado da Bahia e em outras cidades do país, levando-as à participação em eventos nacionais e locais sobre reparação e cultura. O próximo projeto de articulação política das baianas de acarajé é a busca pela formação de um Conselho Gestor do Plano de Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé, para que sejam identificados mecanismos de proteção e fortalecimento ao reconhecimento do título de patrimônio imaterial da cultura do Brasil em todas as cidades do país, uma vez que o texto original faz referência ao ofício realizado apenas em Salvador.

As baianas de acarajé seguem seu ofício no comércio de comida de rua, um trabalho que faz parte da história como uma das mais importantes estratégias de geração de renda para um grupo de mulheres, por vezes excluídas da economia formal. Mas, ao passo que o trabalho das baianas significa uma atividade produtiva, os quitutes vendidos integram a prática alimentar de se comer na rua, algo

naturalizado no modelo de sociedade atual, que reúne preservação de culturas e diálogos com as regras de mercado. As baianas de acarajé e sua comida de rua, integrando o comércio informal veem tecendo e fortalecendo redes de negócios e negociações, que surgem como respostas contundentes às desigualdades de gênero, cor e classe social.

Elas não são mais as “negas de bozó”, depreciadas por serem do candomblé, por fazerem um alimento para pobres. Elas são “empresárias de sucesso”, com negócios pequenos, médios ou grandes, que se configuram como relevante fonte de renda, num cenário marcado pelos ainda elevados índices de desemprego, baixo poder aquisitivo e acesso limitado à educação. No espaço da rua elas buscaram demarcar seus territórios de ação, aliaram bom produto, preço, fácil acesso e praticidade, ao gosto pelas “comidas de azeite”, ao prazer de comer e a saciedade da fome pela comida e pelos símbolos que formam o modo de ser da própria cidade de Salvador.

3.2. As donas do tabuleiro

Vinte mulheres foram pesquisadas para a realização da pesquisa de campo desta dissertação de mestrado. E, pela voz dessas mulheres, perceberam-se histórias de vida que se aproximam e se cruzam, que contam sobre os desafios, as alegrias e os cansaços do ofício que fazem parte do cotidiano há longos anos.

Quanto à identificação geral das baianas do Centro Antigo de Salvador, constatou-se que são mulheres negras ou mestiças, com média de 50 anos de idade e 27 anos de trabalho no tabuleiro, considerando que essa média de trabalho refere-se ao tempo no qual elas assumiram o comando da venda do acarajé, pois a presença no dia a dia dos tabuleiros é algo que remonta à infância e ao início da adolescência da maioria dessas mulheres.

A baiana mais jovem possuía 21 anos de idade, enquanto a mais velha estava com 75 anos de idade. O menor tempo de venda de acarajé registrado foi de 02 anos, enquanto o maior tempo de atuação foi de 50 anos. Um dado interessante, é que os esses dois extremos foram protagonizados pelas mesmas baianas, ou seja, a baiana mais jovem também é aquela com menor tempo de venda de acarajé, e a baiana mais velha, também é aquela que mais tempo possui de tabuleiro, segundo

ela “sou baiana desde o tempo do fifó”¹⁵. Abaixo segue a tabela 04 com o panorama geral das baianas que participaram da pesquisa, quanto a idade, tempo de tabuleiro, idade que assumiu o comando da venda do acarajé, localização do ponto de venda e bairro onde mora:

Tabela 04 – Panorama Geral das Baianas de Acarajé – Pesquisa de Campo 2013

Baianas de acarajé	Idade	Tempo como baiana	Idade que assumiu o tabuleiro	Ponto	Bairro que mora
Baiana 01	59	45	14	Pç Municipal	Cabula
Baiana 02	42	20	22	Pç Sé	Liberdade
Baiana 03	46	25	21	Terreiro de Jesus	Lobato
Baiana 04	21	2	19	Terreiro de Jesus	Pau da Lima
Baiana 05	55	22	33	Pç Sé	Cabula
Baiana 06	39	24	15	Comércio	Pau Miudo
Baiana 07	52	37	15	Pç Conde dos Arcos	Pero Vaz
Baiana 08	53	20	33	São Bento	Massaranduba
Baiana 09	59	40	19	Av. Sete	Nazare
Baiana 10	41	27	14	Relógio São Pedro	Barris
Baiana 11	66	40	26	Relógio São Pedro	2 de Julho
Baiana 12	41	3	38	Relógio São Pedro	2 de Julho
Baiana 13	52	12	40	Mercês	Barris
Baiana 14	49	23	26	Pç Castro Alves	Vale das Pedrinhas
Baiana 15	51	32	19	Bx Sapateiros	Bx Sapateiros
Baiana 16	53	25	28	Barroquinha	Narandiba
Baiana 17	40	25	15	Carlos Gomes	Vale das Pedrinhas
Baiana 18	60	28	32	Largo Pelourinho	Lauro de Freitas
Baiana 19	75	50	25	Pç Cruz Caída	Nazaré
Baiana 20	53	35	18	Mercado Modelo	Cabula
MÉDIAS	50	27	24		

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

Quanto à escolarização, 45% das baianas pesquisadas possuem o nível fundamental, enquanto 50 % delas possuem o nível médio. Quando é observado o bairro no qual as baianas residem, percebe-se que apenas 35% moram em bairros próximos do local no qual trabalham. As demais, 65% dos casos, precisam fazer grandes deslocamentos nos dias em que trabalham.

¹⁵ Fala de Dona Luzia, baiana de acarajé há 50 anos, com ponto em frente ao monumento da Cruz Caída. Segundo ela, antigamente tinha luz nas ruas, mas não tinha luz no tabuleiro, então se fazia um “fifó”, uma

Quanto à religião declarada, 45% delas disseram ser católicas, 20% são do candomblé, 15% são evangélicas e 20% disseram não ter religião definida, afirmando que acreditam em “Deus”. A questão da autodeclaração como católica pode ser relativizada, visto que foi possível notar referências simbólicas do candomblé, como cores das roupas segundo os dias consagrados a cada orixá ou colares que remetiam aos preceitos. O que leva a crer que o catolicismo dessas mulheres não deixa de lado certas influências do candomblé. Quanto às de religião evangélica, notou-se o respeito à origem do ofício tanto na fala, quanto nas indumentárias utilizadas e na forma de vender.

Em relação ao estado civil ou marital, 40% são casadas e 15% vivem em uma união estável, totalizando 55% que possuem um companheiro. As solteiras representam 25% do universo, as separadas 10% e as viúvas 10%. Quanto aos filhos, 90% possuem filhos e em média residem com mais três pessoas em casa, sendo que em 80% dos casos existem outras pessoas trabalhando em casa. Mas quando analisada a questão sobre a principal responsável pelo sustento da família (“a chefe da família”), 70% delas são as principais responsáveis, reiterando a presença feminina na chefia das famílias.

Quando são cruzadas as questões entre estado civil e responsabilidade pelo sustento, algo interessante salta aos olhos. Do universo de casadas, 75% das mulheres são as principais responsáveis pelo sustento da casa. Quando se agrupa as que mantêm um companheiro (casadas e união estável), as mulheres são responsáveis pelo sustento em 55% dos casos. No caso daquelas que não possuem companheiro (solteiras, separadas e viúvas), elas são responsáveis pelo sustento da casa em 89% dos casos. Esses dados, mais uma vez, corroboram para a defesa que o trabalho feminino deixou de ser complementar, e no universo pesquisado é algo consolidado.

Quanto à renda da família, houve em geral uma informação sobre a imprevisibilidade dos ganhos. Como as baianas são as principais responsáveis pelo sustento da família, a renda mensal sofre diretamente as variações do movimento das vendas, assim, a predominância da renda mensal foi de dois a quatro salários mínimos¹⁶ (R\$ 1.356 a R\$ 2.712), com 45% dos casos, seguido da faixa que

espécie de lamparina improvisada, feita com uma lata e um torço de corda que ficava aceso para iluminar o tabuleiro.

¹⁶ O salário mínimo de referência foi vigente durante o ano de 2013, no valor de R\$ 678,00.

engloba de quatro a seis salários mínimos (R\$ 2.712 a R\$ 4.068), em 20% das respostas, que é o mesmo percentual apurado para aquelas que não informaram sua renda mensal, alegando justamente a falta de regularidade na venda. Na sequência, a tabela 05 apresenta a síntese da totalização dos dados tabulados desta primeira parte da pesquisa:

Tabela 05 – Identificação Geral das Baianas de Acarajé – Pesquisa de Campo 2013

QUESTÕES	RESULTADOS
Escolaridade:	
Fundamental	45%
Médio	50%
Superior	5%
Religião:	
Candomblé	20%
Católica	45%
Evangélica	15%
Sem religião	20%
Estado civil/ marital:	
Solteira	25%
Casada	40%
União estável	15%
Separada	10%
Viúva	10%
Tem filhos:	
Não	10%
Sim	90%
Número de pessoas que moram na mesma residência:	Em média residem com mais 3 pessoas.
Renda mensal da família:	
Não informado	20%
De 1 a 2 SM (R\$ 678 a 1.356)	45%
De 2 a 4 SM (R\$ 1.356 a 2.712)	20%
De 4 a 6 SM (R\$ 2.712 a 4.068)	10%
Outras pessoas que trabalham, fora a baiana de acarajé	80% dos casos existem outras pessoas que trabalham na casa
Responsabilidade pelo sustento da família:	
Não	30%
Sim	70%

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

Partindo para a caracterização da atividade em si, ratifica-se que 90% das baianas vendem há mais de 10 anos, ressaltando a relação de tempo mais duradouro entre a atividade e o espaço urbano do Centro Antigo de Salvador. São

as “baianas mais antigas” que mantiveram seus pontos nos mesmos locais, constituíram laços com as pessoas, tornaram-se parte da paisagem, presenciando as transformações da cidade e as oscilações das vendas. Atualmente, segundo as baianas pesquisadas, as vendas só melhoram mesmo nas épocas de festa, principalmente no final do ano. “Já teve tempo da gente vender bem, mas hoje a venda tá fraca. Agora tem uma pastelaria de chinês em cada esquina. A venda fraca acabou diminuindo a quantidade de baiana daqui”¹⁷.

Observa-se também que 65% delas começaram a trabalhar com acarajé entre a infância (menos de 10 anos) e a primeira fase da adolescência (entre 10 e 15 anos). Este ponto merece esclarecimento, pois há diferença entre o tempo que estas mulheres começaram a trabalhar com o acarajé, e o tempo no qual de fato elas assumiram o comando dos tabuleiros. A maior parte das baianas começou a trabalhar com acarajé com suas mães, ainda crianças, como “ajudantes” na feitura dos produtos, no atendimento à clientela ou ainda quando precisavam comprar algum ingrediente para a produção do dia. Na medida em que cresceram, foram assumindo a herança dos tabuleiros.

Mesmo que o universo do tabuleiro de acarajé já fizesse parte da vida destas baianas desde cedo, isso não impediu que 65% delas tivessem trabalhado em outras atividades remuneradas, antes de assumir de fato a venda do acarajé como sua principal atividade laboral. Esse percentual é composto de 15% que foram domésticas (sem carteira assinada, até porque a conquista desse direito é algo extremamente recente), 20% que tiveram outra atividade sem carteira assinada e 30% que tiveram outra atividade com carteira assinada.

Seguir o caminho do tabuleiro, quase sempre, ocorreu quando houve a situação do desemprego. Este foi o fator que motivou essas mulheres a tentarem empreender um negócio próprio, que muitas vezes já estava “no sangue”, na tradição da família. Ressalta-se que 35% das baianas tiveram a venda de acarajé como a única atividade produtiva realizada.

Quanto aos motivos que levaram essas mulheres a vender acarajé, apenas 20% das baianas pesquisadas aprenderam o ofício fora do âmbito familiar. É notória a força da tradição familiar como principal impulsionador, representando 55% dos casos, o que expressa que o ofício de baiana é mesmo passado de geração a

¹⁷ Fala de Dona Maria da Penha, baiana de acarajé há 32 anos, com ponto em frente ao Shopping Baixa dos Sapateiros.

geração, no qual a figura da mãe é a âncora nesse processo – “Minha mãe criou os filhos com o acarajé. Tudo que tenho hoje foi o acarajé que me deu”¹⁸.

A alternativa que segue a tradição familiar diz respeito à dificuldade financeira, que representa 30% das baianas, evidenciando a ocorrência significativa da estratégia familiar de sobrevivência, tendo a alternativa do trabalho, enquanto baiana de acarajé, como algo que ajudou essas mulheres a desenvolverem projetos de vida respaldados em seu trabalho – “Para mim, o acarajé é minha independência, liberdade, minha paz. É o meu trabalho e eu trabalho para mim”¹⁹.

Em 85% dos casos, as baianas de acarajé têm em seus tabuleiros a sua única fonte de renda. Os 15% restantes têm na aposentadoria já adquirida uma segunda alternativa de rendimentos, representando 67% dos casos, ressaltando que a aposentadoria não ocorreu devido ao seu tempo de serviço como baiana, mas sim por outra ocupação formal, que, em certo momento da vida dessas mulheres, foi algo concomitante ao ofício de baiana. As restantes possuem como outra fonte de renda o aluguel de casas. Reiterando a tradição familiar da venda do acarajé, verificamos que 75% das baianas possuem pelo menos um outro membro da família vendendo acarajé²⁰.

Uma questão apontou um dado significativo, no que se refere à continuidade da venda do acarajé pelos filhos ou filhas das baianas pesquisadas. Houve um empate nesse item. 50% das baianas querem que os filhos continuem a vender acarajé e 50% não querem que seus filhos continuem a venda no tabuleiro. Os motivos para que os filhos e filhas continuem o ofício residem, principalmente, na manutenção da tradição da família e no fato dessa atividade ser, quase sempre, a principal fonte de renda da família que, mesmo com as incertezas do comércio, ainda consegue auferir um ganho ligeiramente maior, que em outros tipos de ocupação.

Para as que não querem que os filhos e filhas continuem a venda do acarajé, os motivos concentram-se no fato dos filhos e filhas já terem outras profissões, além de não demonstrarem interesse pelo ofício. É importante dizer que o ponto no qual todas concordaram é que a atividade é demasiadamente cansativa, e que para permanecer nela é preciso muita força de vontade e dedicação.

¹⁸ Fala de Dona Ereonildes, baiana de acarajé há 23 anos, com ponto próximo a Praça Castro Alves.

¹⁹ Fala de Dona Maria da Penha.

Cruzando os dados de idade, tempo de atuação como baiana, a escolaridade e a posição de querer ou não querer a continuidade da atividade, verificamos também um total equilíbrio quanto à continuidade da venda do acarajé pelos filhos ou filhas. Das baianas que querem que os filhos e filhas continuem com a venda de acarajé, a média de idade encontrada foi de 51 anos, com 26 anos de trabalho. Das baianas que não desejam a continuidade da atividade por parte de seus filhos, a média de idade foi de 50 anos, com 27 anos de trabalho.

No que se refere à escolaridade, entre aquelas que possuem apenas o nível fundamental, também houve empate, 50% são a favor e 50% são contra. Entre aquelas que possuem o nível médio foi que surgiu percentual que ultrapassou um pouco esse equilíbrio de números, pois 60% não querem que os filhos continuem a venda de acarajé e 40% desejam que ocorra a continuidade. Esse último dado pode representar que aquelas que tiveram um pouco mais de escolaridade, querem que seus filhos também tenham uma melhor escolarização, priorizando outras profissões do mercado de trabalho formal. Na sequência, a tabela 06 apresenta a síntese da totalização dos dados tabulados desta segunda parte da pesquisa:

Tabela 06 – A Atividade da Baiana de Acarajé – Pesquisa de Campo 2013

QUESTÕES	RESULTADOS
Fazia antes de vender acarajé:	
Venda de acarajé como única atividade produtiva	35%
Outra atividade sem carteira assinada	20%
Outra atividade com carteira assinada	30%
Trabalho doméstico	15%
Tempo que vende acarajé:	
Menos de 1 ano	0%
De 1 a 2 anos	5%
De 2 a 5 anos	5%
De 5 a 7 anos	0%
De 7 a 10 anos	0%
De mais de 10 anos	90%
Idade que começou a trabalhar com acarajé:	
Menos de 10 anos	20%
De 10 a 15 anos	45%
De 16 a 20 anos	15%
De 21 a 30 anos	10%
De 31 a 40 anos	10%
Motivo que levou a vender acarajé:	
Tradição familiar	55%
Dificuldade financeira/ alternativa de sobrevivência	30%

²⁰ Entre as baianas pesquisadas, tivemos dois casos de entrevistarmos baianas da mesma família – Dona Solange e Dona Miraci, que são irmãs; e Dona Jovelina e Dona Sofia, que são mãe e filha.

Renda extra	15%
Obrigação religiosa	0%

Outra atividade remunerada:	
Não	85%
Sim – qual?	15% <ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria: 67% • Casas de aluguel: 33%
Outra pessoa na família que vende ou vendeu acarajé:	
Não	25%
Sim	75%. Há pelo menos 01 membro da família vendendo acarajé.
Deseja que seus filhos continuem na venda do acarajé:	
Não	50%
Sim	50%

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

A atividade de baiana de acarajé ainda é uma atividade solitária, ou possui a companhia de apenas mais uma pessoa. Entre as baianas pesquisadas, 50% delas trabalham sozinhas em seus pontos e 30% têm a ajuda de uma pessoa. É interessante, pois esse estar sozinho é relativo porque, pelo que foi observado, essas mulheres, após tantos anos nos mesmos pontos de venda, desenvolveram uma série de relações sociais com outros trabalhadores informais desses locais, que acabam desempenhando um papel de ajudantes no cotidiano do tabuleiro. Eles “olham” o tabuleiro se a baiana precisar sair por alguns minutos, eles ajudam-na quando precisa trocar dinheiro.

A baiana de acarajé integra a paisagem urbana, não como mera figura decorativa, mas como elemento que compõe as diversas sociabilidades construídas no espaço da rua. Ela ultrapassa a imagem reificada da atração turística, e interage com os diversos personagens da vida cotidiana. Essa relação pode ser de trabalho com seus ajudantes fixos ou temporários, pode ser de coleguismo ou de concorrência com os demais trabalhadores desses espaços, e também pode ser de confiança com os clientes assíduos, que enxergam a baiana também como uma mulher experiente, que pode ouvir, ensinar e aconselhar sobre coisas da vida.

Mas, concentrando nas relações de trabalho, entre os trabalhadores informais há uma espécie de cuidado mútuo, lembrando um pouco o que existia nos cantos, desde o século XIX. Uma reprodução, talvez sem intencionalidade, dessa prática,

que também evidencia certa cumplicidade entre aqueles que estão na mesma situação, trabalhando por conta própria para a conquista de seu sustento. É importante dizer que as baianas que trabalham sozinhas possuem ajudantes eventuais, que geralmente cumprem as funções de carregadores que transportam os tabuleiros, botijões de gás e fogões para os depósitos utilizados para guardar tais materiais. Esses ajudantes informais são remunerados com pequenos valores e podem se ausentar sem qualquer aviso prévio.

Aquelas que trabalham com pessoas da família representam 35% dos casos, e destes, 57% são filhos ou filhas e 29% dos casos são irmãs; já os maridos, tias e mães representam juntos 14% dos casos. Buscando caracterizar um pouco mais a mão de obra que trabalha com essas baianas, verifica-se que 50% das pessoas que trabalham com elas não possuem registro em carteira. Entretanto, mesmo sem registro formal, há a predominância do salário regular no tocante à forma de remuneração dessas pessoas, representando 35% dos casos contra 15% da ajuda de custo irregular. Os valores pagos como salário regular são acordados entre a baiana e os ajudantes, e chegam a pouco mais de um salário mínimo. Na sequência, a tabela 07 apresenta a síntese da totalização dos dados tabulados desta terceira parte da pesquisa:

Tabela 07 – As Relações de Trabalho – Pesquisa de Campo 2013

QUESTÕES	RESULTADOS
Número de pessoas que ajudam na venda:	
Trabalha sozinha	50%
01 pessoa	30%
02 pessoas	5%
03 pessoas	10%
04 pessoas	0%
05 pessoas	5%
Acima de 5 pessoas	0%
Pessoas da família trabalhando junto:	
Não	65%
Sim	35%
Quem?	57% são os filhos ou filhas; 29% são irmãs; 14% representam marido, mãe e tia;
Pessoas que trabalham possuem registro em carteira:	
Não	50%

Sim	5%
Não se aplica	45%

Forma de remuneração das pessoas que trabalham:	
Salário regular	35%
Ajuda de custo irregular	15%
Não remunera	5%
Não se aplica	45%

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

Quanto à análise da dinâmica do ponto de venda, verifica-se que 95% das baianas possuem licença da Prefeitura Municipal de Salvador para mercar seus produtos nos pontos habituais. Em época de festas na cidade, como São João, Carnaval, Festa de Santa Bárbara, entre outras, elas precisam pagar uma licença especial para esses eventos, tanto para mercar nos mesmos pontos, quanto para pontos de venda diferentes. Os valores pagos à Prefeitura em 2013 foram da ordem de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a taxa anual e R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por dia para as licenças especiais de São João e Carnaval²¹.

A única baiana que não possui licença da Prefeitura é Dona Maria da Penha, que atua em um ponto em frente ao Shopping Baixa dos Sapateiros. A não existência de licença é devido ao fato da área que ela utiliza ser de propriedade do Shopping, que firmou com ela um contrato de utilização do espaço, o que a isenta de pagar taxas à administração municipal. Algo que ficou bastante evidente na fala de todas as baianas pesquisadas foi o que diz respeito às dificuldades que o poder público vem colocando para a permanência nas ruas.

Segundo elas, ter a licença já não é garantia de trabalhar tranquilamente no espaço urbano pois se o poder público decidir fazer algo naquele espaço, ele simplesmente manda a baiana sair, não oferecendo alternativas de relocação de modo dialogado. Segundo elas, quando existe uma alternativa para o ponto de venda, ela é imposta pelo poder público, e muitas vezes feita para locais com pouca circulação de pessoas, o que se torna um dificultador para a venda.

Deve-se ressaltar que alguns acontecimentos recentes parecem ter contribuído para esse sentimento de indignação das baianas, em relação aos

²¹ Valores informados por Dona Miraci, baiana de acarajé há 22 anos, com ponto na Praça da Sé, próximo à Catedral Basílica.

poderes públicos. O primeiro fato que deve ser lembrado foi a polêmica da proibição da presença das baianas de acarajé na nova Arena Fonte Nova²². A proibição foi determinada pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), no primeiro semestre de 2013. Esse fato gerou uma série de mobilizações, capitaneadas pela ABAM que, junto com a opinião pública, realizaram pressões que resultou na revogação da proibição. Assim, das dez baianas que tinham seus pontos no antigo estádio, seis conseguiram permanecer.

Um outro fato que merece ser contextualizado, refere-se à retirada das baianas de acarajé das praias de Salvador. Segundo a Justiça Federal, é proibida a comercialização de alimentos e bebidas nas areias das praias da cidade, assim nem o tacho nem o tabuleiro poderão ficar na faixa de areia. Essa decisão fez com que a Prefeitura Municipal procedesse a retirada dos barraqueiros, vendedores ambulantes e das baianas de acarajé da faixa litorânea, fiscalizando e punindo quem tentar descumprir a lei. Desse modo, a Prefeitura iniciou desde o início do mês de Dezembro/2103 o Projeto de Requalificação da Orla Marítima de Salvador. A alternativa proposta pelo poder público é a de permitir que as baianas montem seus tabuleiros nos calçadões da Orla, fazendo a venda na areia por meio de “garçons” ou ajudantes. O impasse ocorre porque, segundo a ABAM, existem cerca de 500 baianas que trabalham nas praias, e a venda nos calçadões vai disponibilizar cerca de 120 pontos de venda.

Retomando os dados apurados na pesquisa, questionou-se sobre a forma que o ponto de venda foi adquirido. Em 50% dos casos, o ponto foi herdado da mãe, que quase sempre trabalhou nele por trinta a quarenta anos antes da sucessão ser realizada. Nos demais 50% dos casos, o ponto foi “feito”, ou seja, foram conquistados a partir da identificação de um local apropriado para venda, motivado pela necessidade de mudar o ponto de venda original de suas antecessoras, ou pelo interesse de iniciar a atividade.

E, nestes espaços de atuação, foram construídas relações com as pessoas que circulam cotidianamente. Seja o colega vendedor que atua na mesma região, e que na hora da necessidade, acaba sendo um ajudante da baiana, seja nas pessoas que trabalham próximas aos tabuleiros, que se tornaram fregueses habituais e amigos, que compartilham com essas baianas um pouco de suas vidas.

²² Estádio de futebol reconstruído para a realização da Copa do Mundo de Futebol, FIFA 2014.

Durante a pesquisa, foram vários os momentos em que essas pessoas chegavam, conversam com a baiana, falavam de problemas, pediam conselhos, dividiam conquistas. A baiana não era apenas mais uma trabalhadora autônoma daquele espaço, ela era alguém que se tornou referência para outras pessoas. “Se a baiana não vai trabalhar, estas pessoas do dia a dia questionam, procuram informações sobre o porquê da ausência”²³. Não sentem falta apenas da comida que já compõe os hábitos alimentares, sentem falta da mulher do tabuleiro que faz parte da dinâmica das relações diárias daquele espaço.

Quanto aos dias da semana em que trabalham, nota-se a predominância do intervalo de segunda-feira a sábado, com 40% dos casos, seguido da opção dias alternados, com 30% dos casos e a opção de segunda a sexta-feira, com 20%. Dois aspectos podem ser levantados a partir dessa frequência, o mais evidente é que, como o espaço de trabalho está no centro da cidade, no qual o comércio é forte entre segunda e sábado, as baianas acompanham essa dinâmica, reservando o domingo para o descanso ou trabalho em outro ponto de venda, geralmente na área da praia.

Outro aspecto que diz respeito à ocorrência do trabalho em dias alternados, é a justificativa do fraco movimento de vendas. Segundo as baianas que trabalham assim, são escolhidos os dias que geralmente têm melhor movimento, como a terça-feira, a quinta e a sexta-feira, e às vezes o sábado. Quanto ao horário de trabalho, em média apurou-se que a predominância é das 11:00 até às 20:00, sendo que o horário de início dos trabalhos mais cedo registrado foi o de 08:00 e o de término mais tarde foi o de 01:00.

Quanto à existência de um outro ponto de venda, 85% das baianas não o possuem. Apenas 15% delas possuem um segundo ponto de venda, e estes estão localizados em regiões de praia, como Ribeira e Roma (na Cidade Baixa) e Ipitanga (no município de Lauro de Freitas). Em relação ao uso do traje típico de baiana de acarajé, 90% são a favor e utilizam, no qual 73% reforçam o uso pela questão da tradição, 17% falaram que o traje ajuda a atrair clientes, 5% dizem que é bonito vestir-se de baiana e 5% afirmaram que gostam e preferem usar mesmo. Para aquelas que não usam o traje típico, alegam que o motivo é devido ao calor e ao

²³ Situação relatada por Dona Maria da Penha. Segundo ela, quando ela não aparece no ponto, “os colegas” procuram saber o que houve, e chegam a ir até a casa dela, que fica próxima ao seu ponto de venda, para saber notícias.

trabalho que dá vestir a roupa mais tradicional, mas afirmaram que se for estabelecido a orientação da ABAM para o uso obrigatório do traje típico de baiana, elas passarão a usá-lo.

Quanto ao modo como é feito o transporte do tabuleiro e acessórios no dia a dia de trabalho, 70% delas utilizam outro meio de transporte, que não seja veículo próprio ou de terceiros. Desse total, 71% utilizam um espaço próximo ao seu local de trabalho como depósito para guardar os tabuleiros, botijões de gás e fogões, levando para casa apenas a cesta com as comidas, deslocando-se, em sua maioria, em ônibus urbanos; 21% utilizam carregadores para transportar os tabuleiros, botijões de gás e fogões para casa, visto que moram perto; e 8% possuem um apartamento de apoio no local no qual trabalham. Apenas 15% possuem veículo próprio para fazer o transporte do tabuleiro e acessórios, e as outras 15% utilizam veículos de terceiros para essa atividade.

Quanto à forma que adquiriu seu tabuleiro, 80% das baianas encomendaram a sua produção e 15% ganharam de presente em 1999, através de um prêmio chamado Troféu Acarajé 10. Quanto à manutenção do tabuleiro (pintura, troca de vidros e estrutura dos pés), em 35% dos casos ocorre anualmente, em 25% dos casos as baianas procuram realizá-la semestralmente ou quando houver algum problema na estrutura, e em 15% dos casos a manutenção é feita a cada dois anos. Na sequência, a tabela 08 apresenta a síntese da totalização dos dados tabulados desta quarta parte da pesquisa:

Tabela 08 – O Ponto e o Tabuleiro – Pesquisa de Campo 2013

QUESTÕES	RESULTADOS
Licença para comercialização:	
Não	5%
Sim	95%
Forma que adquiriu o ponto de venda:	
Fez o próprio ponto	50%
Herdou	50%
Dias da semana que vende acarajé:	
Todos os dias	5%
De segunda a sexta-feira	20%
De segunda a sábado	40%
Dias alternados	30%
De terça a domingo	5%
Horário de funcionamento do ponto:	Em média o horário de trabalho é das 11:00 às 20:00.

Possui um outro ponto de venda:	
Não	85%
Sim	15% (Locais: Praia de Roma, Ribeira e Praia de Ipitanga em Lauro de Freitas)
Acha importante vestir-se com traje típico de baiana:	
Não – porque?	10%
(1) dá trabalho/ faz calor (2) não acho importante	100% o motivo é pelo calor e trabalho que dá vestir a roupa tradicional.
Sim – porque?	90%
(3) tradição (4) é bonito (5) atrai clientes (6) preferência/ gosto	73% pela tradição; 17% para atrair clientes; 5% porque é bonito; 5% porque gosta e prefere usar.
Transporte do seu tabuleiro e acessórios nos dias de trabalho:	
Veículo próprio	15%
Veículo de terceiros	15%
Outro – qual?	70% <ul style="list-style-type: none"> • 71% utiliza espaço próximo ao seu local de trabalho como depósito para guardar os tabuleiros e fogões, levando para casa apenas a cesta com as comidas; • 21% utilizam carregadores para transportar os tabuleiros e fogões para casa, visto que moram perto; • 8% possuem apartamento de apoio no local no qual trabalham.
Como você fez o tabuleiro:	
Comprou pronto	5%
Encomendou	80%
Ganhou de presente	15%
Intervalo de tempo que realiza a manutenção do tabuleiro:	
Semestral	25%
Anual	35%
A cada 02 anos	15%
Quando tiver algum problema na estrutura	25%

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

Os produtos que compõem o tabuleiro das baianas pesquisadas, além do acarajé, trazem em 100% dos casos o abará, 75% possuem o bolinho de estudante e 70% possuem as cocadas. Já a passarinha só foi identificada em 40% dos tabuleiros, e segundo as baianas há certo desinteresse por parte dos clientes para este produto. O que mostra uma ocorrência relevante é a presença de refrigerantes e água mineral, 90% dos casos, e cervejas, com 15% dos casos, que são vendidas pelas baianas em caixas térmicas ou caixas de isopor, fazendo deste elemento uma

constante em todos os tabuleiros pesquisados, potencializando vendas casadas, pois quase sempre a venda de um acarajé ou abará vai sempre acompanhada de um refrigerante. Assim os produtos que caracterizam os tabuleiros contemporâneos do Centro Antigo são o acarajé, o abará, o bolinho de estudante, as cocadas, a água mineral e o refrigerante.

Quanto à feitura dos produtos vendidos nos tabuleiros, em 100% dos casos eles são feitos pelas próprias baianas, que, em 60% das vezes, realiza sozinha e em 40% conta com o auxílio de ajudantes, que geralmente são os filhos ou filhas. Quanto ao local onde as compras dos ingredientes são feitas, verifica-se que a predominância da Feira de São Joaquim é grande, pois em 65% dos casos as compras são feitas somente lá. Mas ainda existem aquelas que fazem compras tanto em São Joaquim, quanto na Feira das Sete Portas, o que representa 20% dos casos. A opção pela compra apenas na Feira das Sete Portas ocorre em somente 10% dos casos e a opção pela compra no bairro onde mora aparece em 5% dos casos.

Quanto à existência de fornecedor regular para os produtos que utiliza, constata-se que isso ocorre em 65% dos casos, principalmente para produtos como azeite de dendê, feijão e camarão. Muitos desses fornecedores chegam inclusive a fazer entregas programadas ou emergências para as baianas. Registra-se também que 35% delas compram no fornecedor que estiver com melhor condição de preço.

Em 95% dos casos as baianas negociam diretamente como o dono do local, pois segundo elas a negociação direta com o dono facilita na hora de fechar a compra, além da relação que existe, na qual o proprietário do negócio já conhece o jeito que a cliente (a baiana) gosta e/ou prefere os produtos. Quanto ao custo médio mensal para fazer os produtos dos tabuleiros, 35% das baianas declararam gastar entre um a dois salários mínimos (R\$ 687 a R\$ 1356), 25% declararam gastar entre meio a um salário mínimo (R\$ 339 a R\$ 678), e 25% declararam gastar entre dois a quatro salários mínimos (R\$ 1356 a R\$ 2712).

Em relação à média diária da venda do acarajé, a maioria informou que não tem o hábito de registrar esse quantitativo, e ainda que o movimento da venda é muito inconstante. Mas em 40% dos casos as baianas acreditam que vendem até 50 unidades por dia, em 25% dos casos, a venda fica entre 51 a 100 unidades dia. Uma venda diária maior ocorre em poucos casos, sendo 10% de 151 a 200 unidades dia, e 5% de 101 a 150 unidades dia. Em 20% dos casos, as baianas não souberam

informar a sua média de venda. Segundo as baianas pesquisadas, em épocas de maior movimento de venda, a chamada alta estação, essa média chega a dobrar.

O preço médio do acarajé sem camarão na região pesquisada foi de R\$ 3,38, enquanto o preço médio com camarão foi de R\$ 4,30. Os menores preços registrados para o acarajé sem camarão ficaram em torno de R\$ 2,00 e R\$ 2,50, enquanto com camarão ficaram em torno de R\$ 3,00 e R\$ 3,50. Os maiores preços registrados para o acarajé sem camarão ficaram em torno de R\$ 4,00 e R\$ 5,00. Os maiores preços com camarão ficaram em torno de R\$ 5,00 e R\$ 6,00.

As baianas definem os preços dos seus produtos baseadas no cálculo de seus custos e de quanto querem ter de lucro em 60% dos casos, enquanto 40% delas segue o preço das demais baianas da região na qual atuam. O que se pode perceber é uma certa equivalência de preços pela localização dos tabuleiros. Desse modo, as baianas que atuam no Pelourinho possuem uma mesma linha de precificação, assim como as que atuam no Comércio. As maiores variações de preço em uma mesma região foram verificadas entre as baianas que atuam na Avenida Sete de Setembro.

De posse dos dados sobre os custos com material, venda média, preço médio e os dias trabalhados por semana, realizou-se um cruzamento para buscar entender um pouco mais os rendimentos dessas trabalhadoras informais dos tabuleiros de acarajé:

	Rateio por dia		Preço médio	Venda por dia
Venda estimada de acarajé por dia:	Sem Camarão	25	3,38	84,50
50 unidades	Com camarão	25	4,30	107,50
				192,00 Total venda por dia
				X 6 Média de dias trabalhados
				1.152,00 Total venda por semana
				X 4 Semanas por mês
				4.608,00 Total venda por mês
				(-) 1.356,00 Custo de material
				3.252,00
				(-) 650,40 Outros custos (20%)
				Rendimento mensal
				2.601,60 estimado

Considerando-se a média de venda de 50 acarajés por dia, rateou-se de forma igualitária a venda com e sem camarão, e multiplicou-se pelos preços médios

apurados. Assim chegou-se ao valor médio por dia de trabalho. Em seguida, multiplicou-se pela a média de dias trabalhados por semana e pela quantidade de semanas para cada mês, estimando os ganhos brutos mensais. Subtraiu-se os custos com material, e arbitrou-se uma rubrica de 20% relacionada a outros custos, como transporte, aluguel de depósito para guardar o tabuleiro, ajudantes pontuais. Não foram considerados nestes custos a condição daquelas baianas que trabalham com funcionários (com ou sem carteira), visto que na região pesquisada essa prática não representa maioria.

Ao final, constatou-se um rendimento mensal estimado, pelas médias apuradas, superior em quase duas vezes a renda média familiar declarada, que foi de até 1.356 reais. Pela opção de trabalho com médias apuradas na pesquisa, essa divergência pode indicar as variações das vendas, na qual ocorrem dias com “bom movimento”, atingindo ou superando as médias trabalhadas, e dias abaixo das médias apuradas. Outra questão que também deve ser levantada se relaciona aos custos com material e outras despesas, que podem sofrer variações.

Considerando o rendimento mensal apurado e a imprevisibilidade inerente a qualquer negócio, pode-se perceber que a atividade de baiana de acarajé ainda auferir ganhos importantes a essas profissionais, confirmando que, mesmo diante das incertezas que afetam o mercado de trabalho informal, para determinados tipos de trabalhador, é possível ter uma remuneração superior a alguns setores do mercado de trabalho formal.

Quanto à representatividade da venda do acarajé, constata-se que em 65% dos casos o acarajé representa 70% do volume total de vendas do mês, sendo que em 100% dos casos é o produto que dá mais lucro às baianas. Tanto que muitas brincaram, dizendo que não é à toa que elas são baianas de acarajé. Segundo elas, o acarajé vende mais, pois a massa é mais leve, o que facilita a digestão. Já o abará vende menos, por ter uma massa mais pesada, e, portanto ter uma digestão mais demorada. E como hoje todo mundo tem uma vida apressada, o acarajé acaba sendo o preferido.

Questionadas sobre qual seria o diferencial do seu tabuleiro, a fala das baianas possuiu sintonia, pois valendo-se de termos diferentes, até porque a questão era aberta (subjetiva), houve a recorrência de três categorias de respostas, a saber: atendimento, qualidade dos produtos e apresentação do tabuleiro. Percebe-se equilíbrio entre as categorias atendimento e qualidade dos produtos; quando

apurada a frequência das respostas, verifica-se a leve predominância da categoria “atendimento”, com 47% das respostas. A qualidade dos produtos esteve presente em 43% das respostas, e a apresentação do tabuleiro foi ressaltada em 10% das respostas.

É importante explicar que a categoria “atendimento” envolveu aspectos como a simpatia, o jeito especial de tratar o cliente, o alto astral, a boa conversa que ajuda a vender e a educação que cativa as pessoas. Já a categoria “qualidade dos produtos” foi ressaltada sob os argumentos do amor e da dedicação investidos no preparo. E a categoria “apresentação do tabuleiro” reuniu os aspectos que trataram sobre a limpeza e o cuidado com a exposição dos produtos. Na sequência, a tabela 09 apresenta a síntese da totalização dos dados tabulados desta quinta parte da pesquisa:

Tabela 09 – Os Produtos e os Negócios – Pesquisa de Campo 2013

QUESTÕES	RESULTADOS
Produtos vendidos no tabuleiro:	
Abará	100%
Bolinho de estudante	75%
Cocada	70%
Passarinha	40%
Refrigerante e água mineral	90%
Cerveja	15%
Você é quem faz todos os produtos vendidos em seu tabuleiro:	
Sim	100%
Não	0%
O processo de feitura é realizado com ajudantes:	
Não – faço sozinha	60%
Sim	40%
Local que faz as compras:	
Feira de São Joaquim	65%
Feira de São Joaquim e Feira da Sete Portas	20%
Feira da Sete Portas	10%
Feira do bairro onde mora	5%
Supermercado	0%
Fornecedores regulares dos produtos que utiliza:	
Não – compro de quem tiver melhor preço	35%
Sim	65%
Com quem negocia:	
Com o dono do local	95%
Com funcionários	5%

34. Custo médio mensal para fazer os produtos do seu tabuleiro:	
Não sei	15%
Até meio SM (R\$ 339)	0%
De meio a 1 SM (R\$ 339 a 678)	25%
De 1 a 2 SM (R\$ 678 a 1.356)	35%
De 2 a 4 SM (R\$ 1.356 a 2.712)	25%
Acima 4 SM (R\$ 4.068)	0%
Média diária de venda de acarajé:	
Não sei	20%
Até 50 unidades	40%
De 51 a 100 unidades	25%
De 101 a 150 unidades	5%
De 151 a 200 unidades	10%
Acima de 200 unidades	0%
Preço médio do acarajé:	
Sem camarão:	3,38.
Com camarão:	4,30.
Representação do acarajé no volume de vendas do mês:	
30%	0%
40%	0%
50%	5%
60%	15%
70%	65%
80%	10%
90%	0%
Não respondeu	5%
Definição do preço dos produtos vendidos:	
Sigo o preço das demais baianas da região	40%
Calculo quanto gasto e quanto quero ter de lucro	60%
Outro – qual?	0%
Não respondeu	0%
Produto que dar mais lucro:	
Não sei	0%
Acarajé	100%
Abará	0%
Bolinho de estudante	0%
Cocada	0%
Passarinha	0%
Refrigerante e água mineral	0%
Cerveja	0%
Diferencial do tabuleiro:	
Atendimento	70%
Qualidade dos produtos	65%
Apresentação do tabuleiro	15%

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

A última parte da pesquisa de campo foi dedicada à percepção de temas mais subjetivos. Composta por três perguntas abertas buscou-se entender o que a atividade de baiana de acarajé representava para estas mulheres, como elas percebiam o futuro da atividade e quais seriam os planos delas para o futuro. Durante as falas, o intuito era o de perceber as nuances das respostas dadas, para então eleger categorias de análise de cada questão.

A primeira pergunta – **o que a atividade de baiana de acarajé representa para você?** – foi bastante especial para toda a pesquisa, pois o desejo era entender as motivações mais intrínsecas que fazem essas mulheres trabalharem há tanto tempo em uma mesma atividade, que requer determinação diária para vencer o cansaço, a incerteza da venda e os problemas de saúde decorrentes do ofício.

Foram eleitas três categorias de análise: **herança** (que envolve os aspectos da tradição e da memória da mãe), **sustento** (que reúne os elementos relacionados ao trabalho que gera renda e independência) e **vida** (que engloba os sentimentos de prazer e autorealização, de fazer com e por amor).

Em relação à frequência das respostas, agrupadas nas categorias acima, constata-se um equilíbrio total entre elas. As respostas relacionadas a herança, memória e tradição reúnem uma frequência com ligeira vantagem em relação às demais, representando 36% do que é a atividade de baiana para essas mulheres, evidenciando a relação com a questão objetiva, anteriormente colocada na pesquisa, que revelou que 55% dessas mulheres decidiram vender acarajé pela tradição familiar. As representações de sustento (e porque não dizer também independência) e vida (ressaltada no sentimento de autorealização) obtiveram um empate, no qual as respostas agrupadas em cada categoria totalizaram 32% da frequência observada.

Ser baiana não é algo exclusivo de um único motivo, esse ofício carrega em si um elemento que dialoga com a tradição, que passa de mãe para filha, e de filha para neta. Uma tradição influenciada e modificada pelo contexto vivido. “Ser baiana representa a herança da minha mãe. A lembrança dela me faz trabalhar com amor, com dedicação, para fazer bem feito, para vender e trazer o freguês”²⁴. É uma atividade que está intrinsecamente relacionada a um universo simbólico da cultura de mulheres que, desde muito cedo (na infância e primeira adolescência, conforme

²⁴ Fala de Dona Tina, baiana de acarajé há 25 anos, com ponto no Terreiro de Jesus, Pelourinho.

apurado na pesquisa), desenvolveram habilidades no trato da freguesia, no negociar com fornecedores e no fazer culinário de especiarias que integram um sistema alimentar, propiciando trocas e disseminação de valores culturais.

Essas mulheres buscaram, em seus saberes, elementos que lhes proporcionassem sobreviver, gerar renda e garantir o sustento dos seus pares. “Ser baiana é minha vida, meu sustento. Faço com amor e gosto do que faço. Não me imagino fazendo outra coisa”²⁵. E essa profissão, vinda pela herança familiar e pela necessidade de superar dificuldades financeiras, culmina na construção da auto realização, em sentimento de prazer em fazer, em prazer em ser baiana de acarajé. “Ser baiana é minha vida. Nasci no acarajé e no meu sangue tem dendê”²⁶.

A segunda pergunta – **o que você acha que irá acontecer com a atividade de baiana de acarajé nos próximos anos?** – revelou respostas que denotam preocupação das baianas com uma possível diminuição da atividade, em um futuro próximo. Observa-se a ocorrência de duas categorias opostas, a **continuação** do ofício e a **diminuição**, considerando-se que nesta última foi necessário subdividir em aspectos relacionados ao desrespeito à atividade, à postura do poder público e ao cansaço associado ao desinteresse dos mais jovens.

A frequência que prevalece nas respostas é da diminuição do ofício de baiana, representando 78% das opiniões. Segundo as baianas, a atividade já vem diminuindo, pelo menos no que diz respeito à tradição da venda do acarajé. As baianas relatam que na região pesquisada já existiu muito mais mulheres com seus tabuleiros, que muitas foram desistindo do ofício, seja pela idade avançada, pela falta de movimento e pelas exigências, cada vez maiores, do poder público. “Se não tomarem providências, não estimularem as baianas, a atividade tende a diminuir. Infelizmente, ainda é uma profissão desvalorizada pelo poder público, falta o devido respeito pelo título que o ofício de baiana tem”²⁷

Entre aquelas que acreditam na diminuição da atividade, 56% acham que isso vai ocorrer principalmente pela postura do poder público, que faz exigências constantes quanto ao ordenamento do espaço urbano, inviabilizando a atividade. “Pelo que vejo vai diminuir. A licença não garante mais nada, pois tiram as baianas

²⁵ Fala de Dona Adriana, baiana de acarajé há 24 anos, com ponto no bairro do Comércio.

²⁶ Fala de Dona Mary, baiana de acarajé há 20 anos, com ponto na Praça da Sé.

²⁷ Fala de Dona Miraci, referindo-se ao título de Patrimônio Imaterial da Cultura do Brasil que o Ofício de Baiana de Acarajé possui.

dos lugares, fazem exigências, mas não ajudam em nada. E, além disso, não é todo mundo que consegue segurar o comércio”²⁸.

O desrespeito à atividade é visto como o segundo motivo que poderá fazer a atividade diminuir, representando 28% das opiniões. “Estão querendo acabar. Estão dificultando mais que facilitando. Julgam as baianas pela religião e muitas pessoas não sabem separar o trabalho da religião. Só mesmo os mais fortes vão conseguir sobreviver”²⁹. Fechando esse quadro de respostas, o cansaço da atividade associado à falta de interesse dos mais jovens representa 16% das opiniões.

As baianas que acreditam que a atividade vai continuar, mesmo com as dificuldades, representam 22% das opiniões. “Acho que nunca vai acabar. A pessoa trabalha até quando aguenta, até quando dá. Muda o tempo e a atividade fica, mas tem que ter coragem”³⁰.

A terceira e última pergunta da pesquisa – **quais são seus planos para o futuro?** – talvez levasse a crer que a resposta mais esperada fosse a **aposentadoria do tabuleiro**, considerando-se a média de trabalho como baiana de 27 anos, e a idade média de 50 anos. Mas aposentadoria não foi a predominância entre os planos para o futuro, foi apenas uma das repostas que representou 45% das ocorrências. E mesmo essa aposentadoria não tem o mesmo significado para todas. Existem aquelas que querem se aposentar e sabem que não terão a sucessão no tabuleiro, 20% dos casos. E aquelas que querem se aposentar, mas pensam em ter outra pessoa que assuma o tabuleiro, da família ou não, mas que queira aprender o ofício e seguir com o trabalho, representando 25% das opiniões. “Quero me aposentar e colocar meu filho para tomar conta do tabuleiro, e ficar supervisionando”³¹.

O que se percebe é a prevalência entre as baianas pesquisadas de uma ligeira maioria (55%), que pensa em **permanecer no acarajé até quando for possível**, segundo elas, “ficar no acarajé até não aguentar mais”³². E essa

²⁸ Fala de Dona Duda, baiana de acarajé há 27 anos, com ponto em frente ao Relógio de São Pedro.

²⁹ Fala de Dona Adriana.

³⁰ Fala de Dona Luzia.

³¹ Fala de Dona Duda.

³² Fala de Dona Suzete, baiana de acarajé há 43 anos, com ponto em frente à Praça Conde dos Arcos, Comércio.

permanência é acompanhada pelo desejo de prosperidade e continuidade do ofício. “Quero continuar. Melhorar meu tabuleiro. Nasci para ser baiana. Quem sabe encontro uma menina para ensinar, para ela continuar no meu lugar, assim como aconteceu comigo”³³. Na sequência, a tabela 10 apresenta a síntese da totalização dos dados tabulados desta sexta e última parte da pesquisa:

Tabela 10 – Projeto de Futuro – Pesquisa de Campo 2013

QUESTÕES	RESULTADOS
41. O que a atividade de baiana de acarajé representa para você?	
Herança	36%
Sustento	32%
Vida (auto realização)	32%
42. O que você acha que irá acontecer com a atividade de baiana de acarajé nos próximos anos?	
Continuar	22%
Diminuir	78%
Causas apontadas para diminuir o ofício:	
Diminuir pela postura do poder público	56%
Diminuir por desrespeito	28%
Diminuir por cansaço e falta de interesse	16%
43. Quais são seus planos para o futuro?	
Aposentadoria sem sucessão	20%
Aposentadoria com sucessão	25%
Permanecer até quando for possível	55%

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa de Campo 2013.

3.3. Histórias de tabuleiro

Pelo observado nas falas das baianas, ainda que haja o cansaço, os problemas de saúde, as dificuldades e incertezas da venda, estar no tabuleiro faz parte de suas vidas. É uma atividade que vincula elementos carregados de valor simbólico. É sustento, trabalho e também é o projeto de vida que afirma uma identidade de mulher batalhadora, que não ficou na sombra dos discursos de vítima das desigualdades sociais e de gênero. “Quero continuar sendo baiana. É trabalhoso, é uma luta, mas também é uma honra”³⁴.

³³ Fala de Dona Adriana.

³⁴ Fala de Dona Mary.

Até quando é pensada a hora de se aposentar, elas falaram que aposentar-se e diminuir o ritmo de trabalho sim, mas isso não significa se acomodar. O trabalho de baiana de acarajé reforça uma profissão predominantemente feminina, que contribuiu para o processo de autonomia da vida dessas mulheres que, se em tempos passados exerciam a atividade para cumprir as obrigações religiosas (na maioria dos casos), e com a licença dos orixás, continuavam a mercar para daí retirar seu sustento.

Hoje, constata-se que elas dedicaram mais de 50% da sua vida a esse ofício, observaram a cidade mudar, o movimento oscilar, as formas de fazer os produtos ganharem certas facilidades, que muitas preferem não adotar (como a massa pronta). Viram a atividade sair de um modo itinerante de final de tarde, para pontos fixos que começam a funcionar ainda pela manhã.

As transformações do mundo contemporâneo, as exigências dos mercados e do poder público, a profissionalização e a globalização que levaram aos tabuleiros cardápios em inglês, com baianas falando em inglês os ingredientes de seus quitutes, além da rede de negócios que movimenta outros participantes, que o cliente muitas vezes não tem a noção que existem, fazem parte da rotina das baianas de acarajé do Centro Antigo de Salvador.

Negócios são edificados e negociações materiais e simbólicas são firmadas com o carregador que vem no final da noite, com o fornecedor da feira que já sabe o que a baiana gosta, com o colega ambulante que vigia o tabuleiro, com o filho ou filha que ajuda no preparo dos produtos. Mas sempre com mulheres à frente, negociando, produzindo e socializando com as mais diferentes pessoas, em diferentes contextos e intensidades a cada momento vivido. Assim, formam uma rede de negócios que ultrapassa a esfera do doméstico. Elas são atrizes sociais do espaço urbano que interagem com as dinâmicas da vida cotidiana das ruas da cidade.

Neste negócio existem os elementos comuns a qualquer tipo de empreendimento, como fornecedores, prestadores de serviço, clientes, modo especializado de produzir, estratégias de venda, diferenciais para se destacar no mercado concorrente. Há um fluxo de caixa, as obrigações com os pagamentos das taxas legais, as negociações de compra, a realização da estocagem e do controle de qualidade da matéria prima, a remuneração das pessoas, sejam elas fixas ou variáveis. A empreendedora informal é solicitada a realizar custos de

aperfeiçoamento, como os relacionados à manipulação dos alimentos, gestão do negócio e língua estrangeira. Tudo para negociar no mercado de consumo contemporâneo.

Mas as baianas de acarajé desenvolvem mais que negócios materiais, elas ajudam a manter também uma tradição que, além de alimentar o corpo, alimenta práticas culturais, que por muitos momentos não tiveram voz nos livros oficiais de nossa história, mas que sempre estiveram presentes, nas ruas, nas praças, na composição de nossas identidades.

As baianas de acarajé desenvolveram seus negócios e os mantiveram de modo ímpar, pois permanecer em uma atividade produtiva e informal, por isso uma média 27 anos nas ruas do Centro Antigo de Salvador, é uma tarefa digna de reverência. Não é raro observar pequenos negócios formais que não conseguem se manter por menos da metade deste tempo.

Assim, o negócio das baianas pesquisadas são empreendimentos individuais, não formalizados que, quando empregam, mantêm a informalidade, e que já estão na segunda ou terceira geração. É baseado em um saber que foi transmitido pela oralidade e pelo exemplo, que nos dias atuais é reciclado por cursos de capacitação promovidos por sua associação (ABAM, 2013).

Quando questionadas sobre possuir mais de um ponto de venda, elas afirmaram categoricamente (visto que 85% não possuem outro ponto) que um único ponto já proporciona trabalho demais, e que elas não teriam recursos para esse tipo de expansão. Segundo elas, as baianas que conseguem ter dois ou mais pontos já são empresas, o que demanda recursos e capacidade que elas dizem não possuir. Entretanto, as 15% que responderam possuir o segundo ponto, apresentam uma questão peculiar, todos esses segundos pontos são em regiões de praia, o que está suscitando certa dúvida quanto à forma que eles continuarão a existir, tendo em vista a proibição da produção de produtos na areia das praias.

Prosperar assume o significado de manter seus negócios informais, aumentando as vendas, para que o lucro também aumente, e assim elas possam seguir progredindo em suas vidas. Entretanto para manter o “sucesso” dos empreendimentos é necessário disciplina e cuidado, controle e dedicação no processo de produção e comercialização do acarajé e outros quitutes. Estes fatores são importantes para ultrapassar os obstáculos do dia-a-dia do trabalho, como algumas posturas do poder público, concorrência e a falta de sucessores.

Como patrimônio imaterial da cultura do Brasil, o ofício das baianas representa um processo de construção social e simbólica de experiências individuais e coletivas, dinâmico ao longo do tempo devido às transformações sociais e as formas de transmissão de uma geração a outra. Sua continuidade não pode ser responsabilidade de somente um grupo social, requer mecanismos que o salvasse, para que novas gerações possam enxergar essa atividade como algo nobre, vinculado a um sistema cultural e econômico.

Com coragem e espírito empreendedor, as baianas de acarajé no decorrer dos anos “arriaram” seus tabuleiros em pontos estratégicos de Salvador, no qual o hábito de vender comida na rua, trazido da África, tornou-se um importante fator de geração de renda para essas mulheres. Com um preço acessível, sabor singular, simpatia e intuição de microempresárias, as baianas conquistaram mais que uma freguesia fiel, conquistaram independência e garantia de ser a protagonista de sua própria história.

Algumas baianas de acarajé que atuam no centro antigo de Salvador, ainda são do tempo no qual, para se fazer o acarajé, era necessário ralar o feijão na pedra, tirando toda a casca e batendo bem a massa, e para servi-lo bastava pimenta. Outras, mais novas no ofício, são do tempo do moinho elétrico, facilidade dos tempos atuais que ajuda a diminuir o trabalho no preparo da massa. Entre tabuleiros de madeira e de alumínio, o que se percebe em quase todas são os símbolos de proteção como folhas de arruda, figas, fitas, contas e imagens de santos e/ou orixás. Em meio as incertezas do mercado e às adversidades do tempo, as baianas permanecem com dois temperos indispensáveis ao sucesso do negócio: a qualidade do produto e a simpatia na hora de vender.

Ser baiana de acarajé não é uma tarefa fácil, e às vezes é a única escolha possível. Representa uma ocupação que exige compromisso e talento, pois se por um lado requer disciplina e perseverança diárias, por outro é fundamental saber lidar com os ingredientes, conferindo certo “encantamento” ao fazer da comida, para que ela conquiste o paladar dos clientes. Muitas dessas mulheres possuem no máximo o segundo grau, e, além disso, possuem um espírito de liderança, habilidades específicas no trato do fazer a comida e iniciativa que as credenciam a se tornarem exemplos bem sucedidos de mulheres de negócio.

Mas, como em toda profissão, muitas começam “de baixo”, como pequenas ajudantes ainda crianças. Não se deve esquecer que muitas das baianas

encontradas hoje, foram as filhas que antes aprenderam o ofício com suas mães. No percurso a ser seguido para ser uma baiana de acarajé, muitas aprenderam em casa as primeiras noções do processo produtivo, quando “catam o camarão” e lavam o feijão. No ponto, ajudaram a carregar o balaio, o tabuleiro, a atender o cliente e a “passar o troco” (as noções de transporte, comercial e finanças do negócio).

Na medida em que cresciam e entendiam mais do ramo, passavam a lidar com a feitura da massa, até chegar ao estágio de fritar os bolinhos, pois é preponderante saber perceber quando o azeite atinge a temperatura certa para iniciar a fritura, ou saber identificar a qualidade do dendê somente pelo olfato (nesse “estágio” é como se atingisse uma etapa de especialização do processo produtivo). E até que ao final, assumissem o comando do tabuleiro, dando seguimento ao ofício de baiana.

É importante ressaltar que neste ofício, o “sucesso” decorre de muito trabalho objetivo, preciso e atento. E também que o sucesso terá significado distinto para as diversas baianas. Não há uma fórmula pronta ou um conceito único, o que é comum é que o acarajé parece não sair da moda, proporcionando “dinheiro na hora, ao vivo” para quem dele obtém o sustento. E, considerando-se que os tabuleiros de acarajé são como pequenas empresas individuais ou familiares, vale lembrar que cada um terá suas regras, onde quem comanda é a mulher, é a baiana. É possível tanto empregar pessoas sem carteira assinada, remunerando-as com diárias ou salário fixo, quanto cedê-lo para outra baiana (que está começando a carreira), em dias específicos.

É notório que a comercialização do acarajé tem uma marca significativa quando se fala em geração de emprego em Salvador. São famílias inteiras que dependem dos tabuleiros. Foram filhos criados, casas próprias adquiridas, contas periódicas pagas com o trabalho diário do acarajé e outros quitutes. As baianas são em sua maioria chefes de suas famílias e principais responsáveis pelos rendimentos da casa, comandam as compras, o processo produtivo e a parte comercial. Elas são as patroas de si mesmas e fazem uma rede de negócios girar, com os mais diferentes prestadores de serviço.

Se, há mais de trinta anos atrás, algumas pessoas achavam que ser baiana de acarajé ou era sinônimo de não saber fazer outra coisa, ou era por conta do candomblé, nos tempos atuais essa concepção foi alterada. Embora prevaleça o nível médio de escolaridade entre essas profissionais, já é possível encontrar

baianas com formação superior, que encontraram no acarajé um trabalho empreendedor. Mas nas mais diversas situações e estágios, é imprescindível que as baianas possuam apoio no que se refere à informação, capacitação, acesso às linhas de microcrédito para incrementar seus negócios e garantias de direitos.

Baianas de acarajé, negras e mestiças, presentes nas ruas de Salvador, com tabuleiros de madeira ou de alumínio, sozinhas em sua maioria, com indumentárias tradicionais, que remetem a um pedaço significativo da história da Bahia, que fazem do trabalho diário momentos que integram a dinâmica da vida na cidade, e, valendo-se das palavras de Dona Luzia, continuam “se divertindo” em seus tabuleiros, até quando Deus quiser.

Considerações Finais

A história da humanidade é, reconhecidamente, uma história escrita por homens. Os referenciais culturais e sociais do Ocidente foram formados com caráter extremamente masculino, pautado pelas objetivações do espírito, no qual a eficiência e valor residiam no desenvolvimento e na perfeição das realidades objetivas, intimamente relacionadas com os progressos dos grandes períodos. Esses princípios de objetividade e imparcialidade foram associados às características masculinas, e, logo, os avanços produtivo e intelectual também estavam vinculados ao homem. Para a mulher cabia o sentimentalismo, a subjetividade e a parcialidade, que não denotavam força para desenvolver os elementos produtivos das sociedades, reduzindo sua posição a mera expectadora dos feitos masculinos.

No decorrer dos tempos, as sociedades transformaram-se, as atividades econômicas, pautadas no modo capitalista, ampliaram o seu raio de alcance, as comunicações e tecnologias cindiram as fronteiras e os encontros face a face adquiriram outras configurações. Essa capacidade de mudança pode ser associada ao profundo processo de valorização da diversidade cultural humana, que se constitui como uma das melhores respostas à hipótese de homogeneização cultural, preconizada pelos críticos mais pessimistas da globalização.

A globalização protagonizou uma mudança radical e irreversível, com transformações que afetaram desde as estruturas estatais até as condições de trabalho, passando pela subjetividade coletiva, pela produção cultural e pelas relações cotidianas. Neste processo, compartilham-se experiências e memórias que dialogam com o contemporâneo e revelam aspectos da vida social e cultural de diversos grupos sociais. Assim, as práticas culturais, sociais e econômicas passaram a conferir sentido e significado às ações destes grupos, produzindo distinções que permeiam a cultura, os modos de vida e de consumo.

O universo feminino também é permeado por estas transformações. Com estas novas configurações de sociedade, as mulheres ganharam espaço nas ciências humanas e sociais, tanto como objeto de estudo quanto como posição de autoria das pesquisas. Lançando novos olhares para a vida cotidiana, percebe-se a busca por referenciais femininos que evidenciam vivências e experiências outras,

ultrapassando os modelos mentais associados, até então, ao ideal de “mãe”, “*belle femme*” ou “bruxa”.

Uma parte significativa de mulheres pode revelar sua porção objetiva enfrentando situações duras das atividades produtivas com empenho, sagacidade e vitalidade. Sob esse ponto de vista, não é difícil encontrar exemplos reais de mulheres que, pelo viés do trabalho, lutaram pela afirmação da autonomia, enquanto donas dos próprios destinos, escrevendo e dando visibilidade às histórias até então esquecidas.

Os domínios da casa e das obrigações tipicamente femininas deixaram de ser limites para a atuação produtiva e profissional das mulheres. E mesmo que o homem ainda continue, prioritariamente, associado aos papéis públicos e instrumentais e as mulheres aos papéis privados e afetivos, é possível perceber o feminino no espaço público.

A atuação no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, constitui-se em um dos elementos salutarés da construção e reconstrução dos papéis e das identidades femininas. Na medida em que as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, gerindo as despesas do lar diretamente e não mais realizando um “trabalho complementar”, passaram a competir de igual modo ou, até mesmo, ocupando posições superiores em relação ao salário e ao *status* dentro e fora de casa, nas diversas relações com os homens.

Todavia, é interessante notar que ser mulher e ser trabalhadora representam condições socialmente construídas no tempo e no espaço, que assumem o desafio de vencer os obstáculos de conjunturas políticas e econômicas, que nem sempre tiveram como propósito reconhecer a mulher como elemento economicamente ativo, ora mantendo-a excluída do processo produtivo, ora explorando a sua força laboral, sem, no entanto, promover uma substantiva valorização social do seu trabalho (SILVA, 2001).

Excluídas dos postos formais de trabalho pelo preconceito racial, mulheres negras e mestiças encontraram nas atividades informais, e notadamente, nas ligadas à cozinha/ alimentação, a possibilidade de conquistar novos espaços. Sozinhas ou articuladas em grupo, como uma espécie de pequenas empreendedoras independentes, produziam e comercializavam produtos. Faziam das casas locais de trabalho e de convívio social, cultural e religioso, e das ruas o local de trabalho, de negociações materiais e simbólicas. Estas atrizes sociais

encontraram no setor informal um importante mecanismo de geração de ocupação e renda, e nas ruas de Salvador acompanharam as transformações ocorridas na cidade, adaptando-se às condições sociais e de mercado, com presença marcante até os dias atuais.

No início eram chamadas de ganhadeiras ou quituteiras, com habilidade no trato do comércio contribuíram também para a manutenção da cultura afro-baiana, construindo espaços sociais e simbólicos, pela língua, gesto, dança, música, religião, e, principalmente, pela capacidade de articulação para sobrevivência e afirmação de sua identidade negra.

Nessa ambiência do trabalho nas ruas, a venda de comida é uma atividade marcante, e nesse comércio, muitos dos elementos da cultura alimentar dos habitantes da cidade foram definidos. Na concorrência das “comidas de rua”, o acarajé, mercado inicialmente entre o final da tarde e à noite nas ruas da cidade, tornou-se uma das comidas de origem africana com participação mais intensa na alimentação popular dos baianos.

Com o passar dos anos, essas negras vendeiras de acará passaram a ser chamadas de “baianas de acarajé”, deixaram de pregoar pelas ruas da cidade, fixaram tabuleiros e tiveram na venda do acarajé uma atividade econômica relevante. Segundo a ABAM (2013), estima-se que em Salvador existam cerca de cinco mil baianas de acarajé, dispersas por vários pontos, ruas e esquinas, o que faz com que o comércio de acarajé se constitua no principal alimento de rua da cidade.

A articulação entre o ambiente da rua, as mulheres negras e o comércio de comida, refletem o local, as protagonistas e o negócio empreendido, que operaram como um dos possíveis caminhos para a conquista de espaços femininos, com construções e reconstruções de papéis e identidades. Em contextos marcados pela necessidade de subsistir e resistir, as baianas de acarajé escreveram, a próprio punho, as linhas que narraram sua história. Muitas souberam utilizar as brechas existentes nos sistemas econômico, político e social, para transformar uma situação de exclusão e poucos horizontes em uma situação de afirmação e potencialidades. Pelo trabalho, as mulheres negras e mestiças conseguiram negociar nos limitados espaços para a atuação produtiva, e com habilidade ímpar garantiram a sobrevivência e ascensão socioeconômica.

É importante ressaltar que essa escrita se fez nos espaços urbanos, sejam eles ruas, praças, becos ou ladeiras, associada aos tabuleiros de comida, práticas

culturais e aptidão para negociar. Considerando este espaço urbano como “uma síntese das ações humanas acumuladas, ao longo do tempo, a partir das suas expressões concretas, marcando nas formas das cidades, estilos, tendências, perspectivas e dinâmicas de períodos passados” (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 13). Em Salvador, os espaços urbanos foram apropriados de diferentes modos, pelos variados atores sociais, com base em necessidades e interesses muitas vezes contraditórios.

As ruas de Salvador, mesmo vistas como “lugar dos excluídos”, foram o *locus* de trabalho marcante para as mulheres negras e mestiças, contribuindo para a formação do comércio local, ambulante e informal, no qual circulavam mercadorias, símbolos e pessoas. Locais de encontros e desencontros, possuem dinamismo que influencia o cotidiano da cidade. Neste cenário, as baianas de acarajé são atrizes sociais que desempenham papel de destaque. Ainda que não se tenha registros precisos sobre quando a primeira mulher fritou, no azeite de dendê, o bolinho feito com feijão-fradinho, cebola e sal, e saiu para mercá-lo, sabe-se hoje que é improvável pensar a cidade de Salvador sem a presença das baianas de acarajé.

O ofício das baianas de acarajé consiste em uma prática tradicional de produção e venda em tabuleiro, de comidas baianas feitas com azeite de dendê, na qual o acarajé se tornou um alimento de destaque (IPHAN, 2004). Sua feitura na cidade do Salvador remonta à época colonial, reproduzida através dos séculos e transmitida com base na tradição oral. As negras vendedoras de acarajé de outrora tiveram nesse ofício a possibilidade de sobreviver, principalmente nos tempos de pós-abolição.

Hoje, estas mulheres tornaram-se empreendedoras, proprietárias de seus negócios e detentoras de um saber que integra o patrimônio imaterial da cultura nacional desde 2004. Marcado tanto pela predominância feminina na produção e na comercialização, quanto pela presença nos espaços públicos de Salvador, este ofício leva em consideração, na maioria das vezes, os ritos e modos de fazer o acarajé, a preparação do lugar, a arrumação do tabuleiro, as indumentárias e a comercialização, notadamente, realizada no mercado informal de ruas, praças, feiras e festas de largo da cidade.

As baianas de acarajé integram a paisagem das ruas. O ponto onde se localiza o tabuleiro é o lugar para comer, para conhecer um pouco de uma cultura alimentar secular e para reconhecer o papel de mulheres protagonistas. Se a baiana

não está em seu ponto, é como se naquele espaço faltasse um elemento que lhe confere significado, que completa o ciclo das dinâmicas simbólicas do cotidiano. Por certo, causaria estranheza estar nas ruas do centro de Salvador e não enxergar as baianas com seus tabuleiros de acarajé. A paisagem urbana ficaria esvaziada de elementos que proporcionam pertencimento e permitem refletir sobre a história do lugar e sobre a concepção das práticas sociais deste espaço.

Depois de muitos anos de trabalho e luta para conquistar espaços concretos de atuação, o reconhecimento do ofício das baianas de acarajé consolida uma prática cultural de longa continuidade histórica, que também se constitui como um fator marcante da identidade soteropolitana. Assim, as baianas de acarajé são aceitas e integram o universo simbólico e material da cultura baiana, reinventando alternativas para se manterem nas ruas da cidade de Salvador, por longos anos.

Deve-se ressaltar também que existe legitimidade destas mulheres nas ruas da cidade. Esta legitimidade é representada quando as baianas de acarajé não são objeto da violência urbana, ainda que estejam nas ruas vulneráveis a assaltos, principalmente na volta para casa após o dia de trabalho. Constatou-se que as baianas do Centro Antigo de Salvador não registraram nenhuma ocorrência dessa natureza. Segundo algumas delas, “ladrão não mexe com baiana de acarajé”.

Por meio do trabalho criativo e criador, as baianas de acarajé ultrapassaram os estigmas de “mulheres sem sorte” ou “negas de bozó”, convertendo-se, atualmente, em “mulheres de negócios”, “empresárias” ou “empreendedoras individuais e informais”. Cada uma reúne em si os elementos necessários para fazer seus negócios seguirem adiante, pois elas possuem, de modo individual, a força do trabalho, o meio de produção e o capital. O que vai dar o tamanho do empreendimento será o objetivo estratégico e os recursos financeiros disponíveis de cada uma. As baianas pesquisadas no centro antigo de Salvador, em sua maioria, optaram por apenas um ponto de venda, e algumas formaram uma equipe de trabalho que ultrapassou os limites da ajuda dos filhos e cônjuges.

Nesse sentido, ressalta-se a capacidade de negociação com a sociedade civil, notadamente com fornecedores e fregueses. Mesmo sem as garantias habituais requeridas pelas transações comerciais, as baianas de acarajé, muitas vezes sem posse de cartões de crédito ou conta em instituição financeira, conseguem crédito com seus parceiros comerciais. Algumas das baianas pesquisadas relataram que houve épocas de pouco movimento de vendas, nas

quais o atraso de pagamentos aos fornecedores foi inevitável, mas que, mesmo assim, não houve qualquer tipo de redução no crédito para se continuar comprando. A certeza do pagamento ultrapassava as regras mais objetivas, situando-se na garantia de quitação, derivada da credibilidade de um ofício que faz parte do cotidiano de todo um grupo social.

A atuação produtiva das baianas de acarajé no mercado informal expressa uma espécie de promoção histórica da mulher, tanto pelo universo das negociações simbólicas que possibilita uma nova postura identitária do feminino, valorizando a autoestima, as práticas culturais e a direção do próprio destino, quanto pelo universo das negociações materiais, quando assume a posição de liderança nas famílias, reunindo a capacidade de gerar renda e a proeminência das atitudes relacionadas ao cuidado de filhos, cônjuges e “agregados”. Nos tabuleiros de acarajé formam-se redes de negócios, com relações sólidas de fornecedores, colaboradores e clientela. Mais que locais de venda diária, são espaços de afirmação do universo feminino negro e mestiço.

As baianas de acarajé nas ruas de Salvador reafirmam, contemporaneamente, o *locus* de atuação histórica das mulheres negras e mestiças, edificando negócios e negociações de natureza material e simbólica. O trabalho nas ruas imprimiu uma dinâmica social diferenciada, com relações mais emocionais entre aqueles que compõem o universo de trabalhadores deste espaço. Estar mercando nas ruas remonta uma tradição de séculos passados, quando o grupo dos “excluídos” das posições de emprego formal, iam às ruas para buscar meios informais de geração de renda, que garantiam o sustento de si e suas famílias. Mas deve-se ressaltar que esta atuação não se deu de forma tranquila. Foi um processo de conquista, com reconhecimento gradativo, primeiro com a população mais simples da cidade, e depois com a população de classes sociais mais abastadas.

Outro ponto que merece uma ressalva é o que trata dos processos tensos de negociação com o poder público. Em via de regra, o poder público sempre buscou meios para controlar as mulheres negras e mestiças comerciantes das ruas de Salvador e, em muitas vezes, usou de poder coercitivo para exercer certos controles. Isso ainda é possível ser observado, na medida em que algo constante na fala das baianas pesquisadas remete às dificuldades que o poder público atual impõe.

A licença municipal não é sinônimo de garantia para o uso do espaço, pois se for do interesse do poder público ou, até mesmo, da iniciativa privada, a baiana é

impelida a sair, sem a relocação espacial compatível com seu ponto de origem. Assim, os limites e vontades dos antigos senhores foram substituídos pelos interesses do poder público e da iniciativa privada. As antigas posturas municipais, demandadas pelas câmaras municipais, deram lugar às ordens das diversas secretarias e seus órgãos fiscalizadores. Tanto no passado quanto no presente ainda persistem situações de embate e tensão.

A presença das atividades comerciais informais realizadas nas ruas do Centro Antigo de Salvador pelas baianas de acarajé, refletem uma série de combinações históricas e socioeconômicas, quase sempre desiguais, que fazem parte do cotidiano das pessoas que por lá circulam, como também dizem respeito ao papel histórico desempenhado por tais mulheres. É fato que se deve reconhecer o ofício das baianas de acarajé tanto como indicador social e cultural, quanto econômico, pois durante toda a pesquisa apresentada, constatou-se que as redes de negócios edificadas pelas baianas de acarajé significam muito mais que uma simples opção à falta de outras oportunidades de inserção produtiva.

Retomando as características dos processos de informalidade, percebe-se a total sintonia com as atividades das baianas, pois este ofício possui a base de propriedade familiar do empreendimento, com recursos de origem própria, uma pequena escala de produção e certa facilidade de ingresso. Tem-se também o uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada, a aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino, principalmente no que se refere aos conhecimentos específicos do saber fazer, que na maioria das vezes é transmitido pela oralidade, de geração a geração, e, por fim, a participação em mercados competitivos, mas não regulamentados pelo Estado, que reflete bem o mercado da comida de rua, que apresenta um alto nível de concorrência informal e formal, com regulamentação básica dos poderes públicos, , nem sempre respeitada, centrada principalmente nas questões do uso do solo, mas o mercado em si, não apresenta interferência do Estado.

Buscando um paralelo de análise com a gestão da administração, é possível pensar em um modelo SWOT³⁵, que poderá avaliar o comportamento dos negócios das baianas de acarajé, analisando a combinação de forças e fraquezas com as

³⁵ A análise SWOT foi desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Chriskensen. O termo SWOT é a conjunção das palavras *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunitys* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

oportunidades e ameaças provenientes do mercado. De modo breve, pode-se sugerir, com base na pesquisa realizada, que algumas das oportunidades mais evidentes para as baianas é a força do símbolo enquanto referencial da identidade baiana, a internalização aos hábitos alimentares da população, o gosto ou preferência pelos quitutes produzidos e comercializados, a preocupação em revalorizar o turismo na cidade, favorecendo o aumento do número de clientes potenciais, além dos grandes eventos internacionais que irão ocorrer em 2014, que poderá render visibilidade a este grupo de mulheres.

Como ameaças, percebe-se as possíveis atitudes arbitrárias do poder público quanto ao ordenamento do espaço urbano/ público, o aumento da concorrência, principalmente por parte de grandes empresas que passaram a comercializar o acarajé, além da proliferação da venda de acarajé pelos evangélicos que tentam a descaracterização do produto, ou a inclusão de ingredientes e acompanhamentos que fogem a definição do acarajé enquanto patrimônio imaterial da cultura do Brasil, e por fim, a queda geral do movimento de venda no comércio de rua.

As forças da atividade residem no controle de todo o processo – da produção à comercialização, no tempo de atividade, que favorece a manutenção de uma clientela fiel, e no amor e dedicação pela atividade que é exercida. As fraquezas concentram-se na falta de sucessores, no cansaço que a atividade gera e na carência de recursos para investimentos e melhorias. E segundo a ABAM (2013), uma das grandes forças das baianas, que é a capacidade de união, de mobilização, por vezes, a ausência desta capacidade de mobilizar-se, acaba constituindo-se também em uma grande fraqueza. As mulheres que fazem parte deste grupo devem ter claro, e de modo crescente, que a mobilização de todas poderá render resultados positivos para todas, não importando quem seja grande ou pequena.

É fato que as baianas de acarajé conquistaram espaços de atuação, venceram, em boa medida, o preconceito de gênero e racial, construindo trajetórias vitoriosas. Saíram de uma posição depreciada e chegaram a um status no qual sabem sobre o papel que cumprem e a importância que têm, não apenas para a tradição e identidade cultural baiana, mas também para a rede de negócios de que participam. São trabalhadoras das ruas de Salvador, inseridas nos processos de informalidade, são chefes de famílias, e ajudam a compor o universo feminino vigoroso.

Os homens passam a ser coadjuvantes, pois as mulheres acabam por comandar as escolhas e as ações. É possível evidenciar uma outra performance da mulher negra, mestiça e trabalhadora na sociedade soteropolitana, que contribui para a conquista de outros espaços de atuação, que não irão apenas se referir às mulheres “barulhentas e resondonas” de outrora, mas também às mulheres fascinantes, que cativam pelo sorriso, pela simpatia no trato com a freguesia e pela determinação de empreender o seu negócio e dominar todas as etapas, desde os processos de fabricação, passando por negociações de variadas naturezas, até a comercialização final.

Pela fala e postura das baianas de acarajé pesquisadas, foi possível entender que o valor do trabalho vai além do ganho material. Representa independência em uma sociedade que ainda carrega marcas do preconceito de gênero, etnia e classe social. Em seus universos de atuação refizeram caminhos, seguiram a tradição e edificaram redes de negócios. Souberam dialogar com as regras de mercado e com os saberes culturais, para então poder celebrar o orgulho de ser baiana de acarajé, de saber fazer cada produto do seu tabuleiro, de manter viva a lembrança de mães, avós e de “tirar o sustento”.

O fazer acarajé afirmou-se como uma atividade rentável para criar os filhos e netos, pagar as contas da casa, adquirir bens materiais. Uma atividade que passou a desenvolver outras relações comerciais, principalmente com a rede de fornecedores de produtos e serviços, seja ela formal ou informal. Na escala de classificação de clientes, as baianas podem ser classificadas como aquelas que possuem boas referências, visto que estão no mercado há muito tempo (média 27 anos na área pesquisada), conquistaram o respeito de seus parceiros comerciais, e continuam a negociar por bons preços e produtos, para que seus quitutes mantenham a qualidade necessária para se destacar em seus mercados.

As baianas de acarajé encontraram no trabalho informal, nas ruas de Salvador, os mecanismos para o sustendo da renda familiar, a forma de manter elementos da cultura de seus ancestrais, e ainda se tornaram uma das responsáveis pela ressignificação do ser mulher, negra, mestiça e trabalhadora. Ainda que este ofício remonte a tempos muito antigos, faz-se necessário respeito e valorização.

Com mais de 25 anos de presença nas ruas do centro antigo de Salvador, as mulheres pesquisadas contaram algumas das mudanças históricas da cidade que testemunharam, falaram de cotidianos, muitas vezes repetitivos em atitudes e

comportamentos, e principalmente, em determinação. Evidenciaram que a cultura está relacionada às formas de conceber e articular momentos coletivos e individuais. Afirmaram-se enquanto trabalhadoras, que ajudam a imprimir dinâmicas próprias aos movimentos das ruas de Salvador.

A personalidade das “mulheres de saia” (VIANNA, 1979) de outrora, baianas de acarajé da atualidade, mudou assim como a sociedade e as formas de dialogar com os mercados. Hoje estas baianas empreendem, cotidianamente, negócios e negociações materiais e simbólicas, consolidam a personalidade da mulher que continua trabalhando para assegurar, com legitimidade social, a independência econômica e a autonomia dos rumos de suas vidas, transmitindo seus saberes e modos de vida de geração a geração, perfumando com azeite de dendê o cotidiano da cidade de Salvador e escrevendo sempre boas histórias de tabuleiro.

As baianas de acarajé tornaram-se protagonistas nas ruas de Salvador pelo trabalho em seus tabuleiros, e contribuíram para a construção social da mulher negra, mestiça, pobre e trabalhadora (mulheres comuns), que estão inseridas em um sistema informal de trabalho, gerador de renda, cujo *locus* de ação é a rua.

Mulheres que eram produtos de uma narrativa depreciativa, marcada por preconceitos contra os negros, contra as mulheres e, sobretudo, contra o legado cultural trazido pelos grupos sequestrados da África e escravizados no Brasil. Com coragem, iniciativa e jogo de cintura elas enfrentaram os desafios rígidos da vida diária, no intuito de transformar suas vidas, valorizando seus saberes e a si próprias, seus negócios e as mais variadas negociações.

O aprendizado que ficou após toda a pesquisa, é bem expressado nas palavras da Sra. Vera Lúcia Barbosa, Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, quando diz que: “Ser baiana de acarajé representa uma afirmação da cultura negra e da mulher, no presente e no passado” (ABAM, 2013, p. 56).

Durante as idas e vindas por entre os tabuleiros e o cheiro de dendê, foram vistos exemplos reais de mulheres comuns que, pelo trabalho, encontram força e valor para encarar as desigualdades sociais, que pela tradição herdada cultivam diariamente uma cultura ancestral de cheiro e sabor inconfundíveis e, que, pela sagacidade, transitam pelas esferas das negociações mantendo espaços e parceiros estratégicos.

O ofício das baianas de acarajé ensina muito mais do que preparar um quitute africano ou vestir-se com indumentária apropriada. Este ofício ensina um pouco

sobre coragem e talento, sobre firmeza de caráter e decisão, sobre a habilidade de equilibrar tabuleiros, sonhos e realizações. Com estas mulheres negras e mestiças, nas ruas de Salvador, ficou a lição de que é possível vencer adversidades e ultrapassar posições estigmatizadas, com orgulho e domínio do que se quer.

Pela perspectiva das baianas de acarajé do Centro Antigo de Salvador, entende-se melhor o que significa fazer o que se gosta, com dedicação, cuidado e alegria. Assim, os tabuleiros que permearam a pesquisa, revelaram que, além da comida, existem redes de negócios firmadas, as sociabilidades desenvolvidas no espaço do trabalho e o entusiasmo em se afirmar enquanto mulher e baiana de acarajé.

Referências

ABAM (coord.). **A baiana tem dendê! – Anais do 3º. Encontro Nacional das Baianas de Acarajé: Espaços e trajetos da salvaguarda do ofício das baianas de acarajé.** Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2013.

ALVES, Ataulfo. LAGO, Mario. **Ai que saudades da Amélia** (música), 1942.

ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade.** Campinas/SP, 2001 - Dissertação de Mestrado, UNICAMP.

AMON, Denise. MENASCHE, Renata. **Comida como narrativa da memória social.** In: Sociedade e Cultura, vol. 11, nº 01, junho/2008.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2009.

ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. **A cidade real: os espaços urbanos de Salvador e seus significados.** X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ História e Biografias - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - 2002

ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão de obra escrava em Salvador: 1811 – 1860.** São Paulo: Corrupio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de Cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Maria A. Silva. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In: Estudos Feministas, Ano 3, 2º. Semestre/ 1995, p. 479-488.

BERNARDI, Luiz A. **Manual do Empreendedorismo e Gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas?** São Paulo: Atlas, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-95). In: ROCHA, M. I. B. (org). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.** Campinas/ Belo Horizonte/ São Paulo: ABEP/ NEPO/ UNICAMP/ CEDEPLAR/ UFMG/ Editora 34, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, (14): 153-154 174, jun. 2000.

_____. **A Economia informal 20 anos depois.** FEA/USP, São Paulo, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação**. In: História: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 71-80, 2005.

CASTRO, Pedro. Notas sobre o mercado de trabalho e região metropolitana de Salvador. In: **Cadernos CRH/ UFBA**, Salvador, n. 32, p. 279-299, jan/jul. 2000.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Fabiana Freitas. **Nas avenidas e cruzamentos do gênero, raça, classe e geração: mulheres negras chefes de família em bairros do subúrbio ferroviário de Salvador**. Dissertação de Mestrado, FFCH/UFBA, Salvador, 2009.

COSTA, Francisco de A. da. **Urbanismo pacificador e polícia demolidora: a propósito da tomada de Vila Cruzeiro**, Rio de Janeiro. Vitruvius/ Arquitectos. Ano 11, dez./2010.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEES, J. Gregory. **O significado de empreendedorismo social**. Stanford, CA: Universidade de Stanford, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla. PEDRO Joana (orgs). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIAS TAVARES, Luís Henrique. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.

DURÃES, Bruno J. Rodrigues. Trabalho informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. In: **Cadernos CRH/ UFBA**, Salvador, n. 37, p. 289-308, jul/dez. 2002.

ESPINHEIRA, Gey. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade: ficção do real: observar, deduzir e explicar: esboço da metodologia da pesquisa**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. **Revista Afro Ásia**, n. 21-22, 1998-99.

FRANGELLA, Simone Miziara. **A infância, a pobreza e a experiência urbana.** In: Com Ciência: revista eletrônica de jornalismo científico. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/12/11>>.shtml. Acesso em: 10 jul. 2012.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2006.

GIACOMINI, Sonia M. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GOMES, Paulo César. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOTTSCHALL, Carlota. **Os Caminhos do Comércio de Salvador.** Bahia Análise & Dados, v. 6, n. 4, p. 27-38, mar. 1997.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Gênero e trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes. AQUINO, Petilda S. V. Silva de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista.** Salvador: EDUFBA/ NEIM, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: Ipea, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Ordenamento Territorial.** Boletim Goiano de Geografia. V. 26, n. 1, Jan-Jun/ 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEINONEN, Noora. **A cidade alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador.** Geo Textos, vol. 1, n. 1, 2005, p. 81-116.

HIRATA, Helena. MARUANI, Margaret (orgs). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

HOBSBAWM. Eric. RANGER, Terence. (orgs). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IPHAN (Brasil). **O Ofício das Baianas de Acarajé – Dossiê IPHAN 6.** Dossiês do Patrimônio Imaterial, 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12566&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Acesso em: 11 de Setembro de 2011.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002

LIMA, Vivaldo da Costa. **A anatomia do acarajé e outros escritos**. Salvador: Corrupio, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher – permanência e revolução do feminino**. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1997.

LOBO, Elizabeth Souza. **Os usos do gênero**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla. PEDRO Joana (orgs). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis – Salvador, 1850-1888**. Salvador: EDUNEB, 2008.

MATOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Bahia, século XIX: uma provincial do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia – Uma breve revisão. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, nº 47, outubro/2001.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo. Senac, 2008.

MOTTA, Alda Britto da. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (orgs). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla. PEDRO Joana (orgs). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PANTOJA, Selma. **Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, sécs. XVIII-XIX**. Brasília: UNB, 2003. Disponível em: http://www.uaisites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?CdNotici=31&Pagina=Opiniaio
Acesso em 20/10/13.

PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PELEGRINI, Sandra. FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSOTI, Gustavo Casseb. SILVA, Denis Veloso. Análise dos ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. **Revista Desenbahia**, n. 15, set/2011, p. 07-36.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. Revista USP, n. 18, Jun-Jul-Ago/ 1993.

REIS, Isabel Cristina Ferreira. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

RISERIO, Antônio. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTOS, Adalberto. **Tradições Populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: um estudo de geografia urbana**. São Paulo: EDUSP Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Morfologia do tecido urbano. In: **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SEI - Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pesquisa Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: SEI/DIEESE, Abril, 2013.

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **A Informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000 (Mapa da Informalidade)**. Salvador: SETRE/DIEESE, 2013.

SILVA, Elizabete Rodrigues. As charuteiras no palco da vida. In: SARDENBERG, Cecilia M. B., VANIN, Iole Macedo, ARAS, Maria Brandão (orgs.). **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2001.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840 – 1870)**. Recife: Ed. UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SCHUMACHER, Schuma. BRAZIL, Erico Vital. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: REDEH: Senac, 2007.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006.

_____. A negra na rua, outros conflitos. In: SARDENBERG, Cecilia M. B., VANIN, Iole Macedo, ARAS, Maria Brandão (orgs). **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2001.

SOUZA, Laumar Neves. RODARTE, Mario Marcos Sampaio. FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. In: **Cadernos CRH/ UFBA**, Salvador, n. 37, p.181-215, jul/dez. 2002.

SOUSA JR., Vilson Caetano de. **O Banquete Sagrado – Notas sobre os “de comer” em Terreiros de candomblé**. Salvador: Atalho, 2009.

_____. **Turismo Étnico Afro e Culinária**. Postado em: 13/08/2010. Disponível em: <http://vilsoncaetanodesousajunior.blogspot.com.br/> Acesso em: 15/04/2012.

VERGER. Pierre; BASTIDE, Roger. **Artigos. Tomo I**. São Paulo: Corrupio, 1992.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim: crônicas de costumes**. São Paulo: GRD/ INL/ MEC, 1979.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO 2013.**Parte 1 – Identificação geral**

Nome:

Idade:

Ponto de venda:

Idade em que assumiu o tabuleiro:

Data da entrevista:

1. Qual sua religião:

candomblé

católica

evangélica – qual igreja?

outra – qual?

2. Escolaridade:

fundamental completo cursando incompleto

médio completo cursando incompleto

superior completo cursando incompleto

pós-graduação completo cursando incompleto

3. Estado civil:

solteira

casada

união estável

separada

viúva

4. Tem filhos:

não sim – quantos?

5. Quantas pessoas moram com você?

6. Renda mensal da família:

não informado

até 1 SM (R\$ 678)

de 1 a 2 SM (R\$ 678 a 1.356)

de 2 a 4 SM (R\$ 1.356 a 2.712)

de 4 a 6 SM (R\$ 2.712 a 4.068)

de 6 a 10 SM (R\$ 4.068 a 6.780)

mais de 10 SM (acima R\$ 6.780)

7. Além de você, quem mais trabalha na sua casa?

8. Você é a responsável pelo sustento da sua família?

não sim

Parte II – A atividade de baiana de acarajé

9. Antes de vender acarajé, o que fazia?

- a venda de acarajé foi a única atividade produtiva
- outra atividade informal (sem carteira assinada) – qual?
- outra atividade formal (com carteira assinada) – qual?
- trabalho doméstico

10. Há quanto tempo vende acarajé?

- menos de 1 ano
- 1 a 2 anos
- 2 a 5 anos
- 5 a 7 anos
- 7 a 10 anos
- mais de 10 anos

11. Com quantos anos começou a vender?

- menos de 10 anos
- de 10 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- de 21 a 30 anos
- de 31 a 40 anos
- de 41 a 50 anos
- acima de 50 anos

12. Qual(is) motivo (s) te levaram a vender acarajé?

- tradição familiar
- dificuldade financeira/ alternativa de sobrevivência
- renda extra
- obrigação religiosa
- outro – qual?

13. Possui outra atividade remunerada?

- não
- sim – qual?

14. Na família, há outra pessoa que vende ou vendeu acarajé?

- não
- sim – quem?

15. Quer que seus filhos continuem na venda do acarajé?

- não
- sim

Parte III: As relações de trabalho

16. Quantas pessoas te ajudam a vender (considerando desde o preparo até a venda no ponto)?

- sozinha
- 1 pessoa
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas
- acima de 5 pessoas

17. Há pessoas da família trabalhando com você?

não sim – quantas? quem?

18. As pessoas que trabalham com você tem registro em carteira?

não sim

19. De que forma você remunera as pessoas que trabalham com você?

salário regular

comissão sobre a venda do dia

comissão sobre a venda do mês

ajuda de custo irregular

não remunera

Parte IV – O ponto e o tabuleiro

20. Tem licença para comercialização?

não sim

21. Como adquiriu o ponto de venda?

fez o próprio ponto

herdou

compartilha com outra baiana

trabalha para outra baiana

22. Em quais dias da semana você vende acarajé?

todos os dias

de segunda a sexta-feira

de segunda a sábado

dias alternados

23. Qual horário de funcionamento do seu ponto?

24. Possui um outro ponto em outro local da cidade?

não sim – onde?

25. Acha importante vestir-se com traje típico de baiana?

não – porque? dá trabalho/ faz calor não acho importante

sim – porque? tradição é bonito atrai clientes preferência/
gosto

26. Como faz o transporte do seu tabuleiro e acessórios nos dias de trabalho?

veículo próprio

veículo de terceiros

outro – qual?

27. Como você fez seu tabuleiro?

comprou pronto

encomendou

ganhou de presente

28. Troca ou pretende trocar o tabuleiro com qual intervalo de tempo?

- trimestral
- semestral
- anual
- a cada 02 anos
- quando tiver algum problema na estrutura
- não sei

Parte V – Os produtos e os negócios

29. Além do acarajé, o que mais vende em seu tabuleiro?

- abará
- bolinho de estudante
- cocada
- passarinha
- refrigerante
- cerveja
- outros – o que?

30. Você é quem faz todos os produtos vendidos em seu tabuleiro?

- sim
- não – o que é feito por terceiros?

31. Dos produtos feitos por você mesma, o processo de feitura é realizado com ajudantes?

- não – faço sozinha
- sim – quantos?

32. Onde faz suas compras?

- Feira de São Joaquim
- Feira da Sete Portas
- Feira do bairro onde mora
- Supermercado

33. Possui fornecedores regulares dos produtos que utiliza?

- não – compro de quem tiver melhor preço
- sim – para quais produtos?

34. Na hora de comprar, com quem negocia?

- com o dono do local
- com funcionários

36. Em média, por mês, quanto gasta para fazer os produtos do seu tabuleiro?

- não sei
- até meio SM (R\$ 339)
- de meio a 1 SM (R\$ 339 a 678)
- de 1 a 2 SM (R\$ 678 a 1.356)
- de 2 a 4 SM (R\$ 1.356 a 2.712)
- acima 4 SM (R\$ 4.068)

37. Em média, quantos acarajé vende por dia?

- não sei
- até 50 unidades

- de 51 a 100 unidades
- de 101 a 150 unidades
- de 151 a 200 unidades
- acima de 200 unidades

38. Qual o preço do seu acarajé?

Com camarão:

Sem camarão:

39. Quanto representa a venda do acarajé no seu volume de vendas do mês?

- 30%
- 40%
- 50%
- 60%
- 70%
- 80%
- 90%

40. Como define o preço dos produtos vendidos em seu tabuleiro?

- siga o preço das demais baianas da região
- calculo quanto gasto e quanto quero ter de lucro
- outro – qual?

41. Dos produtos que você vende no seu tabuleiro, qual você acha que te mais lucro?

- não sei
- acarajé
- abará
- bolinho de estudante
- cocada
- passarinha
- refrigerante
- cerveja

42. Na sua opinião, qual o diferencial do seu tabuleiro?

Parte VI – Projeto futuro

43. O que a atividade de baiana de acarajé representa para você?

44. O que você acha que irá acontecer com a atividade de baiana de acarajé nos próximos anos?

45. Quais são seus planos para o futuro?